



Processo nº: 2.510/16-e

Apenso nº: 27.781/17-e

Jurisdicionada: Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal – IPREV/DF

Assunto: Auditoria Integrada

Órgão Técnico: Secretaria de Fiscalização de Áreas Sociais e Segurança Pública - SEASP

MP: Procurador DEMÓSTENES TRES ALBUQUERQUE

Sessão: Pauta nº 83, S.O. nº 5171, de 17.10.2019

Publicação: DODF nº 197, de 15.10.2019, pág. 15

Ementa: Auditoria Integrada realizada no âmbito do Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal – IPREV/DF, com o objetivo de avaliar a gestão financeira e atuarial do Regime Próprio de Previdência Social do Distrito Federal – RPPS/DF.

Remessa do relatório prévio ao IPREV/DF e ao Exmº. Sr. Governador do DF para conhecimento e manifestação (Despacho Singular nº 509/2016-GCPM). Apresentação de esclarecimentos.

Elaboração da versão final do Relatório de Auditoria.

Determinações e recomendações ao IPREV/DF, à Controladoria-Geral do Distrito Federal e ao Exmo. Sr. Governador do Distrito Federal para solução dos achados, bem como o estabelecimento de uma rotina de acompanhamento anual do equilíbrio financeiro e atuarial da previdência do Distrito Federal por parte deste Tribunal (Decisão nº 3.281/17-CPM).

Interposição de Pedidos de Reexame.

Provimento parcial ao Pedido de Reexame protocolado pelo Sindicato dos Servidores do Poder Legislativo e do Tribunal de Contas do Distrito Federal, desprovimento do apelo interposto pela Procuradoria-Geral do DF, e reforma da Decisão nº 3.281/17-CPM (Decisão nº 4.603/18-CIMF).

Encaminhamento de documentos pela IPREV/DF.

PARECERES CONVERGENTES, com ajustes do Parquet



Especializado.

A Instrução sugere o cumprimento parcial das diligências contidas na Decisão nº 3.281/17-CPM, reiteração da parcela não atendida ao IPREV/DF e ao Governador do Distrito Federal, novas determinações à jurisdicionada, com a emissão de alerta ao Instituto e à Controladoria-Geral do Distrito Federal.

O Ministério Público aquiesce parcialmente, com ajustes para considerar, em relação à Decisão nº 3.281/17-CPM:

- a) parcialmente cumprido o inciso II.a.2.1.1, reiterando-o;
- b) a conversão do alerta do inciso III em recomendação;
- c) não atendida a recomendação do inciso IV, convertendo-a em determinações ao Exmo. Sr. Governador do Distrito Federal e ao IPREV/DF;

VOTO de acordo com o Corpo Técnico, com os seguintes ajustes em razão das ponderações do douto **Parquet**:

- a) cumprimento parcial do inciso II.a.2.1.1, reiterando-o;
- b) reiteração do inciso IV, fixando prazo para a remessa de informações pelas jurisdicionadas;
- c) reiteração da determinação direcionada à Controladoria-Geral do DF, com a fixação de prazo para a remessa de informações, em detrimento do alerta sugerido;
- d) substituição de um dos alertas sugeridos ao IPREV/DF por determinação à jurisdicionada para que apresente esclarecimentos quanto à possível impropriedade apurada.

RELATÓRIO

Cuidam os autos de Auditoria Integrada realizada no âmbito do Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal – IPREV/DF, com o objetivo de avaliar a gestão financeira e atuarial do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS do Distrito Federal.

2. A fiscalização decorreu de Acordo de Cooperação Técnica celebrado entre a Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon), do Instituto Rui Barbosa (IRB) e 26 Tribunais de Contas com a finalidade de fornecer, em nível nacional, um panorama representativo da gestão dos RPPS instituídos nos Estados e Municípios brasileiros.



3. Para balizar os trabalhos foram propostas as seguintes questões de auditoria:

1ª Questão: O IPREV/DF tem autonomia e capacidade para realizar a gestão do regime de previdência dos servidores públicos do DF?

2ª Questão: A base cadastral utilizada pelo RPPS possui informações suficientes que permitam realizar avaliações atuariais anuais para o dimensionamento dos compromissos do plano de benefícios e a determinação do plano de custeio do regime?

3ª Questão: A avaliação atuarial do RPPS é realizada a partir de premissas razoáveis e as provisões matemáticas previdenciárias estão adequadamente contabilizadas nos balanços do RPPS e do GDF?

4ª Questão: As contribuições previdenciárias do GDF e beneficiários aos seus respectivos regimes de previdência própria e pagamentos de parcelamentos foram regularmente efetuados e contabilizados?

5ª Questão: A carteira de investimentos do RPPS é administrada obedecendo às boas práticas de gestão, aos limites de enquadramento exigidos pelo marco legal, e obteve uma rentabilidade compatível com a política anual de investimentos definida?

4. Os achados encontrados foram condensados no Relatório de Auditoria (e-doc 56C616E4-e) e a sua versão prévia encaminhada ao IPREV/DF e ao Exm^o. Sr. Governador do Distrito Federal para conhecimento e manifestação (Despacho Singular nº 509/2016-GCPM, e-doc DADD4BDF-e).

5. Devidamente comunicados, o IPREV/DF apresentou os esclarecimentos constantes dos Ofícios nº 05/2017 – PRESI/IPREV (e-doc EC60BDCE-c) e 31/2017 – PRESI/IPREV (e-doc 0BF37257-c). O Exm^o. Sr. Governador do Distrito Federal, por sua vez, se manteve silente.

6. Os esclarecimentos foram considerados para a elaboração do Relatório Final de Auditoria (e-doc 7D31ECEE-e), avaliado na Sessão de 11.7.2017. Na ocasião, o Tribunal, acolhendo Voto deste Relator, exarou a



Decisão nº 3.281/17 (e-doc B0A9D90C-e), **in verbis**:

DECISÃO Nº 3.281/17 (CPM)

“O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – tomar conhecimento: a) do Relatório Final de Auditoria (e-doc 7D31ECEE-e); b) dos Ofícios nº 05/2017-PRESI/IPREV e nº 31/2017-PRESI/IPREV (e-docs EC60BDCD-c e 0BF37257-c); II – determinar ao Exmo. Sr. Governador do Distrito Federal e ao Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal – IPREV/DF que: a) no prazo de 90 (noventa) dias: 1) disciplinem a forma de o IPREV/DF gerenciar as atividades de concessão e manutenção das aposentadorias e pensões dos Fundos Previdenciário e Financeiro, enquanto não forem completamente assumidas pela Autarquia, em atendimento ao disposto no art. 10, § 2º, da Portaria MPS nº 402/2008 (Achado 1); 2) elaborem e remetam, ao Tribunal, Plano de Ação, contendo cronograma completo de ações, bem como o mapeamento da sequência de procedimentos que serão executados, constando o prazo e a unidade/setor responsável pela execução, com objetivo de: 2.1) darem cumprimento ao inciso II, alíneas “a” e “b”, da Decisão nº 6.057/15, reiterado pelo inciso III, alíneas “a” e “b”, da Decisão nº 4.116/16, bem como em observância ao inciso IV da Decisão nº 2.869/17, adotando as necessárias providências para (Achado 1): 2.1.1) constituírem quadro efetivo de servidores, em cumprimento à disposição contida no art. 109, § 3º, da Lei Complementar nº 769/08, tão logo superadas as vedações impostas pela Lei de Responsabilidade Fiscal quanto ao limite de gastos com pessoal; 2.1.2) dotarem a autarquia de recursos orçamentários e financeiros suficientes para o pleno desempenho das suas atribuições legais, podendo a instituição de taxa de administração, nos termos da Lei nº 9.717/98, representar alternativa para alcance da autonomia do Instituto; 2.2) ultimarem as providências que se fizerem necessárias para que o IPREV/DF (Achado 1): 2.2.1) assumam as atividades de concessão e manutenção das aposentadorias e pensões dos Fundos Previdenciário e Financeiro, conforme dispõe o art. 4º, § 1º, da Lei Complementar nº 769/08; 2.2.2) realize as atividades de elaboração da folha de pagamento de inativos e pensionistas; 2.2.3) desempenhe as suas atribuições institucionais em consonância com o disposto nos arts. 4º, § 1º, e 17 da Lei Complementar nº 769/08, revisando essa norma se inaplicáveis as suas disposições; b) ao realizarem o acerto de contas previsto no art. 2º, §§ 6º a 8º, da Lei Complementar nº 917/16, incluam na recomposição devida ao DFPREV a correção monetária e a diferença de rendimento que a Autarquia obterá se os recursos fossem aplicados de acordo com a Política de Investimentos do RPPS/DF (Achado 5); III – alertar o Exmo. Sr. Governador do Distrito Federal e a Câmara Legislativa do Distrito Federal de que, diante das projeções de déficits anuais crescentes para a previdência pública do Distrito Federal até o exercício de 2035, faz-se necessária a adoção de medidas para evitar um contexto fiscal



desfavorável nas próximas décadas (Achado 3); IV – recomendar ao Exmo. Sr. Governador e aos titulares dos órgãos do Poder Legislativo do Distrito Federal que, ao encaminharem propostas de alterações legislativas com efeitos sobre o equilíbrio financeiro e atuarial do RPPS/DF, façam constar documentos de avaliação dos impactos previdenciários, atuariais e financeiros potenciais, a fim de subsidiar decisões consistentes com a realidade previdenciária do Distrito Federal, em observância ao necessário equilíbrio fiscal das contas públicas (Achado 3); V – recomendar ao Exmo. Sr. Governador do Distrito Federal que: a) avalie a pertinência de estabelecer mandatos fixos para os cargos de direção do IPREV/DF, com vistas a evitar descontinuidade na gestão do RPPS/DF (Achado 1); b) adote medidas, objetivando priorizar a tramitação do Projeto de Lei Complementar nº 19/2015, que trata da instituição da previdência complementar dos servidores públicos distritais, como forma de minimizar os impactos fiscais da previdência do Distrito Federal no tesouro local no médio e longo prazos (Achado 3); VI – determinar ao Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal – IPREV/DF que: a) doravante: 1) por ocasião das próximas avaliações atuariais, nos termos do art. 1º, inciso I, da Lei nº 9.717/98, adote metodologia consistente com as técnicas atuariais, com o intervalo temporal projetado e com o volume de recursos geridos pela autarquia para estimar a taxa de juros a ser utilizada em suas avaliações atuariais, em consonância com o Guia de Melhores Práticas Atuariais da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – Previc e com os princípios atuariais dos Parâmetros Realistas e da Prudência recomendados pela Resolução IBA nº 02/2014 do Instituto Brasileiro de Atuária (Achado 3): 1.1) considerando a expectativa de juros de longo prazo; e 1.2) avaliando a pertinência de se utilizar taxas de juros variáveis ao longo do período projetado, conforme a expectativa de rentabilidade aferida para cada momento do fluxo atuarial; 2) realize testes de aderência e convergência periódicos da premissa de juros adotada nas avaliações atuariais, calibrando os modelos para geração dos cenários com base na série histórica de cada ativo (índice) e eventuais correlações, e levando-se em conta (Achado 3): 2.1) o potencial de rentabilidade futura da carteira atual de investimentos do Fundo Capitalizado (DFPREV – e dos recursos que nele ingressarão no período projetado; 2.2) o fluxo de ingressos e dispêndios esperado para o intervalo de tempo considerado; 3) promova regularmente a conciliação descrita no inciso VI, alínea “b”, item 3, quanto ao Fundo Previdenciário (IPREV – Fundo Capitalizado de Previdência do Distrito Federal, Unidade Gestora: 320204, Gestão: 32203), aplicando tais medidas ao Fundo Financeiro (Instituto de Prev) dos Servidores do Distrito Federal – IPREV/DF, Unidade Gestora: 320203, Gestão: 32203), no que couber (Achado 4); 4) apure, periodicamente, as taxas praticadas pelos fundos de investimento nos quais aplica e avalie a pertinência de manter seus investimentos naqueles que possuem elevadas taxas de administração (Achado 5); 5) mantenha arquivadas as versões da base cadastral única a que se refere o inciso I, alínea



“a” que subsidiarem cada avaliação atuarial realizada, em conformidade com o disposto no art. 15 da Portaria MPS nº 403/08 (Achado 2); 6) realize, mediante censo quinquenal, a atualização periódica da base cadastral dos servidores aposentados e dos pensionistas do Distrito Federal, em atenção ao art. 9º, inciso II, da Lei Federal nº 10.887/04 (Achado 2); b) no prazo de 90 (noventa) dias: 1) normatize a metodologia adotada em conformidade com o inciso VI, alínea “a”, item 1 supra (Achado 3); 2) discipline e formalize os procedimentos para elaboração do Demonstrativo de Informações Previdenciárias e Repasses – DIPR, estabelecendo rotinas e responsabilidades entre as suas unidades operacionais, especialmente para computar os valores das receitas de contribuições repassadas, ante a regra estabelecida na Declaração de Veracidade, que acompanha o citado demonstrativo (Achado 4); 3) promova e remeta a esta Corte de Contas, no prazo de 60 (sessenta) dias, em relação ao Fundo Previdenciário (capitalizado), exercícios de 2015 e 2016, a conciliação entre os valores contabilizados de Receitas de Contribuições dos Servidores Ativos Civis, Inativos e Pensionistas e Patronal (SIGGO), com os Resumos das Folhas de Pagamento do GDF, TCDF e CLDF, relativos ao Fundo Previdenciário (IPREV – Fundo Capitalizado de Previdência do Distrito Federal, Unidade Gestora: 320204, Gestão: 32203), indicando os valores devidos ao IPREV/DF (parte patronal e servidores ativos, inativos e pensionistas), apontando quais e quando tais valores foram recebidos pela autarquia, segregando as receitas de contribuições dos eventuais encargos moratórios, e indicando, em caso de atraso de repasse, os órgãos envolvidos e as providências a serem adotadas (Achado 4); 4) normatize, implemente e divulgue, em observância à Portaria MPS nº 519/11, art. 3º, inciso VIII, alínea “d”, procedimento formal e periódico de seleção e credenciamento de instituições financeiras junto ao IPREV/DF, com objetivo de receber as aplicações dos recursos financeiros do RPPS/DF, estipulando requisitos compatíveis com a finalidade do Regime Próprio e garantindo que todo o procedimento seja supervisionado pelo Conselho Fiscal e pelo Comitê de Investimentos da autarquia (Achado 5); 5) elabore planejamento para a gestão das ações do Banco de Brasília S.A e dos imóveis que serão recebidos em virtude das Leis Complementares nºs 917/16 e 920/16 e da Lei nº 5.729/16, incluindo as estratégias de investimento, o setor responsável pela gestão e as metas de rentabilidade a ser auferida pelos respectivos ativos, para o mesmo horizonte temporal utilizado nas avaliações atuariais da autarquia (Achado 5); 6) ajuste a taxa de juros prevista em sua Política de Investimentos, considerando as ações do Banco de Brasília S.A e os imóveis citados no inciso VI, alínea “b”, item 5 supra, de modo a ponderá-la por tipo de ativos e respectivos retornos esperados, adequando-a à nova realidade da carteira de investimentos do DFPREV (Achado 5); 7) implemente, por meio de sua Diretoria de Investimentos, em conformidade com o art. 22 da Portaria nº 37/2016, rotina de gerenciamento de riscos e de monitoramento da carteira de investimentos da autarquia, utilizando sistema



informatizado compatível com o volume de recursos geridos, que permita a elaboração (Achado 5): 7.1) de relatórios mensais contendo análises sobre a aderência de seu desempenho com as metas de rentabilidade estabelecidas; 7.2) de recomendações sobre a alocação dos recursos do IPREV/DF, com vistas a preservar o equilíbrio financeiro e atuarial do RPPS/DF; 8) dê cumprimento ao inciso III, alíneas “c”, “e”, “f” e “g”, da Decisão nº 6.057/15, mantendo atualizadas as informações a que se referem e adote as providências necessárias para (Achado 5): 8.1) proceder à divulgação das informações sobre investimentos, previstas na Portaria MPS nº 519/11, com as alterações introduzidas pela Portaria MPS nº 440/13; 8.2) dar cumprimento aos preceitos de transparência estatuidos pelos arts. 4º e 85 da Lei Complementar nº 769/08; 8.3) disponibilizar extrato anual contendo as informações do registro individualizado de cada segurado e pensionista, nos termos do art. 78 da Lei Complementar nº 769/08; 8.4) dar publicidade às taxas de administração descontadas pelos gestores dos fundos de investimentos dos quais o IPREV/DF detenha cotas e quaisquer outros custos incorridos para a obtenção desses rendimentos; 9) elabore e remeta ao Tribunal Plano de Ação, contendo cronograma completo de ações, bem como mapeamento da sequência de procedimentos que serão executados, constando o prazo e a unidade/setor responsável pela execução, com objetivo de: 9.1) adotar providências para consolidar e manter sob sua gestão uma base cadastral única de todos os servidores ativos, aposentados e pensionistas do Distrito Federal, de modo a garantir a consistência, confiabilidade e atualização das informações que subsidiarão as avaliações atuariais (Achado 2); 9.2) adequar os campos da base cadastral utilizada na avaliação atuarial, a fim de proporcioná-la maior precisão e transparência, conforme layout sugerido pelo então Ministério do Trabalho e da Previdência Social (Achado 2); VII – determinar: a) ao Conselho Fiscal do Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal que, doravante, em conformidade com o art. 91, inciso III da Lei Complementar nº 769/08, emita anualmente parecer sobre a coerência dos resultados da avaliação atuarial, inclusive em relação à hipótese atuarial da taxa de juros, avaliando sua aderência à realidade do RPPS/DF, considerando a expectativa de juros de longo prazo; a série histórica de cada ativo (índice) e eventuais correlações; o potencial de rentabilidade futura da carteira atual de investimentos do Fundo Capitalizado e dos recursos que nele ingressarão no período projetado; e o fluxo de ingressos e dispêndios esperado para o intervalo de tempo considerado (Achado 3); b) à Controladoria-Geral do Distrito Federal que, doravante, adote rotina de acompanhamento periódico dos censos previdenciários quinquenais a serem realizados pelo IPREV/DF, uma vez que a sua inexecução poderá impactar no juízo de regularidade das contas anuais dos dirigentes da autarquia (Achado 2); c) à Secretaria de Auditoria que, no prazo de 30 (trinta) dias, manifeste-se quanto à viabilidade e oportunidade da fiscalização sugerida pelo Ministério Público junto a este Tribunal de Contas, constante dos §§ 15 a 17



do Parecer nº 0332/2017 – MF (e-doc 7B69501E-e), informando as eventuais diferenças e pontos de convergência entre o escopo da auditoria sugerida e os quesitos avaliados no âmbito dos Processos nºs 26.692/14 e 2.510/16; IX – alertar o Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal de que a execução parcial das atribuições e competências previstas na Lei Complementar nº 769/08 mostra-se incompatível com o disposto no inciso II, alínea “c” da Decisão Administrativa nº 6/10, pois a natureza transitória da determinação não se coaduna com o tempo transcorrido de mais de oito anos da sua vigência (Achado 1); X – autorizar: a) o envio de cópia desta decisão à Secretaria-Geral de Controle Externo – SEGECEX deste Tribunal para que adote, a fim de prevenir déficit no médio e longo prazos que repercuta na gestão fiscal do Governo do Distrito Federal, rotina de acompanhamento anual do equilíbrio financeiro e atuarial da previdência do Distrito Federal, em especial quanto às medidas anualmente adotadas pelo IPREV/DF relacionadas à aderência da meta de rentabilidade estabelecida pelo Instituto à realidade do mercado e do RPPS/DF, incluindo seus ativos imobiliários e ações do Banco de Brasília S.A, considerando a expectativa de juros de longo prazo, a série histórica de cada ativo (índice) e eventuais correlações, o potencial de rentabilidade futura da carteira atual de investimentos do Fundo Capitalizado e dos recursos que nele ingressarão no período projetado, bem como o fluxo de ingressos e dispêndios esperado para o intervalo de tempo considerado (Achado 3); b) o envio de cópia do Relatório Final de Auditoria, do relatório/voto do Relator e desta decisão ao Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal, ao Exmo. Sr. Governador do Distrito Federal, à Câmara Legislativa do Distrito Federal, à Presidência deste Tribunal de Contas, à Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão do Distrito Federal e à Secretaria de Previdência do Ministério da Fazenda; c) o retorno dos autos à Secretaria de Auditoria para a adoção das providências pertinentes.

Presidiu a sessão a Presidente, Conselheira ANILCÉIA MACHADO. Votaram os Conselheiros MANOEL DE ANDRADE, INÁCIO MAGALHÃES FILHO, PAULO TADEU, PAIVA MARTINS e MÁRCIO MICHEL. Participou a representante do MPJTDF, Procuradora-Geral CLÁUDIA FERNANDA DE OLIVEIRA PEREIRA. Ausente o Conselheiro RENATO RAINHA.”

7. Irresignados com os termos do **decisum**, interpuseram Pedidos de Reexame o Sindicato dos Servidores do Poder Legislativo e do Tribunal de Contas do Distrito Federal (e-doc 09D91408-c), em 22.8.2017, e a Procuradoria-Geral do Distrito Federal (e-doc D9D12B63-c), em 15.12.2017.

8. O mérito dos apelos foi avaliado na S.O de 27.9.2018, ocasião em que a Corte, acolhendo Voto do Conselheiro INÁCIO MAGALHÃES FILHO, exarou a Decisão nº 4.603/18 (e-doc 4132A113-e), **in verbis**:

**DECISÃO Nº 4.603/18 (CIMF)**

“O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – tomar conhecimento: a) da Informação n.º 052/2017–SEAUD (e-DOC 97812858-e); b) do Parecer n.º 1073/2017–DA (e-DOC 541D8989-e); c) da Informação n.º 22/2018–SEAUD (e-DOC BD926DF9-e); d) do Parecer n.º 395/2018–G3P (e-DOC 2371EB80-e); II – no mérito: a) **dar provimento parcial ao Pedido de Reexame protocolado pelo Sindicato dos Servidores do Poder Legislativo e do Tribunal de Contas do Distrito Federal – Sindical (e-DOC 09D91408-c)**, conhecido por meio do item “II-b” da Decisão n.º 4.354/2017; b) **negar provimento ao Pedido de Reexame interposto pela Procuradoria-Geral do Distrito Federal – PGDF (e-DOC D9D12B63-c)**, admitido mediante o item I da Decisão n.º 72/2018; III – em razão do item II, alíneas “a” e “b”, retro: a) **excluir da Decisão n.º 3.281/2017 os itens “II.a.2.2.1” e “II.a.2.2.2”**; b) **dar nova redação aos seguintes itens da Decisão n.º 3.281/2017: item “II.a.1” – disciplinem a forma de o Iprev/DF gerenciar as atividades de concessão e manutenção das aposentadorias e pensões, observado o disposto na Decisão n.º 06/10-AD, cujas diretrizes permanecem em vigor no que se refere à forma de atuação do Iprev na gestão de cada um dos Fundos Previdenciários (Financeiro e Capitalizado), bem como a possibilidade de gestão indireta prevista no art. 10, § 2º, da Portaria MPS n.º 402/2008; item “II.b” – ao realizarem o acerto de contas para a quitação ao Iprev-DF dos valores revertidos do antigo Fundo Capitalizado, cujos saques foram autorizados pelas Leis Complementares nºs 899/2016 e 920/2017, incluam na recomposição devida ao atual Fundo Solidário Garantidor do Distrito Federal a correção monetária e a diferença de rendimento que a Autarquia obterá se os recursos fossem aplicados de acordo com a Política de Investimentos do RPPS/DF; item “VI.b.9.1” – adotar providências para consolidar e manter sob sua gestão base cadastral dos servidores ativos, aposentados e pensionistas do Distrito Federal, de modo a garantir a consistência, confiabilidade e atualização das informações que subsidiarão as avaliações atuariais; c) manter íntegros os demais itens recorridos da Decisão n.º 3.281/2017; IV – com fulcro no art. 142 do RI/TCDF, excluir o item IX da Decisão n.º 3.281/2017, por conter entendimento que não se coaduna com a integridade e higidez da Decisão Administrativa n.º 06/2010; V – dar ciência desta decisão ao representante legal do Sindicato dos Servidores do Poder Legislativo e do Tribunal de Contas do Distrito Federal – Sindical, ao Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal – Iprev/DF, à Procuradoria-Geral do Distrito Federal – PGDF, ao Exmo. Sr. Governador do Distrito Federal, à Câmara Legislativa do Distrito Federal – CLDF, à Presidência deste Tribunal de Contas, à Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão do Distrito Federal – Seplag/DF e à Secretaria de Previdência do Ministério da Fazenda; VI – autorizar o retorno dos autos à Secretaria de Auditoria – Seaud/TCDF, para os devidos**



fins.

Presidiu a sessão, durante o julgamento deste processo, o Vice-Presidente, Conselheiro PAULO TADEU. Votaram os Conselheiros MANOEL DE ANDRADE, RENATO RAINHA, INÁCIO MAGALHÃES FILHO, PAIVA MARTINS e MÁRCIO MICHEL. Participou a representante do MPJTCDF, Procuradora-Geral CLÁUDIA FERNANDA DE OLIVEIRA PEREIRA. Ausente a Presidente, Conselheira ANILCÉIA MACHADO.”

9. Em atenção à Decisão nº 3.281/17, alterada pelo **decisum** supratranscrito, o Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal apresentou as informações constantes dos Ofícios SEI-GDF nº 191/2017-IPREV/PRESI (e-doc 6B996477-c), nº 234/2017-IPREV/PRESI (e-doc DA41C9C5-c), nº 35/2018-IPREV/PRESI (e-doc 8DCD41B6-c), nº 194/2018-IPREV/PRESI (e-doc F840CF28-c) e nº 722/2018-IPREV/PRESI (e-doc 1A0ACF1E-c).

MANIFESTAÇÃO DO ÓRGÃO INSTRUTIVO

10. O Corpo Técnico, por meio da Informação nº 9/2019 – SEASP (e-doc 47CE28D9-e), de 6.5.2019, analisa a matéria, nos seguintes termos:

“12. Ademais, cumpre mencionar a Decisão nº 1.050/2019, proferida no âmbito do Processo nº 27.781/2017, que trata de representação do MPJTCDF questionando a dissolução da segregação de massas do Regime Próprio de Previdência Social do Distrito Federal – RPPS/DF, com os parâmetros anteriormente vigentes, pela Lei Complementar nº 932/2017.

13. A referida decisão trouxe, entre outras deliberações, a seguinte:

O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: [...] IV – autorizar: a) a apensação dos autos em exame ao Processo nº 2510/2016-e, ouvido o Relator, que cuida de Auditoria Integrada realizada no âmbito do IPREV/DF, com o objetivo de avaliar a gestão financeira e atuarial do Regime Próprio de Previdência Social do Distrito Federal; [...].

14. Portanto, neste momento processual, examinam-se as medidas informadas pelo Iprev/DF para o cumprimento da Decisão nº 3.281/2017³¹, com as alterações realizadas pela Decisão nº

³¹ Com vistas a evitar repetições desnecessárias, a partir deste ponto, todas as menções à



4.603/2018, levando em consideração os eventuais impactos na presente análise dos documentos constantes dos autos do Processo nº 27.781/2017.

I) ALTERAÇÕES ESTRUTURAIS NO RPPS/DF³² EM RELAÇÃO AO CONTEXTO EXISTENTE QUANDO REALIZADA A AUDITORIA

15. Inicialmente, pelos impactos causados na estrutura do RPPS/DF, cumpre mencionar a aprovação, posteriormente à elaboração do Relatório Final de Auditoria referente a estes autos, da Lei Complementar nº 932/2017, sancionada pelo Governador do Distrito Federal, publicada no DODF³³ de 03/10/2017, Edição Extra, e republicada em 05/10/2017.

16. Dentre as principais disposições dessa norma, destacam-se:

i. Criação do regime de previdência complementar, aplicável automaticamente aos servidores públicos distritais titulares de cargos efetivos com ingresso a partir de 1º/03/2019³⁴;

ii. Unificação da massa de segurados e respectivos dependentes então existente, isto é, todos os servidores e beneficiários do RPPS/DF quando da publicação da lei passaram a compor um mesmo fundo financeiro³⁵;

iii. Manutenção da existência de um fundo capitalizado, composto por novos servidores³⁶ (e respectivos dependentes) e destinado a assegurar o custeio dos benefícios previdenciários até o limite do teto fixado para o Regime Geral de Previdência Social³⁷;

iv. Criação do Fundo Solidário Garantidor – FSG, destinado a ser reserva garantidora da solvência parcial ou total das obrigações previdenciárias dos fundos financeiro e

Decisão nº 3.281/2017 neste documento já consideram as alterações realizadas por meio da Decisão nº 4.603/2018.

³² Regime Próprio de Previdência Social do Distrito Federal.

³³ Diário Oficial do Distrito Federal.

³⁴ Em 1º/03/2019 foi publicada no Diário Oficial da União a Portaria da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC nº 173, de 27/02/2019, aprovando o Regulamento do Plano de Benefícios do Servidor Público do Distrito Federal – Plano DF-Previdência, administrado pela DF-Previcom. A publicação dessa norma marcou o início da vigência do Regime de Previdência Complementar – RPC no serviço público do Distrito Federal, conforme previsto na Lei Complementar nº 932/2017, art. 1º.

³⁵ Lei Complementar nº 932/2017, art. 44, inciso V (alteração no § 1º do art. 73 da Lei Complementar nº 769/2008).

³⁶ Servidores com ingresso no serviço público distrital a partir de 1º/03/2019, data de aprovação pelo órgão federal fiscalizador do regime de previdência complementar fechado dos instrumentos jurídicos necessários ao funcionamento dos respectivos planos de benefícios.

³⁷ Lei Complementar nº 932/2017, art. 44, inciso V (altera o § 2º do art. 73 da Lei Complementar nº 769/2008).



capitalizado, o qual é composto pelos seguintes bens, ativos, direitos e receitas extraordinárias³⁸:

a) As disponibilidades financeiras vinculadas ao extinto Fundo Previdenciário do Distrito Federal – DFPREV³⁹, sendo que:

1. Para os exercícios de 2017 e 2018, foi autorizada a utilização, para pagamento de benefícios previdenciários, da rentabilidade nominal da carteira de ativos do FSG relativa ao ano anterior;

2. A partir do exercício de 2019, foi autorizada a utilização, para pagamento de benefícios previdenciários, da rentabilidade real⁴⁰ da carteira de ativos do FSG relativa ao ano anterior;

b) Os recursos financeiros, imóveis e direitos destinados por lei;

c) O montante de recursos que excedam a 125% da reserva matemática necessária ao pagamento dos benefícios concedidos e a conceder dos fundos financeiro e capitalizado;

d) Os recursos decorrentes da cessão do direito de superfície sobre os espaços públicos destinados a estacionamento de veículos automotores;

e) Os recursos decorrentes do direito de superfície sobre áreas destinadas à regularização fundiária urbana e rural de propriedade do Distrito Federal e de suas empresas públicas, observada a regulamentação específica definida em lei;

f) Os dividendos, as participações nos lucros e a remuneração decorrente de juros sobre capital próprio destinados ao Distrito Federal na condição de acionista de empresas públicas ou de sociedades de economia mista;

g) g) Os recebíveis e o fluxo anual relativos ao recebimento da parte principal corrigida da dívida ativa do Distrito Federal, com vencimento a partir de 1º de janeiro de 2019;

38 Lei Complementar nº 932/2017, art. 44, inciso VI, e art. 46.

39 Incluindo os recursos financeiros, imóveis e ações do Banco de Brasília – BRB.

40 Ou seja, a rentabilidade que superar a inflação medida no exercício anterior.



h) O produto da concessão de bens e serviços baseada em parcerias público-privadas, na modalidade patrocinada ou administrativa;

i) No mínimo 50% das receitas futuras geradas em decorrência da criação por lei de novas fontes de receitas não tributárias, incluindo a venda de ativos e concessões de bens e serviços públicos⁴¹.

17. Como se pode observar, as disposições da Lei Complementar nº 932/2017 trouxeram alterações significativas na estrutura previdenciária destinada aos servidores públicos distritais, que passou a contar com três fundos distintos, além da implantação do regime de previdência complementar.

18. O Quadro 1 a seguir traz uma breve comparação entre o contexto do RPPS/DF quando da realização da auditoria (2016) e a situação atual:

Quadro 1 – Contexto do RPPS/DF à época da auditoria x situação atual

CONTEXTO À ÉPOCA DA AUDITORIA	CONTEXTO ATUAL (APÓS A LEI COMPLEMENTAR Nº 932/2017)
<p><u>Os servidores distritais estavam divididos entre 2 (dois) fundos previdenciários distintos:</u></p> <p>1- Fundo Financeiro de Previdência - SEGURIDADE SOCIAL: segurados com ingresso no serviço público distrital até 31/12/2006 (Plano Financeiro);</p> <p>2- Fundo Previdenciário do Distrito Federal – DFPREV: segurados com ingresso no serviço público distrital a partir de 1º/01/2007 (Plano Capitalizado).</p>	<p><u>Os servidores distritais permanecem divididos entre 2 (dois) fundos previdenciários, com alteração da data de referência⁴²:</u></p> <p>1- Fundo Financeiro de Previdência Social: segurados com ingresso no serviço público distrital até 28/02/2019 e que não optaram por migrar para o regime de previdência complementar (Plano Financeiro);</p> <p>2- Fundo Capitalizado dos Servidores do Distrito Federal (salários de contribuição e benefícios limitados ao teto do RGPS): segurados com ingresso no serviço público distrital a partir de 1º/03/2019 e os com ingresso anterior que fizeram a opção por migrar para o regime de previdência complementar (Plano Capitalizado).</p> <p><u>Além desses dois fundos, foram criados:</u></p> <p>3- DF-Previcom: entidade fechada de previdência complementar destinada aos servidores distritais vinculados ao fundo capitalizado e que optem por aderir a um de seus planos (Plano Complementar);</p> <p>4- Fundo Solidário Garantidor: para este fundo foi destinada a maior parte dos recursos que estavam acumulados no extinto</p>

⁴¹ Lei Complementar nº 932/2017, art. 47.

⁴² Em 1º/03/2019 foi publicada no Diário Oficial da União a Portaria da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC nº 173, de 27/02/2019, aprovando o Regulamento do Plano de Benefícios do Servidor Público do Distrito Federal – Plano DF-Previdência, administrado pela DF-Previcom. A publicação dessa norma marcou o início da vigência do Regime de Previdência Complementar – RPC no serviço público do Distrito Federal, conforme previsto na Lei Complementar nº 932/2017.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A7/S1

e-DOC B78FB7AD
Proc 2510/2016-e

Proc.: 2.510/16-e

	DFPREV. Não se vincula imediatamente a um grupo determinado de servidores. Pode ser usado para socorrer os fundos financeiro e capitalizado, se necessário.
--	---

Fonte: elaboração própria.

19. O Quadro 2, por sua vez, apresenta um maior detalhamento da estrutura previdenciária atual destinada aos servidores públicos distritais, como se segue:

Quadro 2 – Estrutura previdenciária atual destinada aos servidores públicos distritais

IDENTIFICAÇÃO	ENTIDADE GESTORA	É PARTE DO RPPS/DF?	GRUPO VINCULADO	TIPO DE ADESAO	RECURSOS GERIDOS	FORMA DE GESTÃO DOS RECURSOS
Fundo Financeiro de Previdência Social	Iprev/DF	Sim	Todos os servidores ⁴³ com ingresso até 28/02/2019 e que não optaram por sair ⁴⁴ do fundo financeiro.	Obrigatória	1. Todas as contribuições dos servidores e patronais relativas ao grupo que compõe o fundo; 2. Recursos provenientes do FSG, se necessário; 3. Recursos do tesouro do DF, em caso de insuficiência dos anteriores.	Repartição simples. Os recursos são utilizados para pagamento dos benefícios já concedidos, não havendo capitalização de recursos para médio e longo prazos.
Fundo Capitalizado dos Servidores do Distrito Federal	Iprev/DF	Sim	1. Servidores com ingresso a partir de 1º/03/2019 (parcela da remuneração limitada ao teto do RGPS); 2. Servidores com ingresso	Obrigatória (todos os servidores e patronais relativos ao grupo que compõe o fundo, sendo que as bases de cálculo são limitadas ao teto do RGPS; parte do	1. Contribuições dos servidores e patronais relativas ao grupo que compõe o fundo, sendo que as bases de cálculo são limitadas ao teto do RGPS;	Capitalização sem individualização. Os recursos são capitalizados para garantir o pagamento dos benefícios atuais e futuros do

⁴³ Todas as menções a “servidores” feitas no Quadro 2 se referem a servidores efetivos ativos e inativos, ou aos instituidores das pensões atualmente existentes.

⁴⁴ Entenda-se por “optar por sair do fundo financeiro” a opção de migrar para o Regime de Previdência Complementar, independentemente da adesão ou não à DF-Previcom.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A7/S1

e-DOC B78FB7AD
Proc 2510/2016-e

Proc.: 2.510/16-e

			até 28/02/2019, desde o, que optem por sair do fundo financeiro (parcela da remuneração limitada ao teto do RGPS) ⁴⁵ .	fundo financeiro o, obrigatoriamente se vinculam ao fundo capitalizado)	2. Rendimentos dos investimentos realizados; 3. Recursos provenientes do FSG, se necessário.	grupo como um todo.
Fundo Solidário - Garanti dor FSG	<i>lprev/DF</i>	<i>Sim</i>	Não se vincula imediatamente a um grupo determinado de servidores. Pode ser usado para socorrer os fundos financeiro e capitalizado, se necessário.	Não há adesão	1. Disponibilidades financeiras existentes no extinto DFPREV, na data da publicação da LC nº 932/17; 2. Imóveis e participação societária no BrB decorrentes das LC 917 e 920/16 e Lei 5729/16; 3. Bens, ativos, direitos e receitas destinados ao fundo pela LC 932/17.	Rentabilização e monetização. Os ativos são investidos com vistas a gerar valorização e recursos financeiros. As rentabilidades reais e os bens, ativos, direitos e receitas que ingressarem no FSG podem ser direcionados ao fundo financeiro ou capitalizado, caso necessitem.
Previdência complementar	<i>DF-Previcom</i>	<i>Não</i>	1. Servidores com ingresso a partir de 1º/03/2019 que, por optarem por estar vinculados ou por à DFPrevicom (parcela da remuneração que exceda o teto do RGPS);	Facultativa (os servidores efetivos que, por data de ingresso ou por opção, não sejam parte do fundo financeiro o têm a faculdade de	1. Contribuições dos servidores e patronais relativas ao grupo que compõe o fundo, sendo que as bases de cálculo se limitam aos valores que ultrapassem o teto do RGPS; Rendimentos dos	Capitalização individualizada. Os recursos são capitalizados em contas individuais, conforme os respectivos planos de benefícios.

⁴⁵ Conforme prazos e regras estabelecidos na Lei Complementar nº 932/2017 e no Estatuto da DF-PREVICOM, publicado no DODF de 30/10/2018.



			2. Servidores com ingresso até 28/02/2019, desde que optem por sair do fundo financeiro e aderir à DFPrevicom (parcela da remuneração que exceda o teto do RGPS) ⁴⁶ .	estar vinculados ou não à DFPrevicom)	investimentos realizados.	
--	--	--	---	---------------------------------------	---------------------------	--

Fonte: elaboração própria.

20. Nesse contexto, para fins de análise do cumprimento da Decisão nº 3.281/2017, com as alterações realizadas por meio da Decisão nº 4.603/2018, será levado em consideração o novo cenário normativo do RPPS/DF e seus impactos nas mencionadas deliberações desta Corte.

II) DAS DILIGÊNCIAS

a) Itens “II.a.1” e “II.a.2.2.3” da Decisão nº 3.281/2017

II – determinar ao Exmo. Sr. Governador do Distrito Federal e ao Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal – IPREV/DF que: **a)** no prazo de 90 (noventa) dias: **1)** disciplinem a forma de o Iprev/DF gerenciar as atividades de concessão e manutenção das aposentadorias e pensões, observado o disposto na Decisão n.º 06/10AD, cujas diretrizes permanecem em vigor no que se refere à forma de atuação do Iprev na gestão de cada um dos Fundos Previdenciários (Financeiro e Capitalizado), bem como a possibilidade de gestão indireta prevista no art. 10, § 2º, da Portaria MPS n.º 402/2008⁴⁷ (Achado 1); [...] **2)** elaborem e remetam, ao Tribunal, Plano de Ação, contendo cronograma completo de ações, bem como o mapeamento da sequência de procedimentos que serão executados, constando o prazo e a unidade/setor responsável pela execução, com objetivo de: [...] **2.2)** ultimarem as providências que se fizerem necessárias para que o IPREV/DF (Achado 1): **2.2.1)** [excluído pela Decisão nº 4.603/2018]; **2.2.2)** [excluído pela Decisão nº 4.603/2018]; **2.2.3)** desempenhe as suas atribuições institucionais em consonância

⁴⁶ Conforme prazos e regras estabelecidos na Lei Complementar nº 932/2017 e no Estatuto da DF-PREVICOM, publicado no DODF de 30/10/2018.

⁴⁷ Redação dada pela Decisão nº 4.603/2018.



com o disposto nos arts. 4º, § 1º, e 17 da Lei Complementar nº 769/08, revisando essa norma se inaplicáveis as suas disposições;

Manifestação do Iprev/DF

21. O Iprev/DF apresentou os seguintes tópicos do plano de ação que elaborou, referentes ao item em tela, indicando a respectiva situação de cumprimento.

Quadro 3 – Plano de ação para cumprimento da Decisão nº 3.281/2017 – item 2.a.1

DETERMINAÇÃO DO TCDF	MEDIDAS A SEREM ADOTADAS PARA CUMPRIMENTO DAS PROPOSIÇÕES	SETOR RESPONSÁVEL	SITUAÇÃO
Item 2.a.1 da Decisão nº 3.281/2017.	Elaboração de minuta de decreto, com o objetivo de dispor sobre as regras do processo administrativo previdenciário para apreciação dos pedidos de benefício formulados pelos servidores efetivos do Distrito Federal vinculados ao RPPS/DF. Além de dispor sobre a forma de análise dos processos administrativos, a proposta normativa busca centralizar no Iprev/DF a concessão, manutenção e revisão dos benefícios previdenciários do RPPS/DF. Também inclui a criação de duas novas Coordenações: uma de Gerenciamento do Pagamento de Benefícios, e outra de Reconhecimento de Direitos.	DIPREV/DIJUR	Concluído.
	Estabelecer, por meio de Portaria do IPREV, cada etapa da assunção.	DIPREV	Concluído.

Fonte: Ofício SEI-GDF n.º 722/2018, fls. 9/10 (peça 133, e-DOC 1A0ACF1E).

22. Informou que, para cumprimento da determinação, foi editado o Decreto nº 38.439/2017, que transferiu à autarquia um rol de cargos em comissão capazes de ser a linha mestra para a criação de uma estrutura institucional apta a atender a deliberação.⁴⁸

23. Acrescentou que, normatizada a nova estrutura administrativa do Instituto, foram operacionalizados os procedimentos para assunção da concessão de aposentadorias, com a edição do Decreto nº 38.649/2017, que disciplina o pagamento e a manutenção dos benefícios previdenciários e estabelece o cronograma de transferência da responsabilidade pela concessão à autarquia.⁴⁹

24. Afirmou que foram programadas 5 (cinco) etapas de assunção da concessão de benefícios previdenciários e que, com especial atenção às orientações desta Corte, sua Diretoria de Previdência

⁴⁸ Ofício SEI-GDF n.º 722/2018, fl. 23 (peça 133, e-DOC 1A0ACF1E).

⁴⁹ Ofício SEI-GDF n.º 722/2018, fls. 23/24 (peça 133, e-DOC 1A0ACF1E).



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A7/S1

e-DOC B78FB7AD
Proc 2510/2016-e

Proc.: 2.510/16-e

concluiu as 3 (três) primeiras, nos termos das Portarias nº 80/2017⁵⁰, nº 46/2018⁵¹ e nº 131/2018⁵². O quadro a seguir discrimina os órgãos e entidades incluídos em cada etapa.

Quadro 4 – Órgãos e entidades incluídos nas três primeiras etapas de assunção da concessão de benefícios previdenciários

ETAPA	UNIDADE	DATA DE INÍCIO E FIM
1ª Etapa	Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão	Janeiro a março de 2018 (ação cumprida dentro do prazo proposto)
	Secretaria de Estado da Casa Civil, Relações Institucionais e Sociais	
	Fundação Hemocentro de Brasília – FHB	
	Controladoria Geral do Distrito Federal	
	Fundação Jardim Zoológico de Brasília	
	Secretaria de Estado de Economia e Desenvolvimento Sustentável	
	Secretaria de Estado de Meio Ambiente	
	Secretaria de Estado das Cidades	
	Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania	
	Jardim Botânico de Brasília	
	Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do DF - BSB Ambiental	
	Transporte Urbano do Distrito Federal - DFTRANS	
	Vice-Governadoria	
	Polícia Civil do Distrito Federal	
	Fundação de Apoio à Pesquisa – FAP	
	Secretaria de Estado de Comunicação do DF	
	Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal - Iprev/DF	
	Instituto de Defesa do Consumidor do Distrito Federal - Procon/DF	
	Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores do Distrito Federal - INAS	
	Fundação Universidade Aberta do Distrito Federal - Funab	
	Fundação de Ensino e Pesquisa em Ciências da Saúde - Fepecs	
	Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso - Funap	
	Arquivo Público do Distrito Federal	
	Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento Básico do DF	
2ª etapa	Secretaria de Estado de Fazenda	

⁵⁰ DODF nº 1, de 02/01/2018.

⁵¹ DODF nº 53, de 19/03/2018.

⁵² DODF nº 38 – Edição Extra, de 14/06/2018.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A7/S1

e-DOC B78FB7AD
Proc 2510/2016-e

Proc.: 2.510/16-e

	Secretaria de Estado de Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulher, Igualdade Racial e Direitos Humanos	Abril a junho de 2018 (ação cumprida dentro do prazo proposto)
	Secretaria de Estado de Mobilidade	
	Secretaria de Estado de Infraestrutura e Serviços Públicos	
	Secretaria de Estado de Segurança Pública e Paz Social	
	Secretaria de Estado de Gestão do Território e Habitação	
	Secretaria de Estado de Políticas para Crianças, Adolescentes e Juventude	
	Secretaria de Estado do Esporte, Turismo e Lazer	
3ª etapa	Secretaria de Estado de Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural	A partir de julho de 2018 (ação cumprida dentro do prazo proposto)
	Procuradoria Geral do Distrito Federal	
	Secretaria de Estado de Cultura	
	Serviço de Limpeza Urbana - SLU	
	Agência de Fiscalização do Distrito Federal - Agefis	
	Departamento de Estradas de Rodagem – DER	
	Departamento de Trânsito – Detran	

Fonte: Ofício SEI-GDF n.º 722/2018, fls. 3/5 (peça 133, e-DOC 1A0ACF1E).

25. Noticiou que foram planejadas 2 (duas) reavaliações internas das etapas de assunção da concessão de benefícios previdenciários, nos meses de setembro e dezembro de 2018, conforme quadro abaixo:

Quadro 5 – Reavaliações internas previstas pelo Iprev/DF das etapas de assunção da concessão de benefícios previdenciários

REAVALIAÇÃO INTERNA - SETEMBRO DE 2018		
4ª etapa	Secretaria de Estado de Educação	Previsão de início: outubro a dezembro de 2018
REAVALIAÇÃO INTERNA - DEZEMBRO DE 2018		
5ª etapa	Secretaria de Estado de Saúde	Previsão de início: janeiro a março de 2019

Fonte: Ofício SEI-GDF n.º 722/2018, fls. 5/6 (peça 133, e-DOC 1A0ACF1E).

26. Assim, afirmou que, iniciadas as tratativas para implementação das etapas 4 e 5, foram encontrados alguns entraves, como por exemplo o quantitativo de servidores do Instituto necessários para o cumprimento das demandas a serem cumpridas pela Diretoria de Previdência e demais Diretorias do Instituto.⁵³

27. Isso porque a centralização realizada nas 3 (três) primeiras etapas correspondem a um total de 16.266 (dezesesseis mil, duzentos e sessenta e seis) cadastros/pagamentos, o que

⁵³ Ofício SEI-GDF n.º 722/2018, fl. 6 (peça 133, e-DOC 1A0ACF1E).



acarretou um exponencial aumento do volume de diligências em todas as áreas do Instituto.

28. Além disso, mencionou as demais competências precípuas à sua Diretoria de Previdência, que demandam grande esforço da unidade, incluindo o Recadastramento Previdenciário Anual de aposentados e pensionistas, iniciado em 2019, em conformidade com o Decreto nº 39.276/2018.

29. Diante dessas dificuldades operacionais, o Instituto informou ter promovido, em 2018, diversos cursos para padronização de procedimentos, em conjunto com a Escola de Governo do DF, a saber:

- Certidão de Tempo de Serviço (legislação): nos dias 03, 10, 24 de abril e 8 de maio;*
- Certidão de Tempo de Serviço (para homologação via SEI): nos dias 23, 24, 25, 30 e 31 de julho;*
- Curso de Instrução Processual de Aposentadorias: nos dias 11 e 18 de setembro e 08 de outubro;*
- Instrução Processual de Aposentadorias (exclusivo para a Secretaria de Saúde – SES): nos dias 03 e 04 de outubro.*

30. Destacou ainda que, por meio do Processo Administrativo nº 00413-00000821/2018-86, tem buscado junto aos órgãos competentes o encaminhamento do projeto de lei que instituirá o quadro de pessoal da autarquia e criará a carreira de Analista Previdenciário, com vistas a solucionar o problema de falta de pessoal e permitir a assunção plena de suas competências regimentais. Afirmou que esse processo se encontra em fase de adequação orçamentária.

31. Acrescentou que consta da Lei nº 6.216/2018, Lei de Diretrizes Orçamentárias para o ano de 2019, a previsão de realização de concurso com 20 (vinte) vagas para o Iprev/DF.⁵⁴

32. Por fim, destacou que acolherá a deliberação exarada nos itens III.a e III.b da Decisão nº 4.603/2018⁵⁵ desta Corte. Com isso,

⁵⁴ Ofício SEI-GDF n.º 722/2018, fls. 10/11 e 25 (peça 133, e-DOC 1A0ACF1E).

⁵⁵ O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: [...] III – em razão do item II, alíneas “a” e “b”, retro: a) excluir da Decisão n.º 3.281/2017 os itens “II.a.2.2.1” e “II.a.2.2.2”; b) dar nova redação aos seguintes itens da Decisão n.º 3.281/2017: item “II.a.1” – disciplinem a forma de o Iprev/DF gerenciar as atividades de concessão e manutenção das aposentadorias e pensões, observado o disposto na Decisão n.º 06/10-AD, cujas diretrizes permanecem em vigor no que se refere à forma de atuação do Iprev na gestão de cada um dos Fundos Previdenciários (Financeiro e Capitalizado), bem como a possibilidade de gestão indireta prevista no art. 10, § 2º, da Portaria MPS n.º 402/2008; item “II.b” – ao realizarem o acerto de contas para a quitação ao Iprev-DF dos valores revertidos do antigo Fundo Capitalizado, cujos saques foram autorizados pelas Leis Complementares nºs 899/2016 e 920/2017, incluam na recomposição devida ao atual Fundo Solidário Garantidor do Distrito Federal a correção monetária e a diferença de rendimento que a Autarquia obterá se os recursos fossem aplicados de acordo com a Política de Investimentos do RPPS/DF; item “VI.b.9.1” – adotar providências



*promoverá de forma indireta a gestão dos benefícios previdenciários relativos às Secretarias de Estado de Educação e Saúde, à Câmara Legislativa e ao Tribunal de Contas do Distrito Federal, até que sejam efetivamente supridas suas necessidades de pessoal e equipamentos, permitindo a conclusão do processo de assunção de concessão dos benefícios previdenciários distritais.*⁵⁶

Análise

33. *Observa-se que o Iprev/DF adotou diversas ações no sentido de cumprir a deliberação desta Corte, por meio de regulamentação do pagamento e da manutenção dos benefícios previdenciários, como a realizada pelo Decreto nº 38.649/2017; providências práticas, como a transferência de cargos para a autarquia por meio do Decreto nº 38.439/2017; e pela efetiva assunção da concessão de aposentadorias no âmbito do Distrito Federal, já realizada para a maioria dos órgãos e entidades distritais.*

34. *As providências adotadas estão em consonância com o que dispõe a Lei Complementar nº 769/2008, art. 4º, § 1º⁵⁷, e art. 17⁵⁸, e, portanto, com o item “II.a.2.2.3” da Decisão nº 3.281/2017.*

35. *Em relação aos órgãos para os quais ainda não houve a assunção direta, cujas atividades de concessão e manutenção das aposentadorias e pensões serão gerenciadas indiretamente até que o Instituto reúna as condições estruturais necessárias para concluir o processo de centralização da gestão, tal iniciativa está de acordo com o item “II.a.1” da mencionada decisão.*

36. *Diante do exposto, será proposto ao egrégio Plenário considerar cumpridos os itens “II.a.1” e “II.a.2.2.3” da Decisão nº 3.281/2017.*

b) Item “II.a.2” da Decisão nº 3.281/2017

II – determinar ao Exmo. Sr. Governador do Distrito Federal e ao Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal – IPREV/DF que: **a)** no prazo de 90 (noventa) dias: [...] **2)** elaborem e remetam, ao Tribunal, Plano de Ação, contendo cronograma completo de ações, bem como o mapeamento da sequência de procedimentos que serão executados, constando o prazo e a

para consolidar e manter sob sua gestão base cadastral dos servidores ativos, aposentados e pensionistas do Distrito Federal, de modo a garantir a consistência, confiabilidade e atualização das informações que subsidiarão as avaliações atuariais [...].

⁵⁶ Ofício SEI-GDF n.º 722/2018, fl. 7 (peça 133, e-DOC 1A0ACF1E).

⁵⁷ “Art. 4º [...]”

§ 1º Para os fins previstos no caput, incumbem ao IPREV/DF o gerenciamento e a operacionalização do RPPS/DF, incluindo a arrecadação e a gestão de recursos financeiros e previdenciários, a concessão, o pagamento e a manutenção dos benefícios previdenciários, ora reorganizados e unificados por esta Lei Complementar, devidos aos segurados e seus dependentes”.

⁵⁸ “Art. 17. O RPPS/DF, gerido pelo Iprev/DF, assegura aos beneficiários que preencham os requisitos legais os seguintes benefícios: [...]”.



unidade/setor responsável pela execução, com objetivo de: **2.1)** darem cumprimento ao inciso II, alíneas “a” e “b”, da Decisão nº 6.057/15, reiterado pelo inciso III, alíneas “a” e “b”, da Decisão nº 4.116/16, bem como em observância ao inciso IV da Decisão nº 2.869/17, adotando as necessárias providências para (Achado 1): **2.1.1)** constituírem quadro efetivo de servidores, em cumprimento à disposição contida no art. 109, § 3º, da Lei Complementar nº 769/08, tão logo superadas as vedações impostas pela Lei de Responsabilidade Fiscal quanto ao limite de gastos com pessoal; **2.1.2)** dotarem a autarquia de recursos orçamentários e financeiros suficientes para o pleno desempenho das suas atribuições legais, podendo a instituição de taxa de administração, nos termos da Lei nº 9.717/98, representar alternativa para alcance da autonomia do Instituto;

Manifestação do Iprev/DF

37. O Iprev/DF informou, quanto ao item 2.a.2.1.1 da Decisão nº 3.281/2017, que foi elaborado plano de ação envolvendo todos os órgãos responsáveis pela consecução da determinação e afirmou que adotou todas as medidas de sua competência, conforme quadro a seguir:⁵⁹

Quadro 6 – Plano de ação para cumprimento da Decisão nº 3.281/2017 – item 2.a.2.1.1

DETERMINAÇÃO DO TCDF	MEDIDAS A SEREM ADOTADAS PARA CUMPRIMENTO DAS PROPOSIÇÕES	DATA PREVISTA PARA IMPLEMENTAÇÃO		SETOR RESPONSÁVEL	SITUAÇÃO
		ETAPA/ATIVIDADES	PRAZO DE INÍCIO E FIM		
Item 2.a.2.1.1 da Decisão nº 3.281/2017.	Definir o formato do quadro próprio (carreira nova ou especialidade em carreira transversal) e realizar o certame.	Definição no âmbito do Conselho de Administração do Iprev/DF sobre o modelo de quadro próprio (carreira nova ou especialidade em carreira existente).	30/10 a 22/11	DIJUR/GAB/IPREV	Concluída.
		Encaminhamento à Seplag da definição do modelo aprovado pelo Conad.	23/11	SUGEP/SEPLAG	Concluída.

⁵⁹ Ofício SEI-GDF n.º 722/2018, fls. 7/10 e 24 (peça 133, e-DOC 1A0ACF1E).



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A7/S1

e-DOC B78FB7AD
Proc 2510/2016-e

Proc.: 2.510/16-e

Definição das atribuições das	Até 30/11	Iprev/DF	Concluída.
especialidades a serem criadas e do quantitativo de servidores a serem lotados na autarquia.			
Edição de ato próprio (Portaria/Decreto) fixando as novas especialidades na carreira PPGG.	1º a 23/12	SUGEP/S EPLAG	Ajustada em razão da deliberação do Conselho de Administração do Iprev/DF.
Aprovação do número de vagas para as especialidades criadas para fins de concurso público.	Até 29/12	Câmara de Governança Orçamentária, Financeira e Corporativa do Distrito Federal	Concluída.
Procedimentos de contratação de banca examinadora, lançamento de edital, realização do concurso, nomeação e posse dos novos servidores.	A partir de janeiro de 2018 (respeitando os prazos legais)	Seplag	Não concluída.

Fonte: Ofício SEI-GDF n.º 722/2018, fls. 7/9 (peça 133, e-DOC 1A0ACF1E).

38. Ademais, noticiou deliberação de seu Conselho de Administração⁶⁰ no sentido de que o Instituto deverá condicionar-se, para constituição de seu quadro efetivo de servidores, à realização de concurso público, após a criação de uma especialidade para uma carreira já existente.⁶¹

⁶⁰ Conforme registrado na Ata da Sexagésima Segunda Reunião Extraordinária, realizada em 07/11/2017, publicada no DODF de 22/01/2018.

⁶¹ Ofício SEI-GDF n.º 722/2018, fl. 24 (peça 133, e-DOC 1A0ACF1E).



39. Destacou que o processo administrativo nº 410.001.050/2009 (Processo SEI-GDF nº 000413.00000821/2018-86), que trata da criação da carreira previdenciária no âmbito da autarquia, já está em fase de adequação financeira para disponibilização orçamentária.

40. Comunicou que consta da Lei nº 6.216/2018, Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO para o ano de 2019, a previsão de realização de concurso que disponibilizará 20 (vinte) vagas para o Iprev/DF.⁶²

41. Sobre o item 2.a.2.1.1, por sua vez, afirmou que, com a edição da Lei Complementar nº 932/2017, ficou instituída a taxa de administração, que terá como objetivo garantir a organização e o funcionamento da unidade gestora do RPPS/DF, nos termos do seu art. 48:⁶³

Art. 48. A taxa de administração devida ao órgão gestor único do RPPS/DF é de até 0,5% do valor total das remunerações, proventos e pensões dos segurados vinculados ao RPPS/DF relativo ao exercício financeiro anterior, sendo sua cobrança proporcional ao volume total de receitas de cada um dos fundos administrados, incluindo o Fundo Solidário Garantidor.

Análise

42. Observa-se que, quanto à constituição de quadro efetivo de servidores, o Iprev/DF adotou todas as providências administrativas de sua competência tendentes a atender a determinação desta Corte, o que culminou na previsão, na LDO 2019, de realização de concurso que disponibilizará 20 (vinte) vagas para a autarquia.

43. Assim, em que pese o concurso ainda não ter sido realizado, tem-se como satisfatórias as medidas adotadas em cumprimento ao item “II.a.2.1.1” da Decisão nº 3.281/2017, sem prejuízo de futura avaliação, uma vez que a nomeação desses servidores dependerá de fatores alheios ao gerenciamento do Iprev/DF, tal como a edição de lei específica da carreira e a adequação dos limites de gastos com pessoal.

44. Ademais, cumpre mencionar a publicação pelo Governo do Distrito Federal do “Quadro de composição de preenchimento de cargos/empregos em comissão e de funções de confiança”, tendo como referência o mês de março de 2019, no DODF de 15/04/2019⁶⁴. A publicação traz informações sobre o quadro de servidores dos órgãos e entidades da administração distrital, incluindo o Iprev/DF.

45. Um dos aspectos publicados diz respeito à existência de vínculo efetivo ou não dos atuais servidores do Instituto. O quadro

⁶² Ofício SEI-GDF nº 722/2018, fls. 10/11 e 25 (peça 133, e-DOC 1A0ACF1E).

⁶³ Ofício SEI-GDF nº 722/2018, fls. 24/25 (peça 133, e-DOC 1A0ACF1E).

⁶⁴ DODF nº 71, de 15/04/2019, página 6.



a seguir compara, sob essa perspectiva, os dados de maio de 2016, recebidos por ocasião da realização da auditoria, com os relativos a março de 2019:

Quadro 7 – Quadro de servidores Iprev/DF – comparação 2016 x 2019

DATA	TOTAL DE SERVIDORES	Nº DE SERVIDORES COM VÍNCULO EFETIVO	Nº DE SERVIDORES SEM VÍNCULO EFETIVO	PERCENTUAL DE SERVIDORES COM VÍNCULO EFETIVO
maio/2016	32	9	23	28,13%
março/2019	84	47	37	55,95%

Fonte: e-DOC 44A4A007, fls. 7/10 e DODF nº 71, de 15/04/2019, página 6.

46. Os dados apresentados demonstram um aumento relevante no número total de servidores lotados no Instituto. Além disso, o percentual de profissionais com vínculo efetivo praticamente dobrou, fazendo com que colaboradores sem vínculo sejam a minoria atualmente.

47. Verifica-se, portanto, que, embora ainda não realizado concurso público específico para o Iprev/DF, houve um avanço significativo nesses últimos 3 (três) anos no sentido de se dotar a autarquia dos recursos humanos necessários para o desempenho de suas atribuições legais.

48. Sobre o item “II.a.2.1.2” da decisão, por sua vez, o art. 48 da Lei Complementar nº 932/2017, que instituiu taxa de administração destinada ao órgão gestor único do RPPS/DF, está em consonância com a determinação desta Corte quanto à necessidade de dotar o Iprev/DF de recursos orçamentários e financeiros suficientes para o pleno desempenho, com autonomia, das suas atribuições legais.

49. Diante do exposto, será proposto ao egrégio Plenário considerar cumpridos os itens “II.a.2.1.1” e “II.a.2.1.2” da Decisão nº 3.281/2017.

c) Item “II.b” da Decisão nº 3.281/2017

II – determinar ao Exmo. Sr. Governador do Distrito Federal e ao Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal – IPREV/DF que: [...] b) ao realizarem o acerto de contas para a quitação ao IprevDF dos valores revertidos do antigo Fundo Capitalizado, cujos saques foram autorizados pelas Leis Complementares nºs 899/2016 e 920/2017, incluam na recomposição devida ao atual Fundo Solidário Garantidor do Distrito Federal a correção monetária e a diferença de rendimento



que a Autarquia obterá se os recursos fossem aplicados de acordo com a Política de Investimentos do RPPS/DF⁶⁵ (Achado 5);

Manifestação do Iprev/DF

50. O Iprev/DF afirmou entender que, com a edição da Lei Complementar nº 932/2017, salvo melhor juízo desta Corte, o presente item perdeu o objeto, uma vez que a incorporação dos imóveis e das ações do Banco de Brasília – BrB transferidos pelo Distrito Federal ao patrimônio da autarquia não pode se implementar junto ao Fundo Previdenciário do Distrito Federal – DFPREV, pois esse fundo foi extinto, nos termos dos arts. 45 a 47 da referida norma.⁶⁶

51. Salientou ainda que os imóveis e as ações do BrB foram integrados ao Fundo Solidário Garantidor – FSG, que será administrado por um setor específico e qualificado, conforme consta da nova estrutura do Iprev/DF, prevista no Decreto nº 38.637/2017.⁶⁷

52. Destacou também que a rentabilidade dos referidos ativos será tratada em um Plano Anual de Rentabilidade dos Ativos.⁶⁸

53. Acrescentou, para o caso de esta Corte entender que não houve perda de objeto quanto às estratégias de investimento, que o FSG não possui definição de taxa de juros, nem meta atuarial ou rentabilidade definível, pois não se trata de um fundo previdenciário típico, com segurados e beneficiários. Antes, trata-se de um fundo de solvência sem qualquer relação com um regime de capitalização, estando exclusivamente associado a um regime de monetização.

Análise

54. Em que pese o Iprev/DF defenda a perda de objeto da determinação em tela em decorrência da publicação da Lei Complementar nº 932/2017, ressalta-se que o tema em questão já foi objeto de análise e deliberação pelo Tribunal neste autos, quando da análise dos Pedidos de Reexame apresentados pelo Sindical⁶⁹ e pela PGDF⁷⁰. Este último, inclusive, requereu a perda de objeto – ou, subsidiariamente, a reforma – do item “II.b” da Decisão n.º 3.281/2017⁷¹.

⁶⁵ Redação dada pela Decisão nº 4.603/2018.

⁶⁶ Ofício SEI-GDF n.º 722/2018, fl. 26 (peça 133, e-DOC 1A0ACF1E).

⁶⁷ Ofício SEI-GDF n.º 722/2018, fls. 26/27 (peça 133, e-DOC 1A0ACF1E).

⁶⁸ Ofício SEI-GDF n.º 722/2018, fl. 27 (peça 133, e-DOC 1A0ACF1E).

⁶⁹ Peça 51 (e-DOC 09D91408).

⁷⁰ Peça 82 (e-DOC D9D12B63).

⁷¹ Embora a PGDF tenha se referido, em seu documento, ao item 2.2.3, “b” da Decisão n.º 3.281/2017, o qual inexistia, o teor do recurso remete à redação do item “II.b” dessa deliberação plenária.



55. *Naquela ocasião, a unidade técnica se manifestou por meio da Informação n.º 22/2018– SEAUD⁷², da qual constam as seguintes observações:*

8. *No nosso entendimento, embora a norma que determinasse expressamente o acerto de contas tenha sido revogada, permanecem vigentes as normas que determinaram a recomposição do patrimônio do IPREV, conforme bem observou o Ministério Público que atua junto a esta Corte de Contas. E não se pode falar em recomposição sem encontro de contas; sem verificar, mediante avaliação, conforme requerem as LCs 899/15 e 920/16, se os valores dos ativos correspondem aos recursos retirados do DFPREV.*

9. *A criação do Fundo Garantidor não tem o condão de apagar a necessidade da recomposição exigida pelas normas que autorizaram a reversão de valores do extinto Fundo Previdenciário. Normas essas ainda em vigor. Demais disso, há que se considerar que a previdência do servidor público se rege também pelo princípio do equilíbrio financeiro e, não apenas, do equilíbrio atuarial (Constituição, art. 40).*

10. *Nesse sentido, entende-se que o TCDF deve negar provimento ao recurso da PGDF que pede a perda de objeto da deliberação contida no Item II.b da Decisão nº 3281/17, vez que é necessário encontro de contas a fim de se verificar a efetividade e a equidade da recomposição de que cuidam as leis complementares 899/18 e 920/16.*

56. O MPJTCDF, por sua vez, mediante o Parecer n.º 395/2018– G3P⁷³, trouxe a seguinte análise:

22. *De início, a revogação dos dispositivos legais invocados pela PGDF não é suficiente à inaplicabilidade do encontro de contas suscitado na Decisão n. 3.281/2017. O encontro de contas nada mais é do que fazer incidir ao montante das obrigações, a atualização monetária, juros e multas; visando que o pagamento dos valores se dê da forma ajustada ao valor objeto do mútuo, segundo as normas de regência, sob pena de locupletamento ilícito da Administração Direta em face da Autarquia – IPREV/DF.*

23. *Assim, o valor das obrigações devem ser aferidos, para que se dê integral quitação, considerando que incidam os critérios legais de atualização monetária, juros remuneratórios e compensatórios, além de multas legais. A natureza dessa incidência é amplamente legal, derivado de normas tributárias, da LC Distrital 769/2008, Código Civil de 2002, Código de Processo Civil, normas federais, LC*

⁷² Peça 92 (e-DOC BD926DF9).

⁷³ Peça 95 (e-DOC 2371EB80).



101/2011, Lei 4.620/64, dentre outras. Ou seja, o encontro de contas é regido pelas normas de regência e não somente em face dos dispositivos revogados pelo art. 54 da LC 932/17 e pelo teor do item II.b da Decisão n. 3.281/17.

24. Nesse sentido, não houve perda de objeto do deliberado pelo item II.b da Decisão n. 3.281/17, em face da revogação do art. 2º da lei Complementar n. 917/2016, o que deve motivar o indeferimento quanto ao pleito específico nos pedidos aduzidos pela PGDF.

57. Em seguida, o relator recursal dos autos trouxe em seu voto⁷⁴:

Por outro lado, os argumentos trazidos à tona pela PGDF (a fim de considerar a perda de objeto ou, subsidiariamente, reformar o item “II.b” da Decisão n.º 3.281/2017) não merecem prosperar; motivo pelo qual adoto, como razão de decidir, no que diz respeito a esse ponto específico, as considerações lançadas pelo i. Procurador Demóstenes Tres Albuquerque no bojo do Parecer n.º 395/2018–G3P.

58. Como consequência, acompanhando por unanimidade o voto do relator, a Corte, por meio da Decisão nº 4.603/2018, deu nova redação ao item “II.b” da Decisão nº 3.281/2017, que tomou a versão atual, supratranscrita.

59. Nesse contexto, considerando que a autarquia não apresentou qualquer informação no sentido de demonstrar o atendimento da deliberação em questão, será proposto ao egrégio Plenário considerar não cumprido o item “II.b” da Decisão nº 3.281/2017, reiterando-o ao jurisdicionado.

d) Item “III” da Decisão nº 3.281/2017

III – alertar o Exmo. Sr. Governador do Distrito Federal e a Câmara Legislativa do Distrito Federal de que, diante das projeções de déficits anuais crescentes para a previdência pública do Distrito Federal até o exercício de 2035, faz-se necessária a adoção de medidas para evitar um contexto fiscal desfavorável nas próximas décadas (Achado 3);

Manifestação do Governo do Distrito Federal e da CLDF

60. Não houve manifestação do Governo do Distrito Federal ou da Câmara Legislativa do Distrito Federal em relação ao presente item.

Análise

61. Embora os jurisdicionados não tenham se manifestado nestes autos, é relevante mencionar que a Lei Complementar nº 932/2017

⁷⁴ Peça 101 (e-DOC 2D3EE02C).

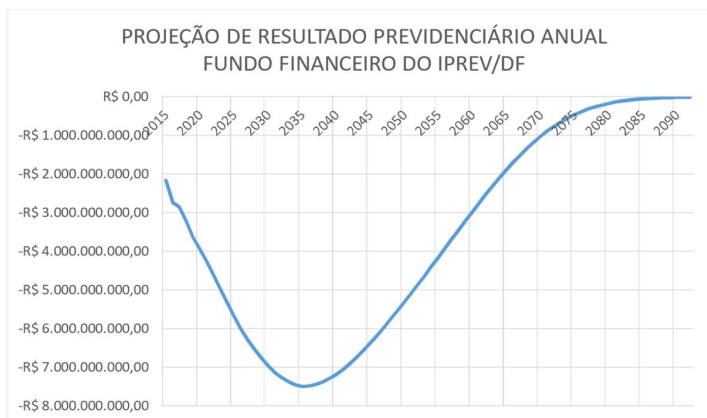


foi resultado do Projeto de Lei Complementar nº 122/2017, de iniciativa do Poder Executivo distrital, após aprovado com alterações pela CLDF, o que demonstra a preocupação de ambos os poderes em relação ao contexto do RPPS/DF.

62. A nova lei não extinguiu a segregação de massas no Distrito Federal, mas alterou sua data de referência, de modo que o fundo financeiro passou a incluir todos os servidores, pensionistas e dependentes existentes quando publicada a norma. O antigo fundo capitalizado foi extinto, tendo sido criado um novo, destinado a receber servidores futuros.

63. Os gráficos a seguir resumem os resultados previdenciários esperados para o fundo financeiro pelas próximas décadas, conforme as avaliações atuariais de 2016 (antes da Lei Complementar nº 932/2017) e de 2018 (após sua publicação):

Gráfico 1 – Projeção de resultado previdenciário anual – Fundo Financeiro – 2016



Fonte: Avaliação Atuarial de 2016 (e-DOC 926C5F65-e).

Gráfico 2 – Projeção de resultado previdenciário anual – Fundo Financeiro – 2018

Gráfico 1 – Projeção de resultado previdenciário anual – Fundo Financeiro – 2016



Fonte: Avaliação Atuarial de 2016 (e-DOC 926C5F65-e).



64. O próximo quadro, por sua vez, traz algumas comparações que permitem uma visão mais clara dos impactos atuariais e financeiros decorrentes principalmente⁷⁵ da publicação da Lei Complementar nº 932/2017:

Quadro 8 – Comparação entre resultados das Avaliações Atuariais de 2016 e 2018

ANO DA AVALIAÇÃO ATUARIAL	DEFICIT FINANCEIRO PROJETADO PARA 2019	ANO DO DEFICIT FINANCEIRO MÁXIMO PROJETADO	VALOR DO DEFICIT FINANCEIRO MÁXIMO PROJETADO	DEFICIT ATUARIAL DO RPPS/DF
2016	R\$ 3,64 bilhões	2035	R\$ 7,50 bilhões	R\$ 261,0 bilhões ⁷⁶
2018	R\$ 3,00 bilhões	2041	R\$ 6,95 bilhões	R\$ 239,9 bilhões ⁷⁷

Fonte: Avaliações Atuariais de 2016 (e-DOC 926C5F65-e) e 2018 (e-DOC 543673B8).

65. Observa-se que, em que pese ambos os cenários sejam deficitários, a realidade posterior às alterações realizadas na previdência distrital em 2017, segundo as Avaliações Atuariais do Iprev/DF, permite indicar ao menos 4 (quatro) impactos da nova legislação:

- i. Houve uma redução no deficit financeiro anual dos primeiros exercícios após as alterações, como exemplifica a variação de deficit projetado para 2019;
- ii. O deficit financeiro máximo projetado ao longo de todo fluxo atuarial foi adiado por 6 (seis) anos;
- iii. O valor do deficit financeiro máximo projetado foi reduzido em cerca de R\$ 550 milhões, conforme se observa pela suavização da curva de deficit projetados (Gráfico 2), em comparação ao Gráfico 1;
- iv. Houve uma redução no valor do deficit atuarial do RPPS/DF.

66. Isso se deve ao fato de que, com a união das massas de segurados até então existentes, os valores de contribuições dos servidores e segurados vinculados ao antigo DFPREV, que antes eram capitalizados para pagamentos de benefícios futuros,

⁷⁵ A publicação da Lei Complementar nº 932/2017, embora não a única, foi a mais relevante alteração realizada na previdência distrital entre as Avaliações Atuariais de 2016 e 2018. Outro exemplo de mudança normativa foi a exclusão, por meio do art. 4º da Lei Complementar nº 922/2016, do auxílio-doença do rol de benefícios previdenciários do RPPS/DF, previsto no art. 17 da Lei Complementar nº 769/2008.

⁷⁶ Soma do deficit técnico atuarial do fundo financeiro (R\$ 261.675.079.842,51) com o superavit técnico atuarial do antigo DFPREV (R\$ 658.086.105,45).

⁷⁷ Deficit técnico atuarial do fundo financeiro (R\$ 239.909.000.199,05). A avaliação atuarial não apresentou projeção de resultado atuarial para o novo fundo capitalizado, uma vez que ainda não havia segurados a ele vinculados.



passaram a ser direcionados a pagamentos imediatos no fundo financeiro.

67. Ademais, houve direcionamento de novas receitas ao Fundo Solidário Garantidor, antes não previstas, a exemplo do recebimento da parte principal corrigida da dívida ativa, as quais podem ser utilizadas inclusive para custeio de benefícios do fundo financeiro, atualmente deficitário.

68. Neste ponto, cumpre mencionar o Processo nº 27.781/2017, que trata de representação do MPJTCDF questionando a dissolução da segregação de massas do RPPS/DF, com os parâmetros anteriormente vigentes, pela Lei Complementar nº 932/2017, bem como de expediente encaminhado pelo Parquet especial, assinado pelo então Deputado Distrital Wasny de Roure, além de representações apresentadas pelo Sindicato dos Médicos do Distrito Federal – SINDMÉDICO-DF e pelo Sindicato dos Odontologistas do Distrito Federal – SODF, todos sobre matéria correlata.

69. O referido processo foi apensado a estes autos por meio da Decisão nº 1.050/2019. Nesse contexto, ressalta-se que as informações constantes das avaliações do Iprev/DF, conforme analisado nos parágrafos anteriores, indicam que a nova legislação previdenciária do Distrito Federal acarretou uma melhora no resultado atuarial e financeiro do RPPS/DF, o que afasta a principal preocupação apresentada no âmbito do supracitado processo, quanto a possíveis impactos atuariais negativos da nova lei.

70. Sob outra perspectiva, todavia, a Avaliação Atuarial de 2018⁷⁸ revela que as alterações promovidas, mesmo considerando os recursos provenientes do FSG que não dependem de novos atos normativos⁷⁹, sequer se aproximaram de resolver o deficit de longo prazo do RPPS/DF. O atual fundo financeiro, assim como afirmado sobre o antigo, no Relatório Final de Auditoria, é deficitário desde sua origem e exigirá sacrifício fiscal nas próximas décadas, dada a legislação atualmente em vigor.

*71. Conforme mencionado anteriormente, o referido estudo atuarial indica que o **deficit financeiro anual projetado para 2041 é de R\$ 6.947.059.786,71⁸⁰**, cerca de 32% da receita corrente líquida do tesouro do DF apurada de janeiro a dezembro de 2018⁸¹, por exemplo. Estima, ainda, que o Distrito Federal terá de suportar*

⁷⁸ Ressalte-se que a Avaliação Atuarial de 2018, inclusive com seu Anexo 9, consta também do Anexo IX da Lei nº 6.216/2018 (LDO 2019).

⁷⁹ A Avaliação Atuarial de 2018 considerou que as seguintes receitas do FSG serão anualmente repassadas ao fundo financeiro: a) receita decorrente de dívida ativa, estimada em R\$ 400.000.000,00; b) dividendos e juros sobre capital próprio – JCP, projetados em R\$ 150.000.000,00; c) rentabilidade real anual de 3,00%, perfazendo o valor de R\$ 105.413.155,23 – considerando o ativo principal do FSG no montante de R\$ 3.513.771.840,98.

⁸⁰ Valor presente.

⁸¹ Conforme Relatório de Gestão Fiscal do período, publicado no DODF de 30/01/2019, a receita corrente líquida do tesouro do DF foi de R\$ 21.742.563.018,85, em 2018.



um deficit anual maior que R\$ 6 bilhões por mais de 20 anos consecutivos (2031 a 2051) ou acima de R\$ 5 bilhões por quase 30 anos (2027 a 2055).

72. Considerando que atualmente o tesouro distrital tem que cobrir um deficit da ordem de **R\$ 3 bilhões** e já o faz com dificuldades, as projeções apresentadas são preocupantes e evidenciam que o cenário identificado na auditoria objeto destes autos, em 2016, persiste em 2019, perfazendo um contexto desafiador ao equilíbrio das contas públicas distritais no médio e longo prazos.

73. Por outro lado, a reforma do sistema previdenciário brasileiro atualmente em tramitação no Congresso Nacional poderá trazer alterações no cenário acima descrito. Ademais, parte dos bens, ativos, direitos e receitas adicionais a serem direcionados ao Fundo Solidário Garantidor, previstos pelo art. 73-A da Lei Complementar nº 769/2008⁸², ainda não foi implementada em sua plenitude. Assim, entende-se como oportuno promover nova análise do cenário previdenciário na próxima etapa processual destes autos.

e) Item “IV” da Decisão nº 3.281/2017

IV – recomendar ao Exmo. Sr. Governador e aos titulares dos órgãos do Poder Legislativo do Distrito Federal que, ao encaminharem propostas de alterações legislativas com efeitos sobre o equilíbrio financeiro e atuarial do RPPS/DF, façam constar documentos de avaliação dos impactos previdenciários, atuariais e financeiros potenciais, a fim de subsidiar decisões consistentes com a realidade previdenciária do Distrito Federal, em observância ao necessário equilíbrio fiscal das contas públicas (Achado 3);

Manifestação do Governo do Distrito Federal e da CLDF

74. Não houve manifestação do Governo do Distrito Federal ou da Câmara Legislativa do Distrito Federal em relação ao presente item.

Análise

75. Em que pese os jurisdicionados não tenham se manifestado nestes autos, o Poder Executivo distrital encaminhou à CLDF o Projeto de Lei Complementar nº 122/2017, que se tratava de uma proposta de alteração legislativa com efeitos sobre o equilíbrio financeiro e atuarial do RPPS/DF. Como se sabe, o referido projeto culminou na Lei Complementar nº 932/2017.

⁸² Incluído pela Lei Complementar nº 932/2017, art. 44, inciso VI.



76. A Exposição de Motivos⁸³ que acompanhou o PLC nº 122/2017 apresentou Nota Técnica⁸⁴ com informações sobre o deficit atuarial então existente no fundo financeiro; projeção de deficit financeiro anual desse fundo até 2035; superavit técnico atuarial do fundo capitalizado nos últimos três anos; contextualização da situação fiscal do Distrito Federal; projeção de comprometimento da Receita Corrente Líquida para 2025, caso não houvesse alterações no regime previdenciário que estava vigente; e descrição da previdência complementar tratada na proposição legislativa, indicando benefícios no contexto previdenciário de longo prazo.

77. O parecer emitido pela Comissão de Constituição e Justiça – CCJ da CLDF⁸⁵, por sua vez, exibiu estimativa de impactos financeiros da proposta para o período de 2017 a 2035, considerando a realidade do RPPS/DF. Também trouxe, para o mesmo intervalo, várias projeções relativas aos fundos então existentes, incluindo:

- 1) evolução:
 - i. da quantidade de beneficiários e de servidores ativos no fundo financeiro;
 - ii. da situação patrimonial estimada para os fundos capitalizado e financeiro;
- 2) comparação:
 - i. entre as arrecadações previstas para os dois fundos;
 - ii. entre o aumento do deficit financeiro prospectado para o fundo financeiro e a receita corrente estimada para o Distrito Federal;
 - iii. entre a acumulação de recursos projetada para o fundo capitalizado e o deficit financeiro previsto para o fundo financeiro;
 - iv. entre os pedidos de aposentadoria de servidores vinculados ao fundo financeiro nos primeiros semestres de 2016 e 2017, evidenciando aumento relevante desse indicador.

78. Esse contexto evidencia que as informações citadas foram disponibilizadas aos parlamentares para subsidiar a análise da matéria durante o processo legislativo.

79. Observa-se, todavia, que a maior parte dos dados que acompanharam o PLC nº 122/2017 diziam respeito a aspectos

⁸³ Exposição de Motivos SEI-GDF nº 21/2017 – SEF/GAB, de 23/08/2017 (vide e-DOC D7B46231 – associado aos autos).

⁸⁴ E-DOC D7B46231 (associado aos autos), fls. 32/40.

⁸⁵ E-DOC 35F3E867.



financeiros e atuariais relacionados à manutenção das regras vigentes à época.

80. Embora tenham sido incluídas projeções de efeitos financeiros do projeto, não havia estudo que demonstrasse os impactos atuariais futuros decorrentes de eventual aprovação da proposta caso fosse aprovada como inicialmente apresentada.

81. Por outro lado, durante o processo legislativo, por meio da Emenda 18⁸⁶ ao PLC nº 122/2017, foi incluída no projeto a criação do Fundo Solidário Garantidor, com previsão de destinação para o RPPS/DF de recursos provenientes de novas fontes. Embora a inclusão também não tenha sido acompanhada de análise de impactos atuariais, neste caso, os efeitos eram evidentemente positivos.

82. Posteriormente, a Avaliação Atuarial do Iprev/DF de 2018⁸⁷ concluiu que o saldo das alterações foi atuarialmente positivo, apesar de ainda existir um grande deficit. Assim, embora os documentos que acompanharam o projeto de lei complementar não trouxessem todas as informações recomendadas pelo Tribunal, o resultado do processo legislativo não foi gravoso para o RPPS/DF, conforme a avaliação supracitada, publicada pelo Instituto.

83. Ademais, destaca-se o que a LC nº 932/2017 dispôs em seu art. 52:

*Art. 52. O Poder Executivo encaminhará revisão dos regimes próprios e complementares de previdência do servidor do Distrito Federal **no prazo de 4 anos a partir da entrada em vigor desta Lei.***

§ 1º A revisão busca avaliar, entre outros objetivos, o equilíbrio financeiro e atuarial-financeiro dos Fundos Financeiro, Capitalizado e Solidário Garantidor.

§ 2º No momento da revisão do regime de previdência dos servidores públicos do Distrito Federal, se verificada a não efetivação ou frustação das receitas previstas no art. 73-A da Lei Complementar nº 769, de 2008, fica o Poder Executivo obrigado a transferir ativos adequados e suficientes para atingimento do equilíbrio e da sustentabilidade do sistema. (Grifou-se)

84. Verifica-se que esse dispositivo permite uma reavaliação do impacto da referida norma quanto ao equilíbrio financeiro e atuarial do RPPS/DF, quatro anos após sua publicação, tempo razoável para que: seja observada a efetivação ou não das receitas

⁸⁶ file:///C:/Users/flavi/Downloads/PLC-2017-00122-EME-018-PLENARIO.pdf (acesso em 26/04/2019).

⁸⁷ http://www.ipev.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/05/Novo_Relato%20deAvaliao%20Atuarial-2018_Governo-do-Distrito-Federal_DF_23032018.pdf, página 21 (acesso em 3/5/2019).



indicadas na LC nº 932/2017, art. 44, VI⁸⁸, a serem direcionadas ao Fundo Solidário Garantidor – FSG; e afira-se sua suficiência para o atingimento do equilíbrio e da sustentabilidade do sistema.

85. Diante do exposto, será proposto ao egrégio Plenário considerar parcialmente cumprido o item “IV” da Decisão nº 3.281/2017, relevando a falha supracitada, tendo em conta que o resultado do processo legislativo não se mostrou gravoso para o RPPS/DF, sem prejuízo de futuras averiguações, uma vez que se trata de recomendação de caráter permanente.

f) Item “V” da Decisão nº 3.281/2017

V – recomendar ao Exmo. Sr. Governador do Distrito Federal que: **a)** avalie a pertinência de estabelecer mandatos fixos para os cargos de direção do IPREV/DF, com vistas a evitar descontinuidade na gestão do RPPS/DF (Achado 1); **b)** adote medidas, objetivando priorizar a tramitação do Projeto de Lei Complementar nº 19/2015, que trata da instituição da previdência complementar dos servidores públicos distritais, como forma de minimizar os impactos fiscais da previdência do Distrito Federal no tesouro local no médio e longo prazos (Achado 3);

Manifestação do Governo do Distrito Federal

86. Não houve manifestação do Governo do Distrito Federal em relação ao presente item.

Manifestação do Iprev/DF

87. O Iprev/DF afirmou que a presente recomendação foi cumprida com a edição da Lei Complementar nº 932/2017.

Análise

88. A Lei Complementar nº 932/2017, por meio do seu art. 44, inciso X, alterou o art. 93 da Lei Complementar nº 769/2008, que passou a dispor.

Art. 93. A Diretoria Executiva do Iprev/DF é composta por 6 Diretores, nomeados pelo Governador do Distrito Federal, com mandato de 3 anos, sendo um Diretor-presidente (CNP- 3), um Diretor de Governança, Projetos e Compliance (CNE-2), um Diretor de Previdência (CNE-2), um Diretor Jurídico (CNE-2), um Diretor de Investimentos (CNE-2) e um Diretor Administrativo-financeiro (CNE-2).

[...]

⁸⁸ Acrescenta o art. 73-A na Lei Complementar nº 769/2008, o qual institui o Fundo Solidário Garantidor e estabelece bens, ativos, direitos e receitas extraordinárias para o comporem.



§ 4º A perda de mandato de membro da Diretoria Executiva só ocorre em virtude de:

- I - condenação penal por crime doloso ou por improbidade administrativa, julgada por órgão colegiado ou transitada em julgado;*
- II - rejeição de contas relativas ao exercício de cargo ou função públicas, por decisão irrecorrível proferida por órgão competente;*
- III - condenação em processo disciplinar com pena de demissão ou de destituição de cargo, em conformidade com a legislação vigente;*
- IV - aplicação de penalidade de perda de mandato prevista em contrato de gestão, nos termos do art. 93-A, § 3º, VI, aprovada por no mínimo 2/3 dos membros do Conselho de Administração do Iprev/DF, garantidos o contraditório e a ampla defesa.*

§ 5º No caso de vacância de qualquer dos cargos da Diretoria Executiva, é realizada a substituição no prazo de 30 dias, visando à conclusão do mandato em curso. (Grifou-se)

89. *Além disso, a LC nº 932/2017, estabeleceu em ser art. 1º:*

Art. 1º Fica instituído o regime de previdência complementar para os servidores públicos do Distrito Federal titulares de cargos efetivos da administração direta, autárquica e fundacional, que é administrado pela Fundação de Previdência Complementar dos Servidores do Distrito Federal - DF-PREVICOM, pessoa jurídica de direito privado, com natureza pública, a ser criada por Decreto do Governador do Distrito Federal.

90. *Posteriormente, em 30/10/2018, foi publicado o Estatuto da Fundação de Previdência Complementar dos Servidores do Distrito Federal – DF-Previcom.*

91. *Diante do exposto, será proposto ao egrégio Plenário considerar cumpridos os itens “V.a” e “V.b” da Decisão nº 3.281/2017.*

g) Itens “VI.a.1”, “VI.a.2” e “VI.b.1” da Decisão nº 3.281/2017

VI – determinar ao Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal – IPREV/DF que: a) doravante: 1) por ocasião das próximas avaliações atuariais, nos termos do art. 1º, inciso I, da Lei nº 9.717/98, adote metodologia consistente com as técnicas atuariais, com o intervalo temporal projetado e com o volume de recursos geridos pela autarquia para estimar a taxa de juros a ser utilizada em suas avaliações



atuariais, em consonância com o Guia de Melhores Práticas Atuariais da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – Previc e com os princípios atuariais dos Parâmetros Realistas e da Prudência recomendados pela Resolução IBA nº 02/2014 do Instituto Brasileiro de Atuária (Achado 3): 1.1) considerando a expectativa de juros de longo prazo; e 1.2) avaliando a pertinência de se utilizar taxas de juros variáveis ao longo do período projetado, conforme a expectativa de rentabilidade aferida para cada momento do fluxo atuarial; 2) realize testes de aderência e convergência periódicos da premissa de juros adotada nas avaliações atuariais, calibrando os modelos para geração dos cenários com base na série histórica de cada ativo (índice) e eventuais correlações, e levando-se em conta (Achado 3): 2.1) o potencial de rentabilidade futura da carteira atual de investimentos do Fundo Capitalizado (DFPREV – e dos recursos que nele ingressarão no período projetado; 2.2) o fluxo de ingressos e dispêndios esperado para o intervalo de tempo considerado; [...] b) no prazo de 90 (noventa) dias: 1) normatize a metodologia adotada em conformidade com o inciso VI, alínea “a”, item 1 supra (Achado 3); Manifestação do Iprev/DF

92. O Iprev/DF informou que, quanto ao item em questão, foi elaborada e publicada a Portaria nº 68/2017, formatada por sua Diretoria de Investimentos, com a participação de sua Assessoria de Atuária e Diretoria Jurídica.⁸⁹

93. Acrescentou que a mencionada norma foi editada pelo Diretor-Presidente do Instituto com o propósito de estabelecer metodologia consistente com as técnicas atuariais, com o intervalo temporal projetado e com o volume de recursos geridos pela autarquia, para estimar a taxa de juros a ser utilizada em suas avaliações atuariais, em consonância com o Guia de Melhores Práticas Atuariais da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – Previc e com os princípios atuariais dos Parâmetros Realistas e da Prudência recomendados pela Resolução IBA nº 02/2014, do Instituto Brasileiro de Atuária.⁹⁰

94. Sobre a possibilidade de se utilizarem taxas de juros variáveis ao longo do período projetado, salientou que as projeções de juros futuros não se estendem por prazos longos, dados os níveis de incerteza econômica.⁹¹

95. Mencionou que o próprio Banco Central, em seu levantamento das previsões dos analistas de mercado divulgadas no Boletim Focus e no Sistema Expectativas, divulga apenas as projeções para os próximos 5 (cinco) anos. Ainda assim, a variação

⁸⁹ 722/2018, fl. 32 (peça 133, e-DOC 1A0ACF1E).

⁹⁰ Ofício SEI-GDF n.º 722/2018, fls. 32/33 (peça 133, e-DOC 1A0ACF1E).

⁹¹ Ofício SEI-GDF n.º 191/2017, fl. 11 (peça 118, e-DOC 6B996477).



maior ocorre entre o ano corrente e o seguinte, ficando os juros praticamente constantes nos anos seguintes, acima de um patamar inflacionário condizente com a meta de inflação estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional.

96. *Considerando-se que a avaliação atuarial abrange um horizonte de longo prazo, afirmou que taxas de juros variáveis nos primeiros anos não farão diferença relevante no cálculo do superavit ou deficit. Acrescentou que, do ponto de vista da política de investimentos, para se estabelecer a meta de rentabilidade do ano seguinte, a definição mais realista deve considerar o desempenho recente do parâmetro de referência e as projeções para o ano seguinte.*⁹²

97. *Afirmou ainda que, diante da edição da Lei Complementar nº 932/2017, as presentes deliberações ficaram prejudicadas, já que o antigo DFPREV foi extinto.*

98. *Com isso, entendeu que foram cumpridos os itens “VI.a.1”, “VI.a.2” e “VI.b.1” da Decisão nº 3.281/2017.*⁹³

Análise

99. *Inicialmente, cumpre ressaltar que, em que pese o Iprev/DF tenha afirmado que as deliberações em questão ficaram prejudicadas, como consequência da publicação da Lei Complementar nº 932/2017, essa afirmação não se sustenta. Isso porque, embora a nova legislação tenha extinguido o antigo DFPREV, permanece existindo um fundo capitalizado no RPPS/DF, agora destinado aos servidores com ingresso no serviço público distrital a partir de 1º/03/2019 ou com ingresso anterior que fizeram a opção por migrar para o regime de previdência complementar.*

100. *Assim, embora este fundo tenha passado a ter integrantes recentemente, todas as deliberações do Tribunal direcionadas ao antigo DFPREV quanto ao estabelecimento das taxas de juros utilizadas nos cálculos atuariais se aplicam integralmente às avaliações atuariais que serão realizadas para o novo fundo capitalizado.*

101. *Em consonância com esse entendimento, inclusive, o Iprev/DF publicou a Portaria nº 68/2017, que assim dispôs em seu art. 1º:*

Art. 1º A definição da taxa de juros atuarial do fundo previdenciário em regime de capitalização de que trata o artigo 73, § 2º da lei Complementar nº 769, de 30 de junho de

⁹² 191/2017, fls. 11/12 (peça 118, e-DOC 6B996477).

⁹³ 722/2018, fls. 29, 30 e 32 (peça 133, e-DOC 1A0ACF1E).



2008, administrado pelo IPREV/DF, deverá observar as regras descritas nesta Portaria.

102. A referida norma estabeleceu as seguintes regras para a definição da taxa de juros atuarial:

Art. 7º Para a carteira de ativos financeiros do Fundo Capitalizado, a taxa de juros definida na Política Anual de Investimentos deverá ter como referência a taxa média dos últimos trinta e seis meses do título público federal indexado ao Índice de Preço ao Consumidor Amplo - IPCA com duração equivalente mais aproximada da duração do passivo do plano de benefícios.

§ 1º O intervalo temporal para apuração da taxa média será os trinta e seis meses terminados no mês de agosto do ano anterior ao ano de referência da Política Anual de Investimentos.

§ 2º Na inexistência de histórico de trinta e seis meses para o título com duração equivalente mais próxima, deverá ser utilizado o título com duração imediatamente inferior para o período equivalente.

§ 3º O Iprev/DF poderá adotar taxa de juros para a carteira de ativos financeiros limitada ao intervalo superior equivalente a 70% (setenta por cento) da taxa apurada conforme metodologia do caput deste artigo e inferior de 0,4% (adicionado à taxa apurada conforme tal metodologia).

Art. 8º Para a carteira de ativos não financeiros eventualmente incorporados por lei ao patrimônio do fundo capitalizado, a sua taxa de juros deverá ter como referência os parâmetros históricos de desempenho de cada segmento específico, a serem definidos na Política Anual de Investimentos.

Art. 9º A taxa de juros atuarial para a integralidade da carteira financeira e não-financeira do Fundo Capitalizado de que trata o artigo 73, § 2º da Lei Complementar nº 769, de 30 de junho de 2008, será obtida por meio das taxas obtidas conforme o Art. 7º e Art. 8º, ponderando-as pela sua participação relativa na carteira total de ativos.

Art. 10 A Política Anual de Investimentos deverá especificar os parâmetros e a estratégia a serem utilizados para a obtenção da taxa de juros atuarial.

103. Verifica-se que o Iprev/DF normatizou metodologia para definição de sua taxa de juros atuarial alinhada com as deliberações desta Corte, considerando a expectativa de juros de longo prazo.



104. As justificativas apresentadas pela autarquia também demonstram que foi avaliada a pertinência de se utilizarem taxas variáveis ao longo do período projetado, conforme a expectativa de rentabilidade aferida para cada momento do fluxo atuarial, tendo o Instituto concluído não ser necessário em decorrência da incerteza econômica que envolve projeções financeiras de longo prazo.

105. De fato, desde que se utilize metodologia adequada para o estabelecimento da premissa de juros atuarial, a utilização de taxas variáveis ao longo do fluxo previsto não se mostra relevante, além de não ser prática comum nas projeções de juros de longo prazo realizadas no mercado.

106. Cabe citar que a Política de Investimentos de 2019⁹⁴ do Iprev/DF definiu a meta de rentabilidade do seu fundo capitalizado nos seguintes termos:

Uma vez que o Fundo Capitalizado ainda não possui massa a ele atrelada na data de elaboração desta Política de Investimentos, não há ainda um passivo previdenciário formado para o cálculo da rentabilidade dos fluxos futuros de contribuições. Até que seja possível realizar o cálculo da meta de rentabilidade pela metodologia apontada, esta Política de Investimentos adotará como referência a taxa média dos 36 meses encerrados em setembro de 2018 do título público federal NTN-B com duração de dez anos, representada pela NTN-B 2035.

A meta de rentabilidade para o Fundo Capitalizado do Distrito Federal em 2019 é de 4,10% acima do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA. (A taxa média da NTN-B 2035 nos últimos 36 meses encerrados em setembro de 2018 é de 5,83% a.a., e dessa forma o intervalo superior para a meta de rentabilidade do Fundo Capitalizado é de 6,26% a.a. e o intervalo inferior é de 4,08% a.a. Considerando-se a projeção dos juros reais em 3,7% para 2018 apresentada no Boletim Focus de 06/09/2018, foi considerada para efeitos da meta de rentabilidade o valor de 4,10%, mais próximo do limite inferior). (Grifou-se)

107. Com isso, observa-se que a autarquia não só normatizou regras para definição de sua meta de rentabilidade a ser utilizada nas avaliações atuariais, como tem utilizado critérios técnicos e objetivos para defini-la, mesmo que ainda não tenha sido possível a plena utilização das regras previstas pela Portaria nº 68/2017 na Política de Investimentos de 2019, em decorrência de o fundo capitalizado ainda não ter segurados vinculados quando de sua elaboração.

⁹⁴ <http://www.iprev.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/10/GDF-13774768-Pol%C3%ADticaAnual-de-Investimentos-2019.pdf> (acesso em 29/04/2019).



108. Como resultado, a taxa de juros, que foi estabelecida como 5,50% a.a. na Avaliação Atuarial de 2016, hoje tem projeção de 4,10% a.a., mais adequada à realidade atual do mercado brasileiro.

109. Quanto aos testes de aderência, por sua vez, a Portaria nº 68/2017, em consonância com a deliberação do Tribunal, normatizou sua realização, nos seguintes termos:

Art. 2º Para efeitos dessa Portaria, considera-se: [...]

VIII - Estudo Técnico de Convergência da Taxa de Juros: documento técnico elaborado por atuário autorizado que atesta a aderência da hipótese de taxa de juros atuarial do Fundo Capitalizado à taxa de retorno real anual projetada para as aplicações dos recursos garantidores. [...]

Art. 11. **Anualmente o Iprev/DF deverá realizar estudo de convergência da taxa de juros real anual e a taxa de retorno projetada para as aplicações dos recursos garantidores do Fundo Capitalizado** considerando-se os fluxos projetados, previamente à aprovação da sua Política Anual de Investimentos pelas esferas cabíveis.

Parágrafo Único. O estudo técnico deve utilizar como data base 31 de dezembro do exercício social anterior ao ano da sua elaboração, entendido como o ano anterior ao ano de referência da Política Anual de Investimentos. (Grifou-se)

110. No mesmo sentido, quanto às premissas a serem utilizadas no cálculo atuarial, a Portaria nº 79/2017 dispôs sobre as orientações e procedimentos a serem adotados na realização dos estudos técnicos que visem a atestar a adequação das hipóteses biométricas, demográficas, econômicas e financeiras às características da massa de participantes e assistidos e dos planos de benefícios administrados pelo Iprev/DF.

111. O Anexo I desta norma traz o seguinte quadro:

Quadro 9 – Hipóteses Atuariais, Cronograma de Testagem e Periodicidade

Nº	HIPÓTESE	CRONOGRAMA (DATA)	PERIODICIDADE (ANOS)
1	Tábua de Mortalidade Geral	2018	3
2	Tábua de Mortalidade de Inválidos		3
3	Tábua de Entrada em Invalidez		3
4	Taxa de Crescimento Salarial Real		1
5	Taxa de Crescimento de Benefícios Real		1
6	Novos Entrados		3



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A7/S1

e-DOC B78FB7AD
Proc 2510/2016-e

Proc.: 2.510/16-e

7	Taxa de Inflação	2019	1
8	Taxa de Rotatividade		3
9	Taxa de Despesas Administrativas		1
10	Idade de Entrada em Aposentadoria Programada		3
11	Composição Familiar		3
12	Compensação Previdenciária		3

Observação: a realização dos estudos de aderência das hipóteses atuariais poderá ser realizada em periodicidade inferior ao aqui estabelecido de forma opcional, e obrigatória diante de mudanças significativas no cenário dos planos previdenciários, no perfil dos servidores, aposentados e pensionistas, e de seus dependentes, bem como na legislação que rege os Regimes Próprios de Previdência Social, que poderão afetar expressivamente a previsão dos eventos futuros.

Fonte: Anexo I da Portaria Iprev/DF nº 79/2017.

112. Em conformidade com o cronograma indicado, em agosto de 2018 a Unidade de Atuária do Instituto publicou Estudo de Aderência das Hipóteses Biométricas, Demográficas e Econômicas⁹⁵, incluindo todos os testes previstos para o ano de 2018 e o da idade de entrada em aposentadoria programada, que estava previsto para 2019.

113. Por outro lado, cumpre destacar que a Avaliação Atuarial de 2018 considerou que as seguintes receitas do Fundo Solidário Garantidor – FSG, que não dependem da edição de novos atos normativos para serem direcionadas ao RPPS/DF, serão anualmente repassadas ao fundo financeiro⁹⁶:

a) receita decorrente de dívida ativa, estimada em R\$ 400.000.000,00;

b) dividendos e juros sobre capital próprio – JCP, projetados em R\$

150.000.000,00;

⁹⁵

http://www.iprev.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/10/RE_Estudios-de-Ader%C3%Aancia_2018_Final.pdf (acesso em 30/04/2019).

⁹⁶ A LC nº 932/2017, art. 44, inciso VI, acresceu o art. 73-A à LC nº 769/2008, com a seguinte disposição:

“Art. 73-A. Fica instituído o Fundo Solidário Garantidor, com a seguinte destinação e características:
I - destinado a ser reserva garantidora da solvência parcial ou total das obrigações previdenciárias dos fundos de que trata o art. 73, §§ 1º [fundo financeiro] e 2º [novo fundo capitalizado]; [...]”

Como a única vedação à utilização de recursos do FSG para socorrer os dois fundos supracitados se refere às disponibilidades financeiras que estavam vinculadas ao antigo DFPREV existentes na data da publicação da LC nº 932/2017 (segundo o art. 44 desta lei), e atualmente apenas o fundo financeiro é deficitário, os ativos mencionados no § 113 podem ser repassados a este fundo.



c) *rentabilidade real anual de 3,00%, perfazendo o valor de R\$ 105.413.155,23 – considerando o ativo principal do FSG no montante de R\$ 3.513.771.840,98.*

114. *Todavia, o referido estudo atuarial não trouxe memória de cálculo de como foram alcançados esses valores utilizados, à exceção da rentabilidade real anual. Nesse sentido, não foram apresentados valores históricos e tendências futuras com vistas a justificar os numerários previstos para as receitas provenientes da dívida ativa e dos dividendos e juros sobre o capital próprio – JCP.*

115. *Ressalta-se que, conforme informado pelo Iprev/DF, os valores de JCP direcionados ao RPPS/DF, relativos ao período de outubro de 2017 a outubro de 2018, somaram R\$ 62,7 milhões, valor muito inferior à previsão de fluxo anual originário dessa fonte no supracitado estudo atuarial.⁹⁷*

116. *Por outro lado, conforme previsto na Lei Complementar nº*

932/2017, art. 73-A, inciso III, alínea e, serão destinados ao FSG os recebíveis e o fluxo anual relativos ao recebimento da parte principal corrigida da dívida ativa do Distrito Federal, com vencimento a partir de 1º de janeiro de 2019. Sendo assim, este será o primeiro ano em que o referido fluxo de recursos ocorrerá.

117. *A análise dos Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária do Distrito Federal relativos ao último bimestre dos últimos 10 (dez) anos evidencia os seguintes valores de receitas de dívida ativa, já atualizados pelo INPC⁹⁸:*

Quadro 10 – Receita de dívida ativa do Distrito Federal atualizada pelo INPC (2009-2018)

ANO	RECEITA DE DÍVIDA ATIVA (ATUALIZADA PELO INPC)
2009	R\$ 159.226.797,82
2010	R\$ 219.783.178,10
2011	R\$ 271.902.818,92
2012	R\$ 314.829.725,79
2013	R\$ 479.422.884,51
2014	R\$ 373.058.748,17
2015	R\$ 453.156.825,18
2016	R\$ 352.820.314,02

⁹⁷ Ofício SEI-GDF n.º 722/2018, fl. 15 (peça 133, e-DOC 1A0ACF1E).

⁹⁸ Índice Nacional de Preços ao Consumidor, considerado o índice oficial de inflação do país e definido como índice de atualização monetária oficial do Distrito Federal, por meio da Lei Complementar nº 435/2001, art. 1º. A atualização dos valores dos Quadros 10 e 11 considerou os montantes anuais de receitas de dívida ativa apresentados nos Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária do Distrito Federal do 6º bimestre de cada ano, atualizados pelo INPC de dezembro do respectivo exercício até dezembro de 2018.



2017	R\$ 324.767.469,50
2018	R\$ 369.084.641,57

Fonte: Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária do Distrito Federal.

Quadro 11 – Receita média de dívida ativa do Distrito Federal atualizada pelo INPC (2009-2018)

PERÍODO	RECEITA MÉDIA DE DÍVIDA ATIVA (ATUALIZADA PELO INPC)
2009-2018	R\$ 331.805.340,36
2014-2018	R\$ 374.577.599,69
2016-2018	R\$ 348.890.808,36

Fonte: Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária do Distrito Federal.

118. *Cumprе destacar que, nos termos da Lei Complementar nº 932/2017, apenas a parte principal da dívida ativa será direcionada ao FSG, excluindo-se, portanto, juros, multas e outros encargos, embora os valores inscritos como receita apresentados acima incluam as quantias referentes a essas rubricas, conforme dispõe o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP, 8ª edição, Parte III, item 5.2.2⁹⁹.*

119. *A título de exemplo, segundo o Código Tributário do Distrito Federal¹⁰⁰, art. 42, parágrafo único, quando da inscrição da dívida ativa, é acrescentada a quantia de 10% de seu valor, para atender despesas com sua cobrança. Essa parcela está incluída nos montantes supramencionados, mas não comporá os valores destinados ao FSG a partir de 2019.*

120. *Dito isso, o Quadro 11 apresentado traz as receitas médias de dívida ativa dos últimos dez (R\$ 331,8 milhões), cinco (R\$ 374,6 milhões) e três anos (R\$ 348,9 milhões). Verifica-se que o valor previsto na avaliação atuarial, de R\$ 400 milhões anuais, é maior que a média histórica, o que leva a crer que a autarquia prevê receitas desse tipo crescentes no médio e longo prazos. Todavia, as justificativas para tal previsão não constam da avaliação atuarial.*

121. *Nesse sentido, mostra-se necessário que o Iprev/DF apresente em seus estudos atuariais a memória de cálculo e o embasamento técnico para as premissas escolhidas.*

122. *A título ilustrativo, caso se utilizasse, em lugar dos R\$ 150 milhões anuais projetados para dividendos e juros sobre capital próprio – JCP direcionados ao FSG, o valor apurado de outubro de 2017 a outubro de 2018, de R\$ 62,7 milhões, para todo o fluxo*

⁹⁹ MCASP, 8ª edição, Parte III, item 5.2.2: “A atualização monetária, juros, multas e outros encargos moratórios incidentes sobre os créditos inscritos em dívida ativa, previstos em contratos ou normativos legais, devem ser incorporados ao valor original inscrito, de acordo com o regime de competência”.

¹⁰⁰ Lei Complementar nº 4/1994.



considerado no cálculo (2018 a 2098), o deficit atuarial apontado na Avaliação Atuarial de 2018 seria aumentado em mais de R\$ 7 bilhões¹⁰¹.

123. *Com isso, não se está afirmando que o valor histórico deve ser usado como única referência para as projeções, mas que a metodologia utilizada deve ser descrita e publicada. O exemplo apresentado evidencia o impacto atuarial direto das projeções realizadas em relação a recursos futuros do Fundo Solidário Garantidor – FSG.*

124. *Isso ocorre porque, embora o FSG não esteja diretamente vinculado a uma massa de segurados específica, os valores dele provenientes são contabilizados no cálculo atuarial referente ao fundo financeiro. Assim, as bases técnicas que subsidiam as projeções desses recursos devem constar da avaliação atuarial do RPPS/DF, assim como sua consistência deve ser objeto de testes de aderência, como as demais premissas atuariais.*

125. *Assim, diante do exposto, será proposto ao egrégio Plenário:*

i. considerar cumpridos os itens “VI.a.1”, “VI.a.2” e “VI.b.1” da Decisão nº 3.281/2017;

ii. determinar ao Iprev/DF que, doravante, inclua nas avaliações atuariais relativas ao RPPS/DF a memória de cálculo e o embasamento técnico para os valores projetados de receitas a serem destinadas pelo Fundo Solidário Garantidor ao Fundo Financeiro de Previdência Social, além de incluir, nos futuros testes de aderência de premissas atuariais, a verificação dos critérios adotados.

h) Item “VI.a.4” da Decisão nº 3.281/2017

VI – determinar ao Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal – IPREV/DF que: a) doravante: [...] 4) apure, periodicamente, as taxas praticadas pelos fundos de investimento nos quais aplica e avalie a pertinência de manter seus investimentos naqueles que possuem elevadas taxas de administração (Achado 5); Manifestação do Iprev/DF

126. *A autarquia informou que as taxas de administração praticadas pelos fundos de investimento credenciados pelo Iprev/DF já são acompanhadas por sua Diretoria de Investimentos rotineiramente, constando dos relatórios e demonstrativos elaborados pela área para auxiliar a gestão da carteira, os quais*

101 Considerando o valor de R\$ 150 milhões anuais, a Avaliação Atuarial de 2018 calculou o montante de R\$ 12.150.000.000,00, que seria direcionado do FSG para o fundo financeiro entre 2018 e 2098. Se o cálculo for realizado com R\$ 62,7 milhões no lugar dos R\$ 150 milhões utilizados, essa soma resulta em R\$ 5.078.700.000,00, acarretando uma diferença a menor de R\$ 7.071.300.000,00.



são encaminhados aos órgãos colegiados mensalmente, incluindo o Comitê de Investimentos e Análise de Riscos – CIAR.¹⁰²

127. Além do constante acompanhamento das taxas dos fundos já existentes na carteira, afirmou que a taxa de administração consta como um dos requisitos mínimos que deverão ser avaliados quantitativamente e competitivamente na etapa de classificação do credenciamento de novos fundos, conforme disposto no art. 8º da Portaria nº 38/2017, que trata especificamente do tema.¹⁰³

128. Acrescentou que a autarquia também realiza acompanhamento permanente da rentabilidade líquida dos fundos de uma mesma categoria, ou seja, a rentabilidade após descontada a taxa de administração. Ressaltou que tal acompanhamento é ainda mais relevante do que o da própria taxa em si, pois fundos com perfil de gestão ativa mais eficiente podem ter rentabilidade superior, ainda que cobrem taxas maiores do que outro fundo de seu mesmo segmento e referencial, o que, na prática, é mais importante para o investidor.

129. Explicou que a rentabilidade líquida é avaliada constantemente por meio do módulo "Fundos de Investimento" da ferramenta Broadcast e do sistema de controle de investimentos OnFinance, contratados em 2017 pelo Instituto, e submetida mensalmente ao CIAR e ao Conselho de Administração – Conad.¹⁰⁴

130. Por fim, afirmou entender que a presente determinação foi cumprida.¹⁰⁵

Análise

131. A Portaria nº 38/2017, mencionada pelo Iprev/DF, estabeleceu, quanto às taxas de administração:

Art. 7º Para qualificação de fundos de investimento em processo seletivo de credenciamento, devem ser observados os seguintes requisitos: [...]

II - Pelo fundo de investimento: [...]

c - Taxas compatíveis com os limites estabelecidos no edital específico do processo seletivo; [...]

Art. 9º Além de eventuais parâmetros quantitativos específicos a cada credenciamento, todos os processos seletivos deverão mensurar os seguintes parâmetros mínimos: [...] Taxa de administração anual

¹⁰² Ofício SEI-GDF n.º 722/2018, fls. 30/31 (peça 133, e-DOC 1A0ACF1E).

¹⁰³ Ofício SEI-GDF n.º 722/2018, fl. 31 (peça 133, e-DOC 1A0ACF1E).

¹⁰⁴ Ofício SEI-GDF n.º 722/2018, fls. 31/32 (peça 133, e-DOC 1A0ACF1E).

¹⁰⁵ Ofício SEI-GDF n.º 722/2018, fl. 30 (peça 133, e-DOC 1A0ACF1E).



132. *Em consonância com o disposto nessa norma, os editais de credenciamentos realizados pela autarquia têm previsto taxa de administração máxima, além de incluir como critério de classificação o nível dessa taxa, do que são exemplos os Editais de Credenciamento de Instituições Financeiras nº 01¹⁰⁶ e nº 02/2018¹⁰⁷ – IPREV/DF.*

133. *Verifica-se que tanto a Portaria nº 38/2017, como os editais de credenciamento mencionados estão em sintonia com o teor da deliberação desta Corte. No mesmo sentido, o acompanhamento informado pelo Instituto quanto às taxas dos fundos já existentes na carteira, bem como em relação às suas rentabilidades líquidas, está de acordo com a determinação do Tribunal.*

134. *Diante do exposto, será proposto ao egrégio Plenário considerar cumprido o item “VI.a.4” da Decisão nº 3.281/2017.*

i) Item “VI.a.5” da Decisão nº 3.281/2017

VI – determinar ao Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal – IPREV/DF que: a) doravante: [...] 5) mantenha arquivadas as versões da base cadastral única a que se refere o inciso I, alínea “a” que subsidiarem cada avaliação atuarial realizada, em conformidade com o disposto no art. 15 da Portaria MPS nº 403/08 (Achado 2); Manifestação do Iprev/DF

135. *Afirmou que a deliberação foi cumprida, uma vez que as bases cadastrais utilizadas nas avaliações atuariais dos anos passados dos planos previdenciários administrados pelo Iprev/DF constam arquivadas na autarquia e que esse mesmo procedimento será adotado para os estudos futuros.¹⁰⁸*

Análise

136. *As informações prestadas pelo Iprev/DF apontam o cumprimento da determinação em questão, o qual poderá ser verificado por ocasião de novas ações fiscalizatórias por parte desta Corte.*

137. *Diante do exposto, será proposto ao egrégio Plenário considerar cumprido o item “VI.a.5” da Decisão nº 3.281/2017.*

j) Item “VI.a.6” da Decisão nº 3.281/2017

VI – determinar ao Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal – IPREV/DF que: a) doravante: [...] 6) realize, mediante censo quinquenal, a atualização periódica da base

¹⁰⁶ <http://www.iprev.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/09/DODF-Credenciamento-0001-de2018.pdf> (acesso em 29/04/2019).

¹⁰⁷ <http://www.iprev.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/09/DODF-Credenciamento-0002-de2018.pdf> (acesso em 29/04/2019).

¹⁰⁸ Ofício SEI-GDF n.º 722/2018, fl. 32 (peça 133, e-DOC 1A0ACF1E).



cadastral dos servidores aposentados e dos pensionistas do Distrito Federal, em atenção ao art. 9º, inciso II, da Lei Federal nº 10.887/04 (Achado 2); Manifestação do Iprev/DF

138. *Informou que a atualização periódica da base cadastral dos servidores aposentados e dos pensionistas do Distrito Federal, por meio de censo quinquenal, será realizada por empresa contratada para esse fim. Mencionou que os trâmites realizados no ano corrente para a referida contratação podem ser verificados no processo físico nº 413.000.421/2017. Assim, afirmou entender que a deliberação foi cumprida.*¹⁰⁹

139. *Acrecentou que, independentemente da referida contratação, que tem por objetivo um procedimento de recenseamento de todos os servidores ativos e inativos e dos pensionistas, o Instituto vem desenvolvendo um estudo para a realização de prova de vida dos aposentados e pensionistas, no propósito de que todos os beneficiários regularizem suas informações cadastrais, no mês de seu aniversário.*¹¹⁰

Análise

140. *Cumpre mencionar que, por meio do Decreto nº 39.276/2018, foi instituído o recadastramento anual de ativos, inativos e pensionistas, nos termos dos seus arts. 1º a 3º, que assim dispõem:*

Art. 1º Fica instituído o Recadastramento Anual de servidores públicos ativos, inativos e pensionistas vinculados à Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Distrito Federal, e dos empregados públicos de Empresas dependentes do Tesouro do Distrito Federal.

Art. 2º O recadastramento dos servidores ativos, aposentados e pensionistas, e a prova de vida dos servidores aposentados e pensionistas, possuem caráter obrigatório e será realizado na forma estabelecida neste Decreto.

Parágrafo único. O disposto no caput deste artigo aplica-se também aos servidores e empregados públicos que se encontrem cedidos para outros entes federativos, afastados ou licenciados.

Art. 3º O recadastramento e a prova de vida dos servidores aposentados e pensionistas será coordenado pelo Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Distrito Federal - IPREV/DF, nos prazos e locais especificados em ato próprio daquela Autarquia, observando as disposições previstas neste Decreto.

¹⁰⁹ Ofício SEI-GDF n.º 722/2018, fl. 32 (peça 133, e-DOC 1A0ACF1E).

¹¹⁰ Ofício SEI-GDF n.º 191/2017, fls. 13/14 (peça 118, e-DOC 6B996477).



141. A Portaria nº 199/2018 da autarquia, por sua vez, estabeleceu, em conformidade com o decreto supracitado, os procedimentos para o cadastramento e a prova de vida dos servidores aposentados e pensionistas da administração direta, autárquica e fundacional do Distrito Federal, nos seguintes termos:

Art. 1º O cadastramento e a prova de vida será realizada, anualmente, no mês de aniversário do servidor aposentado ou do pensionista, nas agências do Banco de Brasília - BRB, de segunda a sexta-feira, no horário de expediente bancário.

§ 1º O cadastramento e a prova de vida dos aposentados e pensionistas será realizada a partir do mês de janeiro de 2019. [...]

142. Além disso, a Portaria nº 543/2018, da antiga Seplag, regulamentou o procedimento de cadastramento anual dos servidores públicos ativos, conforme dispõe seu art. 1º:

Art. 1º O cadastramento anual, de caráter obrigatório, dos servidores ativos, da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Distrito Federal, bem como dos empregados de Empresas dependentes do Tesouro do Distrito Federal, observará o disciplinamento constante desta Portaria. [...]

143. Ademais, o site do Instituto¹¹¹ disponibiliza orientações aos aposentados e pensionistas com relação ao procedimento a ser adotado para o seu cadastramento anual, já iniciado, bem como um link para o site da Secretaria de Estado de Fazenda, Planejamento, Orçamento e Gestão, com informações direcionadas aos ativos, cujo início do cadastramento está previsto para agosto de 2019.

144. Verifica-se, portanto, que as providências para cumprimento da determinação em questão estão em curso, tanto em relação ao cadastramento anual, quanto a respeito da contratação de empresa que realizará o censo quinquenal, que teve os trâmites para sua realização iniciados.

145. Diante do exposto, tendo em conta se tratar de ação de caráter permanente, será proposto ao egrégio Plenário considerar cumprido o item “VI.a.6” da Decisão nº 3.281/2017, sem prejuízo de futuras avaliações.

k) Itens “VI.a.3”, “VI.b.2” e “VI.b.3” da Decisão nº 3.281/2017

VI – determinar ao Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal – IPREV/DF que: a) doravante: [...] 3) promova regularmente a conciliação descrita no inciso VI, alínea “b”, item 3, quanto ao Fundo Previdenciário (IPREV – Fundo Capitalizado de Previdência do Distrito Federal,

¹¹¹ <http://www.iprev.df.gov.br/recadastramento/> (acesso em 25/04/2019).



Unidade Gestora: 320204, Gestão: 32203), aplicando tais medidas ao Fundo Financeiro (Instituto de Prev. dos Servidores do Distrito Federal – IPREV/DF, Unidade Gestora: 320203, Gestão: 32203), no que couber (Achado 4); [...] b) no prazo de 90 (noventa) dias: [...] 2) discipline e formalize os procedimentos para elaboração do Demonstrativo de Informações Previdenciárias e Repasses – DIPR, estabelecendo rotinas e responsabilidades entre as suas unidades operacionais, especialmente para computar os valores das receitas de contribuições repassadas, ante a regra estabelecida na Declaração de Veracidade, que acompanha o citado demonstrativo (Achado 4); 3) promova e remeta a esta Corte de Contas, no prazo de 60 (sessenta) dias, em relação ao Fundo Previdenciário (capitalizado), exercícios de 2015 e 2016, a conciliação entre os valores contabilizados de Receitas de Contribuições dos Servidores Ativos Cíveis, Inativos e Pensionistas e Patronal (SIGGO), com os Resumos das Folhas de Pagamento do GDF, TCDF e CLDF, relativos ao Fundo Previdenciário (IPREV – Fundo Capitalizado de Previdência do Distrito Federal, Unidade Gestora: 320204, Gestão: 32203), indicando os valores devidos ao IPREV/DF (parte patronal e servidores ativos, inativos e pensionistas), apontando quais e quando tais valores foram recebidos pela autarquia, segregando as receitas de contribuições dos eventuais encargos moratórios, e indicando, em caso de atraso de repasse, os órgãos envolvidos e as providências a serem adotadas (Achado 4);

Manifestação do Iprev/DF

146. O Iprev/DF informou que foi alinhado um novo fluxo de atividades, materializado na Ordem de Serviço nº 06/2017, editada por seu Diretor-Presidente, para o estabelecimento de rotina de procedimentos com vistas à adequada elaboração do Demonstrativo de Informações Previdenciárias e Repasses – DIPR.¹¹²

147. Afirmou que, por meio da referida norma, foram definidos os aspectos práticos para obtenção e consolidação dos dados com vistas à elaboração do demonstrativo, com especial atenção à orientação de que a "Etapa II"¹¹³ de sua elaboração deverá ser

¹¹² Ofício SEI-GDF n.º 722/2018, fl. 33 (peça 133, e-DOC 1A0ACF1E).

¹¹³ Ordem de Serviço nº 06/2017:

“Art. 2º Os procedimentos serão executados em etapas, a saber: [...]

II. Contribuições, Aportes e Outros Valores: As informações a serem preenchidas devem ser as mesmas registradas na contabilidade, nas contas de receita financeira, ora lançadas pela Gerência de Finanças. Para tanto a DIFAP encaminhará mensalmente a DIPREV, a versão preliminar da Planilha de Arrecadação, um dia útil após o vencimento do prazo de recebimento das contribuições, conforme estabelece o parágrafo único do art. 63 da Lei Complementar nº 769/2008. Após fechamento contábil do mês, será encaminhada novamente a DIPREV a versão final da Planilha de Arrecadação, devidamente conciliada e assinada pela Gerência de Finanças, de acordo os valores registrados no SIAC/SIGGO”.



obtida com base na extração de dados junto ao sistema SIGRH Web pela Gerência de Gestão de Pessoas da Coordenação de Administração de sua Diretoria de Administração e Finanças – DIAFI.

148. Ressaltou que, no âmbito do GDF, foi definido que o preenchimento das informações de entradas relacionadas às transferências para cobertura de insuficiência financeira, por meio de aportes do tesouro, bem como aos recursos do Fundo Constitucional, contabilizados no SIAFI¹¹⁴, seriam registradas nas Unidades Administrativas – UAs das Secretarias de Estado de Saúde e Educação do DF.¹¹⁵

149. Esclareceu que, visando aprimorar os procedimentos, a Gerência de Contabilidade da sua Coordenação de Finanças, em conjunto com a Subsecretaria de Contabilidade da Secretaria de Fazenda, ficaram responsáveis por implementar as alterações no Sistema Integrado de Administração Contábil – SIAC do Sistema Integrado de Gestão Governamental – SIGGO, conforme previsão da Instrução Normativa SEF nº 04/2016.

150. Esta norma visa disciplinar os procedimentos orçamentários e contábeis de natureza intraorçamentária e os respectivos impactos nos balanços e demonstrativos consolidados de receita e despesa, de modo a promover uma melhor interpretação dos controles contábeis quanto ao processo de arrecadação do Iprev/DF.

151. Acrescentou que as unidades administrativas do GDF passarão a ser notificadas formalmente, e não mais por e-mail, nos casos de eventuais ausências de repasse ou repasse inferior aos valores previstos para as contribuições previdenciárias dos segurados ou relativas à cota patronal. Informou ainda que a notificação alertará os responsáveis sobre as consequências previstas na legislação, quanto a atualização monetária, juros e multa.

152. Nesse sentido, destacou a necessidade de ajustes nos repasses dos valores relativos à contribuição patronal da CLDF e do TCDF.¹¹⁶

153. Além disso, noticiou que foi encaminhada ao Tribunal, por intermédio do Ofício SEI-GDF nº 35/2018 – IPREV/PRESI, a conciliação entre os valores contabilizados de “Receitas de Contribuições dos Servidores Ativos Cíveis, Inativos e Pensionistas e Patronal” (SIGGO), com os resumos das folhas de pagamento do

¹¹⁴ Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal.

¹¹⁵ Ofício SEI-GDF n.º 191/2017, fl. 15 (peça 118, e-DOC 6B996477).

¹¹⁶ Ofício SEI-GDF n.º 191/2017, fls. 15/16 (peça 118, e-DOC 6B996477).



*GDF, TCDF e CLDF, relativos ao fundo financeiro e fundo capitalizado de previdência do Distrito Federal.*¹¹⁷

154. *A referida conciliação foi enviada a esta Corte com detalhamento por mês, para o período de janeiro de 2015 a dezembro de 2016, especificando cada órgão/entidade do Distrito Federal; as previsões de recebimentos de valores de contribuições dos servidores e patronais; o montante que foi efetivamente recebido; além de eventuais diferenças identificadas entre o previsto e o realizado, com indicação dos recursos transferidos do fundo capitalizado para o financeiro e deste para aquele, em decorrência de inconsistências apuradas.*¹¹⁸

155. *Afirmou ainda que tem realizado essa conciliação em observância à determinação desta Corte.*¹¹⁹ *Diante do exposto, a autarquia entendeu que as deliberações em questão devem ser consideradas cumpridas.*¹²⁰

Análise

156. *Verifica-se que a Ordem de Serviço nº 06/2017, cuja edição foi noticiada pela autarquia, está de acordo com o item “VI.b.2” da Decisão nº 3.281/2017, uma vez que disciplina e formaliza os procedimentos para elaboração do DIPR, estabelecendo rotinas e responsabilidades entre as suas unidades operacionais, a fim de garantir que os dados disponibilizados no SIGRH¹²¹ não apresentem divergências com os do SIGGO¹²², bem como que os valores das receitas de contribuições registrados no DIPR correspondam aos que foram efetivamente recebidos pela Unidade Gestora.*

157. *Além disso, a notificação pelo Instituto dos órgãos ou entidades nos casos de eventuais ausências de repasse ou repasse inferior aos valores previstos para as contribuições previdenciárias dos segurados ou relativas à cota patronal estão em consonância com o item “VI.a.3” da decisão.*

158. *Destaca-se que, conforme tratado no âmbito do Processo nº 32.432/2017, as contribuições patronais do TCDF devidas a partir da publicação da Lei Complementar nº 932/2017, em outubro de 2017, foram pagas, assim como mensalmente têm sido quitadas as responsabilidades patronais desta Corte com o RPPS/DF.*

¹¹⁷ Ofício SEI-GDF n.º 722/2018, fls. 33/34 (peça 133, e-DOC 1A0ACF1E).

¹¹⁸ Ofício SEI-GDF n.º 35/2018 (peça 122, e-DOC 8DCD41B6).

¹¹⁹ Ofício SEI-GDF n.º 722/2018, fl. 30 (peça 133, e-DOC 1A0ACF1E).

¹²⁰ Ofício SEI-GDF n.º 722/2018, fls. 33/34 (peça 133, e-DOC 1A0ACF1E).

¹²¹ Retenções e contribuição patronal para o RPPS/DF.

¹²² Registros contábeis das receitas de contribuições.



159. De modo semelhante, a CLDF tem liquidado suas contribuições patronais desde outubro de 2018, conforme consta do Sistema Integral de Gestão Governamental – SIGGO¹²³.

160. Neste ponto, cumpre mencionar a publicação da Portaria nº 34/2019 pelo Iprev/DF, que definiu os procedimentos relativos ao cálculo, à retenção e ao recolhimento da contribuição previdenciária do segurado ativo e da contribuição previdenciária patronal dos órgãos e das entidades integrantes do Poder Executivo e do Poder Legislativo do Distrito Federal, incluídas as autarquias e as fundações distritais.

161. Essa norma estabeleceu, inclusive, prazos para o recolhimento das devidas contribuições, prevendo a atualização monetária e a incidência de multa em casos de atraso¹²⁴.

162. A Portaria nº 34/2019, portanto, se alinha à decisão do TCDF, uma vez que propicia mais um suporte normativo para o Iprev/DF, no sentido de garantir que os recursos devidos ao RPPS/DF pelos órgãos e entidades do Distrito Federal sejam plenamente quitados, nos devidos prazos e condições legais.

163. Ademais, a conciliação apresentada pela autarquia em relação aos anos de 2015 e 2016, em atendimento ao item “VI.b.3” da Decisão nº 3.281/2017, mostrou-se satisfatória, tendo identificado várias divergências, que resultaram em ajustes financeiros entre o antigo DFPREV e o fundo financeiro do RPPS/DF, segundo informado pelo Instituto.

164. Por fim, a informação de que esta conciliação tem sido feita regularmente também está em sintonia com o que foi decidido pela Corte¹²⁵. Diante do exposto, será proposto ao egrégio Plenário considerar cumpridos os itens “VI.a.3”, “VI.b.2” e “VI.b.3” da Decisão nº 3.281/2017, sem prejuízo de futuras avaliações.

¹²³ Vide e-DOC 13B4EEC3.

¹²⁴ “Art. 5º O cálculo da contribuição previdenciária devida pelo segurado ativo, inativo e pensionista deverá ser extraído do sistema próprio de pessoal da Secretaria de Estado de Fazenda, Planejamento e Gestão, sendo de responsabilidade a retenção e recolhimento ao IPREV da Secretaria de Estado de Fazenda do DF. [...]”

§ 2º O recolhimento da contribuição previdenciária, devida pelo segurado ativo, inativo ou pensionista do RPPS/DF, e da contribuição previdenciária patronal, devida pelos órgãos e entidades do Poder Executivo e do Poder Legislativo do Distrito Federal, incluídos o Tribunal de Contas do Distrito Federal, as autarquias e as fundações do Distrito Federal, deverá ocorrer até o quinto dia subsequente à data de pagamento previsto no inciso IX, do art. 35 da Lei Orgânica do Distrito Federal, conforme calendário divulgado pelo IPREV na portaria nº 07, de 15 de janeiro, de 2019.

§ 3º As contribuições previdenciárias e demais débitos previdenciários, não recolhidos até o prazo estabelecido no parágrafo anterior, deverão ser atualizados monetariamente pelos mesmos índices praticados em relação aos débitos para com o RGPS e sofrem incidência de multa de mora, calculada à taxa de 0,33% por dia de atraso, limitado esse acréscimo legal a

¹²⁵ Item “VI.a.3” da Decisão nº 3.281/2017.



I) Item “VI.b.4” da Decisão nº 3.281/2017

VI – determinar ao Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal – IPREV/DF que: [...] b) no prazo de 90 (noventa) dias: [...] 4) normatize, implemente e divulgue, em observância à Portaria MPS nº 519/11, art. 3º, inciso VIII, alínea “d”, procedimento formal e periódico de seleção e credenciamento de instituições financeiras junto ao IPREV/DF, com objetivo de receber as aplicações dos recursos financeiros do RPPS/DF, estipulando requisitos compatíveis com a finalidade do Regime Próprio e garantindo que todo o procedimento seja supervisionado pelo Conselho Fiscal e pelo Comitê de Investimentos da autarquia (Achado 5); Manifestação do Iprev/DF

165. O Iprev/DF noticiou a publicação da Portaria nº 38/2017, que normatizou os procedimentos aplicáveis ao credenciamento de fundos de investimento e instituições financeiras para gestão e administração de investimentos da carteira do Instituto.¹²⁶

166. Destacou que a Portaria estabelece, à luz da Portaria MPS nº 519/2011, a metodologia específica a ser adotada pela autarquia por ocasião de seus credenciamentos periódicos, os quais ocorrerão de forma competitiva, considerando-se as taxas e as rentabilidades históricas dos fundos de uma mesma categoria, selecionando-se assim os mais eficientes para a carteira do RPPS/DF.¹²⁷

167. Acrescentou que o credenciamento de uma categoria de fundos será objeto de edital específico a ser publicado, considerando-se o objeto em questão, observados os ritos e requisitos estabelecidos pela mencionada Portaria.

168. Com isso, entendeu haver cumprido a determinação em questão.

Análise

169. Em conformidade com a determinação do Tribunal, a Portaria nº 38/2017, citada pelo Iprev/DF, estabeleceu procedimento formal e periódico de seleção e credenciamento de instituições financeiras junto ao Iprev/DF, com o objetivo de receber as aplicações dos recursos financeiros do RPPS/DF, estipulando requisitos mínimos.

170. Os arts. 5º e 6º da norma assim dispõem:

Art. 5º O credenciamento de novos fundos de investimento e instituições financeiras deve dar-se por meio de processo seletivo público e competitivo, regulado por edital específico

¹²⁶ 722/2018, fls. 34/35 (peça 133, e-DOC 1A0ACF1E).

¹²⁷ 722/2018, fl. 35 (p



a ser divulgado pelo Iprev/DF, após aprovação do pelo CIAR e Diretor - Presidente.

§ 1º O edital estabelecerá o número de fundos de investimento a serem credenciados juntamente com as respectivas instituições financeiras, que estarão aptos a receber os investimentos do Iprev/DF de acordo com os critérios da sua Política de Investimentos, às diretrizes do Comitê de Investimento e Análise de Riscos e à estratégia de alocação anual estabelecida pela Diretoria de Investimentos.

§ 2º O credenciamento não implica em qualquer compromisso do Iprev/DF em realizar aporte efetivo de recursos, sendo possível a realização de credenciamento de número de fundos que permita a constituição de cadastro reserva de fundos, a serem acessados em caso de descredenciamento de fundos com baixo desempenho ou elevado risco.

Art. 6º Os processos seletivos contarão com etapa de qualificação e classificação.

Parágrafo único: Na etapa de qualificação serão avaliados os requisitos mínimos do fundo de investimento e de suas respectivas instituições administradora e gestora para que o fundo passe para a etapa de classificação, quando serão submetidos a avaliação quantitativa para obtenção de sua posição no processo seletivo.

171. Além disso, consulta ao site do Instituto¹²⁸ permite observar que foram publicados 3 (três) editais de credenciamento em 2017 e 2 (dois) em 2018, o que indica que o procedimento tem ocorrido de forma periódica.

172. Diante do exposto, será proposto ao egrégio Plenário considerar cumprido o item “VI.b.4” da Decisão nº 3.281/2017.

m) Item “VI.b.5” da Decisão nº 3.281/2017

VI – determinar ao Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal – IPREV/DF que: [...] **b)** no prazo de 90 (noventa) dias: [...] **5)** elabore planejamento para a gestão das ações do Banco de Brasília S.A e dos imóveis que serão recebidos em virtude das Leis Complementares nºs 917/16 e 920/16 e da Lei nº 5.729/16, incluindo as estratégias de investimento, o setor responsável pela gestão e as metas de rentabilidade a ser auferida pelos respectivos ativos, para o mesmo horizonte temporal utilizado nas avaliações atuariais da autarquia (Achado 5);

Manifestação do Iprev/DF

¹²⁸ <http://www.iprev.df.gov.br/credenciamento/> (acesso em 29/04/2019).



173. O Iprev/DF afirmou que, com a edição da Lei Complementar nº 932/2017, o presente item perdeu o objeto, uma vez que a incorporação dos imóveis transferidos pelo DF ao patrimônio da autarquia não se implementará junto ao Fundo Previdenciário do Distrito Federal – DFPREV, pois esse fundo está extinto, haja vista sua fusão com o fundo financeiro e a criação do Fundo Solidário Garantidor – FSG, para o qual foram direcionados os imóveis e as ações do BrB.¹²⁹

174. Por outro lado, apresentou o seguinte plano de ação quanto ao cumprimento do item em questão:

Quadro 12 – Plano de ação para cumprimento da Decisão nº 3.281/2017 – item VI.b.5

DELIBERAÇÃO	AÇÃO	PRAZO	RESPONSÁVEL	SITUAÇÃO
Item VI.b.5 da Decisão nº 3.281/2017	Promover o registro imobiliário dos imóveis incorporados ao patrimônio do FSG.	30/08/2018	Presidência/ Diretoria Jurídica/ Diretoria de Administração e	Em fase de conclusão.
DELIBERAÇÃO	AÇÃO	PRAZO	RESPONSÁVEL	SITUAÇÃO
			Finanças/ Diretoria de Investimentos	
	Editar projeto de lei com a indicação da forma de exploração e rentabilização dos ativos integrantes do FSG.	31/05/2018	Grupo de Trabalho (Decreto nº 38.581/2017) / Presidência / Diretoria Jurídica / Diretoria de Investimentos	Concluída.
	Estruturar a Unidade de Gestão de Ativos Não Financeiros do FSG.	28/02/2018	Presidência / Unidade de Governança / Diretoria de Investimentos	Concluída.
	Implementar o Plano de Gestão da carteira de imóveis do FSG.	30/10/2018	Diretoria de Investimentos / Unidade de Gestão de Ativos Não Financeiros	Concluída.

¹²⁹ 722/2018, fls. 35/36 (peça 133, e-DOC 1A0ACF1E).



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A7/S1

e-DOC B78FB7AD
Proc 2510/2016-e

Proc.: 2.510/16-e

definindo a conveniência de constituição de Fundo Imobiliário.			
Contratar empresa para avaliação da carteira de imóveis ao fim do exercício de 2019 (preferencialmente Terracap).	31/12/2019	Diretoria de Administração e Finanças / Diretoria de Investimentos / Unidade de Gestão de Ativos Não Financeiros	Reavaliação dos itens do ativo imobilizado a cada três ou cinco anos - NBC TSP 07 - Itens 44 a 58, conforme item 5 do Plano de Gestão Imobiliária 2018/2019 - PGI, p. 101/107.
Propor a participação do Iprev/DF no Conselho de Administração do BrB, de forma a participar das decisões que impactam o lucro do banco.	30/06/2018	Presidência / Diretoria de Investimentos / Unidade de Gestão de Ativos Não Financeiros	Concluída.

Fonte: Ofício SEI-GDF n.º 722/2018, fls. 11/12 (peça 133, e-DOC 1A0ACF1E).

175. Em relação à gestão da participação acionária no Banco de Brasília – BrB, informou que tem consultado instituições financeiras junto ao mercado de capitais, com o objetivo de identificar possíveis operações visando à maximização do valor de mercado da empresa, bem como suas janelas de oportunidade. Acrescentou que, em função dessa participação, o Iprev/DF recebeu R\$ 12,1 milhões em 2018 a título de distribuição de resultados.¹³⁰

176. Comunicou também haver indicado membro do seu Conselho de Administração para compor o Conselho de Administração do BrB, bem como seu

¹³⁰ Ofício SEI-GDF n.º 722/2018, fl. 11 (peça 133, e-DOC 1A0ACF1E).



*Diretor-Presidente para integrar o Conselho Fiscal do banco.*¹³¹

177. Sobre o registro imobiliário dos imóveis incorporados ao Fundo Solidário Garantidor – FSG, informou que o assunto está sendo analisado nos autos do processo SEI nº 00410-00002673/2018-19.¹³²

178. Informou que duas minutas-padrão de escritura pública de transferência dos imóveis incorporados ao FSG, uma para os listados no Anexo I da Lei nº 5.729/2016 e outra para os elencados no Anexo da Lei Complementar nº 917/2016, foram encaminhadas para análise ao Cartório do 1º Ofício de Notas, Registro Civil, Títulos e Documentos, Protesto de Títulos e Pessoas Jurídicas do Distrito Federal, após exame pela Assessoria Jurídico-Legislativa da Casa Civil e pela Procuradoria-Geral do Distrito Federal.

179. Afirmou que o referido cartório apontou pendências a serem sanadas para que as escrituras pudessem ser lavradas. Em seguida, após cumpridas as exigências, foram assinadas pelo Governador do Distrito Federal e pelo Diretor-Presidente do Iprev/DF, conforme cópia anexada ao processo SEI nº 00410-00002673/2018-19.

180. Na sequência, a Casa Civil encaminhou à Seplag as vias originais relativas a 34 (trinta e quatro) imóveis, para serem registradas nos respectivos Cartórios de Registro de Imóveis. Informou ainda que foram retirados das escrituras públicas lavradas todos os apartamentos funcionais ocupados, bem como a Gleba 4 da Fazenda Saia Velha, que ainda se encontra pendente de registro em nome do GDF.¹³³

181. Mencionou a criação da Unidade de Gestão dos Ativos Não

Financeiros – UFSG, por meio do Decreto nº 38.637/2017. Noticiou que o efetivo funcionamento da nova unidade se iniciou em 22/01/2018, com a posse de servidor no cargo de Chefe da Unidade.¹³⁴

182. A partir dessa data, o setor passou a centralizar todas as atividades envolvendo a carteira de ativos não financeiros do FSG. Entretanto, apenas em 07/07/2018, a UFSG foi plenamente operacionalizada, com a nomeação da titular da Coordenação de Ativos Não Financeiros – COANF e do Gerente de Documentação e Controle Imobiliário – GEDCI.

183. Quanto à ação anteriormente prevista pela autarquia, de editar projeto de lei com a indicação da forma de exploração e rentabilização dos ativos integrantes do Fundo Solidário

¹³¹ Ofício SEI-GDF n.º 722/2018, fl. 18 (peça 133, e-DOC 1A0ACF1E).

¹³² Ofício SEI-GDF n.º 722/2018, fl. 13 (peça 133, e-DOC 1A0ACF1E).

¹³³ Ofício SEI-GDF n.º 722/2018, fls. 13/14 (peça 133, e-DOC 1A0ACF1E).

¹³⁴ Ofício SEI-GDF n.º 722/2018, fl. 17 (peça 133, e-DOC 1A0ACF1E).



*Garantidor, informou que a atuação do Iprev/DF para a sua condução ocorreu em duas frentes.*¹³⁵

184. *Em uma primeira, de forma a tornar mais precisa a forma de utilização das receitas oriundas da monetização dos ativos não-financeiros do FSG, encaminhou à Seplag, em 02/02/2018, projeto de lei propondo alterações em artigos da Lei Complementar nº 769/2008, com o objetivo de, entre outras modificações, alterar seu artigo 73, disciplinando a utilização das receitas desse fundo para pagamento de benefícios do fundo financeiro.*

185. *Simultaneamente, por iniciativa da autarquia, foi editado o Decreto nº 38.581/2017, criando o Grupo de Trabalho previsto no art. 49 da Lei Complementar nº 932/2017, presidido pelo Iprev/DF, com ampla representação da administração direta e demais órgãos envolvidos, com o fim de apresentar propostas legislativas sobre a forma de exploração e rentabilização dos ativos integrantes do FSG.*

186. *Noticiou que, em 13/12/2017, o referido grupo se reuniu para análise da matéria, discutindo cada uma das alíneas do art. 73-A da Lei Complementar nº 932/2017. As conclusões, registradas em ata constante do Processo SEI nº 00413-00000947/2017-70, seguem:*

➤ *Recursos financeiros, imóveis e direitos destinados por lei: a regulamentação para sua exploração já existe no arcabouço legal do RPPS/DF, sendo prevista na Resolução nº 3.922/2010, do Conselho Monetário Nacional. No caso específico dos imóveis, a própria Lei Complementar nº 932/2017 apresentou as diretrizes a serem seguidas para sua exploração, concluindo-se, portanto, não haver a necessidade de outra normatização. Entretanto, foi elaborado o Plano de Gestão Imobiliária – PGI 2018/2019, que contempla, entre outros tópicos, diagnóstico do mercado imobiliário, de todos os imóveis da Carteira do Iprev/DF, bem como propostas de encaminhamento individuais para esses ativos, aprovadas por instâncias internas de governança.*¹³⁶

➤ *Montante de recursos que excedam a 125% da reserva matemática necessária ao pagamento dos benefícios concedidos e a conceder dos respectivos fundos: como o fundo capitalizado criado pela Lei Complementar nº 932/2017 ainda não possuía recursos, estando previsto o início de capitalização com o efetivo funcionamento da previdência complementar do Distrito Federal – DF-Previcom, entendeu-*

¹³⁵ Ofício SEI-GDF n.º 722/2018, fl. 14 (peça 133, e-DOC 1A0ACF1E).

¹³⁶ Ofício SEI-GDF n.º 722/2018, fls. 14/15 (peça 133, e-DOC 1A0ACF1E).



*se que não havia a necessidade de normatização naquele primeiro momento;*¹³⁷

➤ *Dividendos, participações nos lucros e remuneração decorrente de juros sobre capital próprio destinados ao Distrito Federal na condição de acionista de empresas públicas ou de sociedades de economia mista: o coordenador do Grupo de Trabalho informou que o Iprev/DF oficiou todas as estatais e a Secretaria de Fazenda do Distrito Federal, solicitando providências quanto à transferência desses recursos ao Instituto. Sendo assim, não haveria a necessidade de uma normatização sobre esse ponto. Ressaltou que a autarquia vem atuando junto à Unidade de Coordenação das Empresas Estatais, UCEst, ligada à Governança, e se tornou membro do Conselho Consultivo de Coordenação das Estatais – ConcEst, comitê consultivo de acompanhamento de todas as estatais no âmbito do Distrito Federal, por meio do qual atua no sentido de viabilizar e operacionalizar a adequada distribuição de resultados ao GDF (acionista majoritário), que por sua vez as repassa ao Instituto. Acrescentou que houve o repasse de R\$ 62,7 milhões relativos à distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio – JCP das estatais referentes a resultados de 2017/2018;*

➤ *Recebíveis e o fluxo anual relativos ao recebimento da parte principal corrigida da dívida ativa do Distrito Federal, com vencimento a partir de 1º/01/2019: a Unidade de Gestão dos Ativos Não Financeiros do Fundo Solidário Garantidor – UFSG oficiou a Secretaria de Estado de Fazenda – SEF/DF para que esta providenciasse informações passadas e atuais sobre o estoque atual da dívida ativa do DF, bem como de seus fluxos mensais. Em novembro de 2018, houve reunião entre a referida Secretaria, o Iprev/DF e a Seplag, cujo objeto foi o estabelecimento dos procedimentos necessários à viabilização de entrada de tais recursos no caixa da autarquia já em fevereiro de 2019 (referentes ao fluxo do mês de janeiro de 2019), o que se repetirá mensalmente (processo SEI nº 00413-00003807/2018-34);*¹³⁸

➤ *Produto da concessão de bens e serviços baseada em parcerias públicoprivadas, na modalidade patrocinada ou administrativa: ao longo do ano de 2018, o Instituto atuou junto à Unidade de Parcerias Público-Privadas – UPPP, então vinculada à SEF/DF, no sentido de verificar os projetos em andamento, capazes de gerar outorga ao GDF. Destacou que, em agosto de 2018, houve o repasse ao Iprev/DF de R\$ 3,8 milhões provenientes da outorga inicial da exploração do*

¹³⁷ Ofício SEI-GDF n.º 722/2018, fl. 15 (peça 133, e-DOC 1A0ACF1E).

¹³⁸ Ofício SEI-GDF n.º 722/2018, fls. 15/16 (peça 133, e-DOC 1A0ACF1E).



*Centro de Convenções Ulysses Guimarães, o que se repetirá pelos próximos 25 (vinte e cinco) anos, no valor de R\$ 2,9 milhões por ano. Existe ainda a possibilidade de viabilização de outras concessões;*¹³⁹

➤ *Ativos referentes aos recursos decorrentes da cessão do direito de superfície sobre os espaços públicos destinados a estacionamento de veículos automotores e o direito de superfície sobre áreas destinadas a regularização fundiária urbana e rural de propriedade do Distrito Federal e de suas empresas públicas, observada a regulamentação específica definida em lei: verificou-se que já existe a Lei Complementar nº 692/2004, que regulamenta a exploração do serviço público de estacionamento de veículos em logradouros públicos e áreas pertencentes ao Distrito Federal. Por conseguinte, o Iprev/DF formulou consulta à Diretoria Jurídica da autarquia e à Procuradoria-Geral do Distrito Federal acerca da interpretação do art. 73-A, III, c, da Lei Complementar nº 769/2008, com a redação conferida pela Lei Complementar nº 932/2017. Em resposta, essas unidades jurídicas concluíram que cabe ao Distrito Federal a exploração ou a delegação do serviço de estacionamento de veículos automotores de passageiros ou cargas, em logradouros públicos e em áreas pertencentes ao DF, conforme previsto no art. 1º da Lei Complementar nº 692/2004, bem como a obrigatoriedade de instituir mecanismos concretos com vistas a operacionalizá-las, cabendo ao FSG os recursos decorrentes da cessão desse direito. Dessa forma, afirmou que oficiaria a Casa Civil, solicitando a adoção de providências. No tocante à alienação fundiária, noticiou a deliberação de que seria necessário mais tempo para análise, uma vez que é um assunto complexo e carece de estudos mais aprofundados, os quais serão iniciados em 2019.*¹⁴⁰

187. *Adicionalmente, informou que o Plano de Gestão Imobiliária – PGI 2018/2019 prevê estratégia de exploração por blocos de imóveis, o que embasou o início de diversas ações. Destacou que algumas medidas referentes à verificação da viabilidade de exploração menos tradicional, como a estruturação de Fundos de Investimentos Imobiliários – FII, estão sendo adotadas junto a diversos atores do mercado privado e instituições públicas.*¹⁴¹

Análise

188. *Inicialmente, cabe ressaltar que, apesar de o Iprev/DF ter afirmado que o presente item perdeu o objeto como consequência da publicação da Lei Complementar nº 932/2017, essa posição não*

¹³⁹ Ofício SEI-GDF n.º 722/2018, fl. 16 (peça 133, e-DOC 1A0ACF1E).

¹⁴⁰ Ofício SEI-GDF n.º 722/2018, fls. 16/17 (peça 133, e-DOC 1A0ACF1E).

¹⁴¹ Ofício SEI-GDF n.º 722/2018, fls. 17/18 (peça 133, e-DOC 1A0ACF1E).



merece prosperar. Isso porque, embora a nova legislação tenha extinguido o antigo DFPREV, também dispôs o seguinte:

Art. 45. Ficam definitivamente incorporados ao patrimônio do Fundo Solidário Garantidor, vinculado ao Iprev/DF, os bens imóveis descritos na Lei Complementar nº 917 e na Lei nº 5.729, ambas de 21 de outubro de 2016, cabendo aos órgãos competentes promover os devidos assentos no registro imobiliário.

Parágrafo único. Fica incorporada ao patrimônio do Fundo Solidário Garantidor a participação societária no Banco de Brasília S.A. - BRB, após a adoção dos trâmites previstos na Lei Complementar nº 920, de 1º de dezembro de 2016.

189. Sendo assim, é fundamental que o Iprev/DF planeje a gestão desses ativos, incluindo as estratégias de investimento, o setor responsável pela gestão e as metas de rentabilidade a ser auferida, conforme deliberado pela Corte.

190. Ademais, uma vez que o fluxo de recursos do FSG para o fundo financeiro é considerado anualmente no cálculo atuarial, é necessário que tal planejamento considere o mesmo horizonte temporal utilizado nas avaliações atuariais da autarquia, também em consonância com a decisão do Tribunal.

191. Ressalte-se que isso independe do fato de o FSG não estar diretamente ligado a uma massa de segurados ou de ter uma gestão mais voltada para investimentos com maior liquidez no curto prazo, por suas finalidades de monetização e rentabilização, que diferem das do antigo DFPREV, o qual vinha capitalizando recursos para o médio e longo prazos, primordialmente.

192. Por outro lado, a criação no âmbito do Iprev/DF da Unidade de Gestão dos Ativos Não Financeiros – UFSG está de acordo com o item em tela, além de atender ao disposto no § 5º do art. 73-A da Lei complementar nº 769/2008, adicionado pelo inciso VI do art. 44 da Lei Complementar nº 932/2017, que estabeleceu:

Art. 73-A. Fica instituído o Fundo Solidário Garantidor, com a seguinte destinação e características: [...]

§ 5º O Iprev/DF deve constituir setor técnico próprio que acompanhe a gestão dos ativos não financeiros do Fundo Solidário Garantidor.

193. Além disso, verifica-se que a autarquia adotou diversas providências com vistas a gerenciar os ativos mencionados, em sintonia com a decisão. Entre elas, destaca-se a elaboração do Plano de Gestão Imobiliária do Iprev/DF¹⁴².

¹⁴² E-DOC 81BA3534.



194. O plano realizou um diagnóstico detalhado da situação de cada um dos imóveis direcionados à autarquia, agrupando-os por blocos, com especificação de estratégias de investimentos, da necessidade de vigilância e de providências a serem adotadas nos casos em que existem pendências de ordem legal ou fática para sua exploração econômica. As propostas do Instituto para cada um dos grupos está resumida a seguir¹⁴³:

- 1º Bloco de Imóveis: venda imediata, mediante procedimento licitatório ou integralização em Fundo de Investimento Imobiliário – FII (dependendo dos custos e da complexidade de estruturação);
- 2º Bloco de Imóveis: venda, mediante procedimento licitatório, ou integralização em FII (dependendo dos custos e da complexidade de estruturação), ou permuta com incorporadores por unidades imobiliárias para posterior venda;
- 3º Bloco de Imóveis: locação, preferencialmente mediante contratos de longo prazo, ou exploração por meio de FII ou Sociedade de Propósito Específico – SPE (dependendo dos custos e da complexidade de estruturação);
- 4º Bloco de Imóveis: parceria com empresas, por meio de permuta por área construída ou participação em resultados, mediante procedimento licitatório ou integralização em FII ou SPE (dependendo dos custos e da complexidade de estruturação);
- 5º Bloco de Imóveis: a mesma proposta do 4º Bloco, mas há necessidade de uma série de definições e desdobramentos prévios (aprovação de projetos, loteamento da área, provimento de infraestrutura, etc);
- 6º Bloco de Imóveis: a mesma proposta do 4º Bloco, mas há necessidade de aprovação de lei complementar para adequação de seus usos e permissões;
- 7º Bloco de Imóveis: permuta por outros imóveis do GDF, por apresentarem pendências de natureza judicial ou administrativa ou por possuírem elevadas restrições de uso e permissão que inviabilizam sua exploração comercial.

195. Observa-se que os lotes do 6º e 7º Blocos, além de demandarem providências administrativas, dependem de ações legislativas e/ou judiciais, o que impede a exploração comercial das unidades por parte do Iprev/DF, além de obstar o cumprimento dos objetivos legais do Fundo Solidário Garantidor, conforme a Lei Complementar nº 769/2008, art. 73-A, incisos I e II:

¹⁴³ E-DOC 81BA3534, fls. 112/119.



Art. 73-A. Fica instituído o Fundo Solidário Garantidor, com a seguinte destinação e características:

I - destinado a ser reserva garantidora da solvência parcial ou total das obrigações previdenciárias dos fundos de que trata o art. 73, §§ 1º e 2º;

II - baseado em sistema de monetização e rentabilização de ativos que implique ampliação de suas reservas patrimoniais, que são devidamente aplicadas nas condições de mercado, com observância de regras de segurança, solvência, liquidez, rentabilidade, desenvolvimento socioeconômico regional, proteção e prudência financeira; (Grifou-se)

196. Se não é possível explorar os ativos, isso compromete, como consequência, sua monetização e rentabilização, assim como a capacidade do FSG de ser garantia dos fundos financeiro e capitalizado. Sendo assim, mostra-se necessário que sejam adotadas providências no sentido de solucionar as restrições existentes ou providenciar a permuta dos respectivos imóveis por outros de valor equivalente e livres de embaraços, de modo a permitir exploração econômica compatível com os objetivos legais do FSG.

197. Quanto à gestão dos demais bens, ativos, direitos e receitas extraordinárias que compõem o FSG, as conclusões noticiadas do Grupo de Trabalho criado pelo Decreto nº 38.581/2017 demonstram a adoção de providências em relação a cada fonte de recursos prevista na Lei Complementar nº 932/2017.

198. Assim também em relação às ações do BRB, inclusive com indicação de membro do Conselho de Administração da autarquia para compor o Conselho de Administração do banco, bem como do Diretor-Presidente daquela para integrar o Conselho Fiscal deste.

199. Em relação à informação de que o Iprev/DF tem recebido repasses financeiros relativos à concessão do Centro de Convenções Ulysses Guimarães, cumpre citar que tal recebimento se baseia na Lei Complementar nº 769/2008, art. 73-A¹⁴⁴, inciso III, alínea f, que assim dispõe:

Art. 73-A. Fica instituído o Fundo Solidário Garantidor, com a seguinte destinação e características:

[...]

III - composto pelos seguintes bens, ativos, direitos e receitas extraordinárias:

¹⁴⁴ Incluído pela Lei Complementar nº 932/2017.



[...]

f) o produto da concessão de bens e serviços baseado em parcerias público-privadas, na modalidade patrocinada ou administrativa. (Grifou-se)

200. Verifica-se que a delimitação de parcerias público-privadas – PPPs constante da alínea supracitada corresponde ao conceito das concessões regidas pela Lei nº 11.079/2004, que assim estabelece:

Art. 2º Parceria público-privada é o contrato administrativo de concessão, na modalidade patrocinada ou administrativa.

§ 1º Concessão patrocinada é a concessão de serviços públicos ou de obras públicas de que trata a Lei no 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, quando envolver, adicionalmente à tarifa cobrada dos usuários contraprestação pecuniária do parceiro público ao parceiro privado.

§ 2º Concessão administrativa é o contrato de prestação de serviços de que a Administração Pública seja a usuária direta ou indireta, ainda que envolva execução de obra ou fornecimento e instalação de bens. (Grifou-se)

201. Ressalta-se que, em ambos os casos previstos pela norma, trata-se de concessões em que o poder público deve aportar recursos ao parceiro privado, de forma complementar (PPP patrocinada) ou não (PPP administrativa) à cobrança de tarifas dos usuários.

202. O § 3º do art. 2º supramencionado toma ainda mais claro o conceito:

Art. 2º [...]

§ 3º Não constitui parceria público-privada a concessão comum, assim entendida a concessão de serviços públicos ou de obras públicas de que trata a Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, quando não envolver contraprestação pecuniária do parceiro público ao parceiro privado. (Grifou-se)

203. Nesse sentido, a lição de Di Pietro (2017, p. 195)¹⁴⁴:

Nas duas modalidades de parcerias público-privadas existe a contraprestação pecuniária do parceiro público ao parceiro privado, sob pena de se configurar a concessão comum, regida pela Lei nº 8.987/1995. É o que estabelece o art. 2º, § 3º, da Lei nº 11.079.

¹⁴⁴ Pietro, Maria Sylvia Zanella di. Parcerias na Administração Pública.



Só que, enquanto na concessão patrocinada a contraprestação do parceiro público é um plus em relação à tarifa cobrada do usuário, na concessão administrativa ela constituirá a forma básica de remuneração. (Grifou-se)

204. Sendo assim, uma vez que a concessão do Centro de Convenções Ulysses Guimarães gera produto para o Distrito Federal, não se trata de uma parceria público-privada nos moldes definidos pela Lei nº 11.079/2004, mas de uma concessão comum, regida pela Lei nº 8.987/1995.

205. É o que se aduz, inclusive, do Edital nº 001/2016 – SEF¹⁴⁶, referente à concorrência pública para a respectiva concessão, que traz em seu preâmbulo:

A LICITAÇÃO será regida pela Lei Federal nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, Lei Distrital nº 1.137, de 10 de julho de 1996, pelas disposições deste EDITAL e, subsidiariamente, pela Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e demais normas vigentes sobre a matéria. (Grifou-se)

206. Constata-se, assim, que o repasse de recursos provenientes desta concessão para o Iprev/DF não encontra respaldo no texto da Lei Complementar nº 769/2008, art. 73-A, inciso III, alínea f, como afirmado pela autarquia.

207. Segundo o jurisdicionado, foram repassados a esse título R\$ 3,8 milhões ao Instituto, com previsão de um fluxo anual de R\$ 2,9 milhões pelos próximos 25 (vinte e cinco) anos.

208. Neste ponto, cumpre destacar que, diante da realidade financeira deficitária do RPPS/DF, se tais valores não fossem direcionados à autarquia com base no dispositivo supracitado, o seriam a título de cobertura de insuficiência financeira pelo tesouro, com base na Lei Complementar nº 769/2008, art. 4º, § 2º¹⁴⁷.

209. Sendo assim, o impacto mais relevante de se tratar esse montante como fonte decorrente da alínea f do inciso III do art. 73-A da Lei Complementar nº 769/2008 (e não como cobertura de insuficiência financeira) está em se considerar o fluxo desses recursos na avaliação atuarial do RPPS/DF, como ocorreu na referente ao ano de 2018, o que não se daria se a contabilização correta fosse feita, já que coberturas de insuficiência não são incluídas como fontes de receita previdenciária nos estudos atuariais.

¹⁴⁶ Publicado no DODF nº 240, de 18/12/2017.

¹⁴⁷ Art. 4º [...] § 2º O Distrito Federal constitui-se em garantidor das obrigações do Iprev/DF, respondendo subsidiariamente pelo custeio dos benefícios previdenciários devidos aos seus segurados e dependentes, cobrindo qualquer insuficiência financeira do Regime Próprio de Previdência Social do Distrito Federal.



210. Assim, o tratamento equivocado dado a esses valores traz distorções no cálculo atuarial. Atualmente, considerando que a única concessão que tem vertido recursos ao Iprev/DF é a referente ao Centro de Convenções, esse impacto ainda é reduzido. Todavia, se novas concessões receberem o mesmo tratamento, o efeito atuarial pode vir a se tornar relevante.

211. Diante do exposto, será proposto ao egrégio Plenário:

i. considerar cumprido o item “VI.b.5” da Decisão nº 3.281/2017;

ii. alertar o Iprev/DF de que o repasse para o Fundo Solidário Garantidor de recursos provenientes de concessões de serviços e de obras públicas regidas pela Lei nº 8.987/1995 não encontra respaldo no texto da Lei Complementar nº 769/2008, art. 73-A, inciso III, alínea f, com redação dada pela Lei Complementar nº 932/2017;

iii. determinar ao Iprev/DF que, diante das pendências apontadas em seu Plano de Gestão Imobiliária (e-DOC 81BA3534) quanto a imóveis destinados ao RPPS/DF por força da Lei Complementar nº 917/2016 e da Lei nº 5.729/2016, em especial aos listados no 6º e no 7º blocos de imóveis desse plano, adote as providências necessárias à solução imediata das restrições existentes, de modo a permitir exploração econômica compatível com os objetivos do Fundo Solidário Garantidor, definidas na Lei Complementar nº 769/2008, art. 73-A, dando conhecimento ao Tribunal, no prazo de 90 (noventa) dias, das medidas implementadas.

n) Item “VI.b.6” da Decisão nº 3.281/2017

VI – determinar ao Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal – IPREV/DF que: [...] **b)** no prazo de 90 (noventa) dias: [...] **6)** ajuste a taxa de juros prevista em sua Política de Investimentos, considerando as ações do Banco de Brasília S.A e os imóveis citados no inciso VI, alínea “b”, item 5 supra, de modo a ponderá-la por tipo de ativos e respectivos retornos esperados, adequando-a à nova realidade da carteira de investimentos do DFPREV (Achado 5); Manifestação do Iprev/DF

212. O Iprev/DF informou que sua Política de Investimentos de 2017 foi revista por decisão do Conselho de Administração, por ocasião da sua 26ª Reunião Ordinária, em 28/03/2017, quando a taxa de juros do antigo DFPREV foi alterada de 5,5% para 5,0% a.a. Essa revisão foi proposta ao Conselho após ser objeto de



*deliberação pela Diretoria Executiva, em sua 24ª Reunião Ordinária, em 27/03/2017.*¹⁴⁸

*213. Afirmou que foi ponderado, na ocasião, o impacto da incorporação dos imóveis e ações sobre a rentabilidade futura, além da mudança do cenário macroeconômico, com o fechamento acentuado da curva de juros de longo prazo entre o período de dezembro de 2016 a março de 2017, além da redução das expectativas de mercado para as taxas reais de juros nos 5 (cinco) anos seguintes.*¹⁴⁹

*214. Dessa forma, ressaltou que a Política de Investimentos de 2017 já considerou a mudança de perfil da carteira de investimentos, embora os ativos ainda não estivessem incorporados a ela, havendo apenas um direito a receber. Acrescentou que a hipótese de juros de 5,0% a.a. foi testada posteriormente, considerando-se o desempenho histórico dos segmentos da carteira, com conclusão pela sua consistência.*¹⁵⁰

*215. Por outro lado, destacou que os ativos do extinto DFPREV passaram a compor o FSG, que se baseia em um sistema de monetização e rentabilização.*¹⁵¹

*216. Assim, a carteira composta por esses ativos financeiros, imóveis e ações não compõe mais um fundo capitalizado de benefícios definidos e, embora deva ter uma política de investimentos específica, com uma taxa de rentabilidade referencial, ela não se confunde com a taxa de juros ou meta atuarial do novo fundo capitalizado, que será definida de acordo com o perfil do seu passivo e com sua carteira.*¹⁵²

*217. Comunicou ainda que a Portaria nº 68/2017 estabeleceu metodologia consistente com as técnicas atuariais, com o intervalo temporal projetado e com o volume de recursos geridos pela autarquia para estimar a taxa de juros a ser utilizada em suas avaliações atuariais, em consonância com o Guia de Melhores Práticas Atuariais da Previc e com os princípios atuariais dos Parâmetros Realistas e da Prudência recomendados pela Resolução IBA nº 02/2014 do Instituto Brasileiro de Atuária.*¹⁵³

218. Com isso, considerou haver cumprido a determinação.

Análise

219. Assiste razão ao Iprev/DF quando afirma que a carteira do FSG não se confunde com a do novo fundo capitalizado. Assim,

¹⁴⁸ Ofício SEI-GDF n.º 722/2018, fl. 36 (peça 133, e-DOC 1A0ACF1E).

¹⁴⁹ Ofício SEI-GDF n.º 722/2018, fls. 36/37 (peça 133, e-DOC 1A0ACF1E).

¹⁵⁰ Ofício SEI-GDF n.º 722/2018, fl. 37 (peça 133, e-DOC 1A0ACF1E).

¹⁵¹ Ofício SEI-GDF n.º 722/2018, fls. 37/38 (peça 133, e-DOC 1A0ACF1E).

¹⁵² Ofício SEI-GDF n.º 722/2018, fl. 38 (peça 133, e-DOC 1A0ACF1E).

¹⁵³ Ofício SEI-GDF n.º 722/2018, fl. 36 (peça 133, e-DOC 1A0ACF1E).



com a nova estrutura previdenciária distrital definida pela Lei Complementar nº 932/2017, as ações do BRB e os imóveis tratados neste item deixaram de ter impacto direto na definição da taxa de juros atuarial deste fundo.

220. Ressalta-se, todavia, que o fluxo de recursos do FSG para o fundo financeiro é considerado no estudo atuarial referente a este fundo. Assim, tais valores são relevantes financeira e atuarialmente para o RPPS/DF, o que exige, como afirmado pela autarquia, que tenham uma política de investimentos específica.

221. Nesse contexto, observa-se que o Plano de Gestão Imobiliária do Iprev/DF¹⁵⁴ vem ao encontro desse entendimento, já que estabelece estratégias de investimentos, além de projetar metas de rentabilidade, especialmente quanto às rendas provenientes da exploração comercial dos imóveis, de acordo com as diretrizes definidas para cada bloco¹⁵⁵.

222. Além disso, a Portaria nº 68/2017 estabeleceu parâmetros alinhados à deliberação do Tribunal, nos seguintes termos:

Art. 8º Para a carteira de ativos não financeiros eventualmente incorporados por lei ao patrimônio do fundo capitalizado, **a sua taxa de juros deverá ter como referência os parâmetros históricos de desempenho de cada segmento específico**, a serem definidos na Política Anual de Investimentos.

Art. 9º A taxa de juros atuarial para a integralidade da carteira financeira e não-financeira do Fundo Capitalizado de que trata o artigo 73, § 2º da Lei Complementar nº 769, de 30 de junho de 2008, será obtida por meio das taxas obtidas conforme o Art. 7º e Art. 8º, **ponderando-as pela sua participação relativa na carteira total de ativos**.

Art. 10 A Política Anual de Investimentos deverá especificar os parâmetros e a estratégia a serem utilizados para a obtenção da taxa de juros atuarial. (Grifou-se)

223. Ademais, a Política de Investimentos do Iprev/DF de 2019¹⁵⁶ estabeleceu meta de rentabilidade específica para a carteira de ativos financeiros do FSG, de 3,7% acima do IPCA, considerando os imóveis, ações do BRB e demais fontes legais do fundo, além dos seus objetivos característicos.

224. Diante do exposto, será proposto ao egrégio Plenário considerar cumprido o item “VI.b.6” da Decisão nº 3.281/2017.

¹⁵⁴ E-DOC 81BA3534.

¹⁵⁵ Vide §§ 193 e 194.

¹⁵⁶ <http://www.iprev.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/10/GDF-13774768-Pol%C3%ADticaAnual-de-Investimentos-2019.pdf> (acesso em 29/04/2019).



o) Item “VI.b.7” da Decisão nº 3.281/2017

VI – determinar ao Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal – IPREV/DF que: [...] b) no prazo de 90 (noventa) dias: [...] 7) implemente, por meio de sua Diretoria de Investimentos, em conformidade com o art. 22 da Portaria nº 37/2016, rotina de gerenciamento de riscos e de monitoramento da carteira de investimentos da autarquia, utilizando sistema informatizado compatível com o volume de recursos geridos, que permita a elaboração (Achado 5): 7.1) de relatórios mensais contendo análises sobre a aderência de seu desempenho com as metas de rentabilidade estabelecidas; 7.2) de recomendações sobre a alocação dos recursos do IPREV/DF, com vistas a preservar o equilíbrio financeiro e atuarial do RPPS/DF; Manifestação do Iprev/DF

225. O Iprev/DF informou que concluiu a contratação da ferramenta de controle de investimentos OnFinance (Processo nº 413.000061/2017), a qual permite o monitoramento contínuo das posições de investimentos, incluindo saldos individualizados e por segmento, rentabilidade, nível de risco, enquadramentos legais e quanto à política de investimentos, entre outras funcionalidades.¹⁵⁷

226. Afirmou também que a mencionada ferramenta permite a extração de relatórios mensais contendo análises sobre a aderência do desempenho dos investimentos administrados pela autarquia com as metas estabelecidas, além de auxiliar na elaboração das recomendações de alocação encaminhadas ao Comitê de Investimentos e Análise de Riscos.¹⁵⁸

227. Assim, considerou haver cumprido a determinação.

Análise

228. Verifica-se que, segundo as informações do Iprev/DF, a ferramenta de controle de investimentos contratada pela autarquia permite o gerenciamento de riscos e o monitoramento da carteira do RPPS/DF, além de reunir as funcionalidades indicadas pelo Tribunal.

229. Diante do exposto, será proposto ao egrégio Plenário considerar cumprido o item “VI.b.7” da Decisão nº 3.281/2017, sem prejuízo de verificações futuras por ocasião de novas ações fiscalizatórias por parte desta Corte.

p) Item “VI.b.8” da Decisão nº 3.281/2017

VI – determinar ao Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal – IPREV/DF que: [...] b) no prazo de 90

¹⁵⁷ Ofício SEI-GDF n.º 722/2018, fl. 38 (peça 133, e-DOC 1A0ACF1E).

¹⁵⁸ Ofício SEI-GDF n.º 722/2018, fls. 38/39 (peça 133, e-DOC 1A0ACF1E).



(noventa) dias: [...] **8)** dê cumprimento ao inciso III, alíneas¹⁵⁹ “c”, “e”, “f” e “g”, da Decisão nº 6.057/15, mantendo atualizadas as informações a que se referem e adote as providências necessárias para (Achado 5): **8.1)** proceder à divulgação das informações sobre investimentos, previstas na Portaria MPS nº 519/11, com as alterações introduzidas pela Portaria MPS nº 440/13; **8.2)** dar cumprimento aos preceitos de transparência estatuidos pelos arts. 4º e 85 da Lei Complementar nº 769/08; **8.3)** disponibilizar extrato anual contendo as informações do registro individualizado de cada segurado e pensionista, nos termos do art. 78 da Lei Complementar nº 769/08; **8.4)** dar publicidade às taxas de administração descontadas pelos gestores dos fundos de investimentos dos quais o IPREV/DF detenha cotas e quaisquer outros custos incorridos para a obtenção desses rendimentos; Manifestação do Iprev/DF

230. O Iprev/DF afirmou que as informações mencionadas na Decisão nº 3.281/2017 e na Decisão nº 6.057/2015 estão disponíveis no site da autarquia e são atualizadas mensalmente.¹⁶⁰

231. Quanto ao item III.f da Decisão nº 6.057/2015, que trata do extrato anual com registro individualizado de cada segurado, informou que os servidores do Distrito Federal podem emitir extrato individualizado de suas contas, incluindo informações sobre os valores já recolhidos a título de contribuição previdenciária, por meio do seguinte endereço eletrônico: <http://www.gdfnet.df.gov.br/Autenticacao/Login?ReturnUrl=%2f>.

232. Além dessa ferramenta, acrescentou que o SIPREV/Gestão, da Secretaria de Previdência do Ministério da Economia, que vem sendo alimentado pelos dados de todos os servidores titulares de cargos efetivos ativos e inativos e dos pensionistas, do Poder Executivo e do Poder Legislativo do Distrito Federal, incluídas as autarquias e as fundações, traz o histórico de cada servidor.¹⁶¹

233. Ressaltou que esse sistema também pode ser utilizado como base para a compensação previdenciária, pois, quando sua base estiver totalmente atualizada, será possível saber quando e por

¹⁵⁹ III – determinar ao Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal – Iprev/DF que, no prazo de 60 (sessenta) dias, adote providências para: [...] **c)** proceder à divulgação das informações sobre investimentos, previstas na Portaria MPS nº 519/2011, com as alterações introduzidas pela Portaria MPS nº 440/2013; [...] **e)** dar cumprimento aos preceitos de transparência estatuidos pela Lei Complementar nº 769/2008, artigos 4º e 85; **f)** disponibilizar extrato anual contendo as informações do registro individualizado de cada segurado e pensionista, nos termos do art. 78 da Lei Complementar nº 769/2008; **g)** dar publicidade às taxas de administração descontadas pelos gestores dos fundos de investimentos dos quais o Iprev/DF detenha cotas, e quaisquer outros custos incorridos para a obtenção desses rendimentos;

¹⁶⁰ Ofício SEI-GDF nº 722/2018, fl. 39 (peça 133, e-DOC 1A0ACF1E).

¹⁶¹ Ofício SEI-GDF nº 722/2018, fls. 39/40 (peça 133, e-DOC 1A0ACF1E).



quanto tempo cada servidor contribuiu para o INSS antes de recolher para o RPPS/DF e viceversa.¹⁶²

234. Com isso, considerou haver cumprido a determinação.

Análise

235. Em relação aos subitens “VI.b.8.1” e “VI.b.8.2”, por meio de consulta ao site do Iprev/DF, em 03/05/2019, quanto às informações mencionadas nessas deliberações, incluindo as previstas na Portaria MPS nº 519/2011, com as alterações introduzidas pela Portaria MPS nº 440/2013, observou-se que:

➤ Estão disponíveis as Políticas de Investimento de 2012 a 2019, em sintonia com a Portaria MPS nº 519/2011, art. 3º, inciso VIII, alínea a¹⁶³;

➤ Podem ser acessadas as informações contidas nos formulários APR – Autorização de Aplicação e Resgate, de janeiro de 2018 a janeiro de 2019. Todavia, a Portaria MPS nº 519/2011, art. 3º, inciso VIII, alínea b, exige a publicação no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da respectiva aplicação ou resgate. Assim os dados de fevereiro e março de 2019 já deveriam ter sido disponibilizados¹⁶⁴;

➤ É possível consultar a composição da carteira de investimentos do RPPS/DF, com dados mensais, de janeiro de 2018 a fevereiro de 2019. Entretanto, a Portaria MPS nº 519/2011, art. 3º, inciso VIII, alínea c, fixa prazo de até 30 (trinta) dias após o encerramento do mês para publicação, o que significa que as informações de março de 2019 tinham que estar acessíveis¹⁶⁵;

➤ Os procedimentos de seleção das entidades autorizadas e credenciadas; as informações relativas ao processo de credenciamento de instituições para receber as aplicações dos recursos do RPPS/DF; bem como a relação das entidades credenciadas e respectiva data de atualização do credenciamento estão disponíveis, em conformidade com a Portaria MPS nº 519/2011, art. 3º, inciso VIII, alíneas d, e, f¹⁶⁶;

➤ As datas e locais das próximas reuniões do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e do Comitê de Investimentos e Análise de Riscos não foram localizados no

¹⁶² Ofício SEI-GDF n.º 722/2018, fl. 40 (peça 133, e-DOC 1A0ACF1E).

¹⁶³ <http://www.iprev.df.gov.br/politica-de-investimento/> (acesso em 03/05/2019).

¹⁶⁴ <http://www.iprev.df.gov.br/autorizacao-de-aplicacao-e-resgate-apr/> (acesso em 03/05/2019).

¹⁶⁵ <http://www.iprev.df.gov.br/carteira-de-investimento/> (acesso em 03/05/2019).

¹⁶⁶ <http://www.iprev.df.gov.br/credenciamento/> (acesso em 03/05/2019).



site, em descumprimento à Portaria MPS nº 519/2011, art. 3º, inciso VIII, alínea g¹⁶⁷; e

➤ *As informações correspondentes aos relatórios indicados na Portaria MPS nº 519/2011, art. 3º, inciso VIII, alínea h, detalhados, no mínimo, trimestralmente, sobre a rentabilidade, os riscos das diversas modalidades de operações realizadas nas aplicações dos recursos do RPPS e a aderência à política anual de investimentos e suas revisões, podem ser consultadas no detalhamento da carteira de investimentos¹⁶⁸, nos demonstrativos de aplicações e investimentos dos recursos – DAIR¹⁶⁹ e nas informações, atualizadas até fevereiro de 2019, sobre rentabilidades anuais¹⁷⁰.*

236. *Quanto ao subitem “VI.b.8.3”, que trata do extrato com informações do registro individualizado dos segurados e pensionistas, a autarquia indicou link específico para tal consulta, não tendo sido possível verificar, no entanto, os dados disponibilizados, uma vez que estão protegidos por senha de acesso. Todavia, a afirmação do Instituto está em consonância com a deliberação desta Corte e poderá ser verificada por ocasião de novas ações fiscalizatórias do Tribunal.*

237. *Sobre o subitem “VI.b.8.4”¹⁷¹, verificou-se que as taxas de administração descontadas pelos gestores dos fundos de investimentos dos quais o Iprev/DF detém cotas estão publicadas em seu site, com atualização até fevereiro de 2019¹⁷², conforme deliberado por esta Corte.*

238. *Diante do exposto, será proposto ao egrégio Plenário:*

i. *alertar o Iprev/DF da necessidade de divulgar tempestivamente as informações contidas nos formulários APR – Autorização de Aplicação e Resgate, além da composição de sua carteira de investimentos, em conformidade com a Portaria MPS nº 519/2011, art. 3º, inciso VIII, alíneas “b” e “c”;*

ii. *considerar parcialmente cumprido o item “VI.b.8” da Decisão nº 3.281/2017, reiterando-o ao jurisdicionado quanto*

¹⁶⁷ No link <http://www.iprev.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/01/cronograma-dereuni%C3%B5es-CIAR.pdf>, consta cronograma de reuniões do Comitê de Investimentos e Análise de Riscos relativo ao ano de 2018, já encerrado.

¹⁶⁸ <http://www.iprev.df.gov.br/carteira-de-investimento/> (acesso em 03/05/2019).

¹⁶⁹ <http://www.iprev.df.gov.br/demonstrativo-de-aplicacoes-e-investimentos-dos-recursos-dair/> (acesso em 03/05/2019).

¹⁷⁰ <http://www.iprev.df.gov.br/rentabilidades-anuais/> (acesso em 03/05/2019).

¹⁷¹ Ressalta-se que, em consonância com a análise aqui realizada, o Tribunal, no âmbito do Processo nº 26.692/2014, considerou, por meio do item “II.a” da Decisão nº 2.869/2017, atendido o item “III-g” da Decisão nº 6.057/2015, o qual possui teor idêntico ao do subitem “VI.b.8.4”.

¹⁷² <http://www.iprev.df.gov.br/wp-content/uploads/2019/04/01-Planilha-Site-Fev19.pdf> (acesso em 03/05/2019).



à necessidade de divulgação das datas e locais das próximas reuniões do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e do Comitê de Investimentos e Análise de Riscos da autarquia, em conformidade com a Portaria MPS nº 519/2011, art. 3º, inciso VIII, alínea “g”.

q) Item “VI.b.9” da Decisão nº 3.281/2017

VI – determinar ao Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal – IPREV/DF que: [...] **b)** no prazo de 90 (noventa) dias: [...] **9)** elabore e remeta ao Tribunal Plano de Ação, contendo cronograma completo de ações, bem como mapeamento da sequência de procedimentos que serão executados, constando o prazo e a unidade/setor responsável pela execução, com objetivo de: **9.1)** adotar providências para consolidar e manter sob sua gestão base cadastral dos servidores ativos, aposentados e pensionistas do Distrito Federal, de modo a garantir a consistência, confiabilidade e atualização das informações que subsidiarão as avaliações atuariais¹⁷³ (Achado 2); **9.2)** adequar os campos da base cadastral utilizada na avaliação atuarial, a fim de proporcioná-la maior precisão e transparência, conforme layout sugerido pelo então Ministério do Trabalho e da Previdência Social (Achado 2);

Manifestação do Iprev/DF

239. O Iprev/DF afirmou que, considerando o teor do parágrafo 142 do Relatório Final de Auditoria, pacificou o entendimento de que utilizará o sistema SIPREV/Gestão como base cadastral única para os servidores ativos, aposentados e pensionistas para fins de gestão das informações previdenciárias.¹⁷⁴

240. Em atenção à solicitação deste item, foi elaborado um plano de ação de atualização periódica da base cadastral no referido sistema, com o objetivo de garantir consistência e confiabilidade das informações que subsidiarão as avaliações atuariais, conforme disposto a seguir:

Quadro 13 – Plano de ação para cumprimento da Decisão nº 3.281/2017 – item VI.b.9.1

DELIBER AÇÃO	AÇÃO	ETAPA/ATIVIDAD ES	PRAZO	RESPON SÁVEL
Item VI.b.9.1 da Decisão nº 3.281/201 7	Atualização semestral da base cadastral do sistema SIPREV/Gestão	Solicitação dos arquivos para importação aos detentores das informações (Seplag, TCDF e CLDF).	Março e setembro de cada ano	DIPREV

¹⁷³ Redação dada pela Decisão nº 4.603/2018.

¹⁷⁴ Ofício SEI-GDF n.º 722/2018, fl. 40 (peça 133, e-DOC 1A0ACF1E).



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A7/S1

e-DOC B78FB7AD
Proc 2510/2016-e

Proc.: 2.510/16-e

Recebimento dos arquivos pelo Iprev/DF.	Abril e outubro de cada ano	Seplag, TCDF e CLDF
Atualização dos dados no sistema SIPREV/Gestão.	Abril e outubro de cada ano	DIPREV
Avaliação dos relatórios de inconsistência do sistema SIPREV/Gestão.	Abril e outubro de cada ano	DIPREV
Envio dos relatórios de inconsistências aos setoriais de gestão de pessoas dos servidores para correção e/ou regularização dos registros.	Abril e outubro de cada ano	DIPREV e setoriais de gestão de pessoas

Fonte: Ofício SEI-GDF n.º 722/2018, fls. 21/22 (peça 133, e-DOC 1A0ACF1E).

241. Quanto aos campos da base cadastral a ser utilizada na avaliação atuarial de seus planos previdenciários, informou que já observam leiaute padronizado pela Secretaria de Previdência Social do então Ministério da Fazenda desde o fim de 2017.¹⁷⁵

242. Acrescentou que a solicitação das informações cadastrais dos servidores ativos e aposentados, bem como de seus dependentes e pensionistas, encaminhada aos órgãos responsáveis por seu fornecimento (CLDF, TCDF e Seplag), demandadas pelos Ofícios PRESI/IPREV nº 104, 105 e 106/2017, também observaram esse modelo.¹⁷⁶

243. Destacou a publicação da Decisão nº 1.393/2018 desta Corte, com a seguinte deliberação:¹⁷⁷

O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: [...] III – determinar à Câmara Legislativa do Distrito Federal – CLDF que, se ainda não o fez, encaminhe ao Instituto de Previdência dos Servidores Públicos – IPREV, no prazo de 30 (trinta) dias, os dados necessários à atualização do sistema SIPREV/Gestão, nos termos solicitados no Ofício SEI-GDF nº 211/2017 – IPREV/PRESI; IV – reiterar ao Instituto de Previdência dos Servidores Públicos – IPREV os termos da Decisão nº 6.055/2016, item II, fixando-se o prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento dos dados a serem encaminhados pela Câmara

¹⁷⁵ Ofício SEI-GDF n.º 722/2018, fls. 40/41 (peça 133, e-DOC 1A0ACF1E).

¹⁷⁶ Ofício SEI-GDF n.º 722/2018, fl. 41 (peça 133, e-DOC 1A0ACF1E).

¹⁷⁷ Ofício SEI-GDF n.º 722/2018, fl. 21 (peça 133, e-DOC 1A0ACF1E).



Legislativa do Distrito Federal – CLDF, para o seu atendimento; [...].

244. Esclareceu que a autarquia promoveu as devidas diligências e trouxe ao conhecimento da Corte todas as providências adotadas para atendimento do item em questão¹⁷⁸.

245. Informou que, dentro de suas possibilidades administrativas, atendeu ao que foi determinado na Decisão nº 6.055/2016 e na Decisão nº 1.393/2018, uma vez que já foram inseridas no sistema SIPREV/Gestão as bases de dados do Executivo, Defensoria e do Tribunal. A única base de dados pendente de migração é a da Câmara Legislativa do Distrito Federal – CLDF.

246. Ressaltou que o Instituto adotou todas as providências para que a CLDF atendesse a determinação da Corte e para cumprimento das decisões de forma integral.

247. Mencionou que a CLDF chegou a informar ter enviado as informações para a autarquia. Entretanto, esclareceu que isso não é o suficiente. Para o efetivo atendimento da demanda, as informações devem atender os critérios de migração estabelecidos pelo SIPREV/Gestão. No caso, as informações encaminhadas não contemplaram as exigências de leiaute, constando diversas inconsistências que impedem a efetiva migração dos dados.

248. Acrescentou que, em 17/08/2018, encaminhou à CLDF o Ofício SEI-GDF nº 518/2018 – IPREV/PRESI, reiterando mais uma vez a necessidade de envio da base de dados conforme acordado com a Diretoria de Previdência. Todavia, a solicitação continua pendente.

249. Diante do exposto, considerou ter atendido a determinação desta Corte.¹⁷⁹

Análise

250. A utilização do SIPREV/Gestão está de acordo com a determinação do Tribunal e sua implementação integral permitirá o aperfeiçoamento da gestão previdenciária pela utilização de uma base consolidada, incluindo todos os órgãos e entidades da administração pública distrital, assim como o uso de um leiaute alinhado às orientações da Secretaria de Previdência do Ministério da Economia.

251. Ademais, a atualização semestral da base cadastral, programada pela autarquia, também favorecerá a adequação das informações que subsidiarão as avaliações atuariais e demais estudos realizados no âmbito do RPPS/DF. Observa-se que a implantação do mencionado sistema está em estágio avançado,

¹⁷⁸ Ofício SEI-GDF n.º 722/2018, fl. 40 (peça 133, e-DOC 1A0ACF1E).

¹⁷⁹ Ofício SEI-GDF n.º 722/2018, fls. 41 (peça 133, e-DOC 1A0ACF1E).



pendente apenas a inclusão da base de dados relativa à CLDF, conforme informado pelo Instituto.

252. *Ressalta-se que a necessidade de encaminhamento de dados pela CLDF já está sendo tratada pela Corte no âmbito do Processo nº 3.037/2016, tendo havido inclusive reiteração àquela Casa Legislativa nesse sentido, por meio da Decisão nº 5.908/2018.*

253. *Diante do exposto, considerando que foram adotadas as providências que cabiam ao Iprev/DF para o atendimento das deliberações em questão, será proposto ao egrégio Plenário considerar cumpridos os itens “VI.b.9.1” e “VI.b.9.2” da Decisão nº 3.281/2017.*

r) Item “VII.a” da Decisão nº 3.281/2017

VII – determinar: a) *ao Conselho Fiscal do Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal que, doravante, em conformidade com o art. 91, inciso III da Lei Complementar nº 769/08, emita anualmente parecer sobre a coerência dos resultados da avaliação atuarial, inclusive em relação à hipótese atuarial da taxa de juros, avaliando sua aderência à realidade do RPPS/DF, considerando a expectativa de juros de longo prazo; a série histórica de cada ativo (índice) e eventuais correlações; o potencial de rentabilidade futura da carteira atual de investimentos do Fundo Capitalizado e dos recursos que nele ingressarão no período projetado; e o fluxo de ingressos e dispêndios esperado para o intervalo de tempo considerado (Achado 3);*
Manifestação do Iprev/DF

254. *O Iprev/DF informou que comunicou seu Conselho Fiscal – Confis sobre a determinação e que esse órgão colegiado afirmou que cumprirá as orientações desta Corte dentro do prazo legal.*¹⁸⁰

Análise

255. *Em pesquisa às atas de reuniões do Confis referentes aos exercícios de 2017 a 2019 disponíveis no site da autarquia*¹⁸¹, foram identificados os seguintes registros:

41ª Reunião Extraordinária¹⁸², em 11/09/2017:

[...] O presidente deu ciência aos conselheiros do recebimento da Decisão 3281/2017 do TCDF que trata de questões relevantes ao Instituto, e que faz referência ao Conselho Fiscal. Após discussão, decidiram requerer à

¹⁸⁰ Ofício SEI-GDF n.º 722/2018, fls. 41 (peça 133, e-DOC 1A0ACF1E).

¹⁸¹ <http://www.iprev.df.gov.br/confis/> (acesso em 30/04/2019).

¹⁸² http://www.iprev.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/06/SEI_GDF-1730825-Ata.pdf (acesso em 30/04/2019).



Diretoria Executiva do Iprev/DF os seguintes documentos: [...] 2) a elaboração de relatório sobre a coerência dos resultados da avaliação atuarial; da hipótese atuarial da taxa de juros, avaliando sua aderência à realidade do Iprev/DF, considerando a expectativa de juros de longo prazo; a série histórica de cada ativo (índice) e eventuais correlações; o potencial de rentabilidade futura da carteira atual de investimentos do Fundo Capitalizado e dos recursos que nele ingressarão no período projetado; e o fluxo de ingressos e dispêndios esperados para o intervalo de tempo considerado.

[...].

24ª Reunião Ordinária¹⁸³, em 03/08/2017:

[...] Prestação de contas referente ao exercício de 2017. Visando atender a recomendação do Tribunal de Contas, o colegiado reuniu-se com o atual Assessor Especial de Atuação do Iprev, Senhor Augusto Morel Nitschke, para o qual solicitaram tempestividade na elaboração dos relatórios atuariais para registro contábil dos dados dentro do próprio exercício. [...].

47ª Reunião Extraordinária¹⁸⁴, em 09/04/2018:

[...] Logo após, convidaram o Senhor Augusto Morel Nitschke, Chefe da Unidade de Atuação, para o qual reiteraram a solicitação referente à elaboração de um relatório explicando o item VII da Decisão nº 3281/2017 do TCDF, que trata da emissão anual de parecer sobre a coerência dos resultados da avaliação atuarial da taxa de juros, avaliando sua aderência à realidade do RPPS/DF. [...].

27ª Reunião Ordinária¹⁸⁵, em 04/06/2018:

[...] Item II - Prestação de Contas referente ao exercício de 2018. Sobre a matéria, os conselheiros analisaram os documentos disponibilizados no SEI-GDF. Item III - Análise do Relatório do Cálculo Atuarial e elaboração do Parecer. O Parecer foi elaborado, aprovado, assinado pelos conselheiros presentes na reunião e encaminhado à Presidência do Iprev/DF por meio do processo SEI/GDF nº 00413-1731/2018-11.

[...].

¹⁸³ <http://www.iprev.df.gov.br/confis/> (acesso em 30/04/2019).

¹⁸⁴ http://www.iprev.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/06/SEI_GDF-7387420-Ata.pdf (acesso em 30/04/2019).

¹⁸⁵ <http://www.iprev.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/08/index.pdf> (acesso em 30/04/2019).



29ª Reunião Ordinária¹⁸⁶, em 03/12/2018:

[...] Em seguida, os conselheiros receberam o Senhor Augusto Nitschke para tratar da avaliação atuarial. Após discussão, deliberaram por solicitar que seja disponibilizado Relatório comparativo entre as projeções do cálculo atuarial e os valores realizados. [...].

53ª Reunião Extraordinária¹⁸⁷, em 07/01/2019:

[...] Item II - Prestação de Contas do exercício de 2018. Após discussão, os conselheiros deliberaram por solicitar os seguintes documentos: [...] Relatório de Acompanhamento das premissas e hipóteses atuariais e teste de aderência com base na Nota Técnica Atuarial. [...].

256. Verifica-se, portanto, que o Conselho Fiscal do Iprev/DF tem dado cumprimento à deliberação desta Corte. Diante do exposto, será proposto ao egrégio Plenário considerar cumprido o item “VII.a” da Decisão nº 3.281/2017.

s) Item “VII.b” da Decisão nº 3.281/2017

VII – determinar: [...] b) à Controladoria-Geral do Distrito Federal que, doravante, adote rotina de acompanhamento periódico dos censos previdenciários quinquenais a serem realizados pelo IPREV/DF, uma vez que a sua inexecução poderá impactar no juízo de regularidade das contas anuais dos dirigentes da autarquia (Achado 2); Manifestação da Controladoria-Geral do Distrito Federal – CGDF

257. Não houve manifestação da CGDF quanto ao cumprimento deste item da Decisão nº 3.281/2017.

Análise

258. Conforme afirmado anteriormente, não consta destes autos o envio da Decisão nº 3.281/2017 à CGDF, em que pese o item em questão seja direcionado a esta jurisdição¹⁸⁸.

259. Convém citar o Regimento Interno do TCDF, art. 168, inciso I, alínea c, que estabelece:

¹⁸⁶ http://www.iprev.df.gov.br/wp-content/uploads/2019/02/SEI_GDF-16307580-Ata.pdf (acesso em 30/04/2019).

¹⁸⁷ http://www.iprev.df.gov.br/wp-content/uploads/2019/02/Ata_da_Quinquagesima_Terceira_Reuniao_Extraordinaria.pdf (acesso em 30/04/2019).

¹⁸⁸ O item “VII.b” da Decisão nº 3.281/2017 traz determinação direcionada à CGDF. Todavia, o item “X.b”, o qual enumera os destinatários que deveriam receber cópia do Relatório Final de Auditoria, do relatório/voto do Relator e da decisão, não incluiu esse órgão no mencionado rol.



Art. 168. Os prazos referidos neste Regimento contam-se dia a dia, a partir da data:

I - do recebimento pela parte: [...]

c) da comunicação de diligência; [...].

260. Com isso, como não houve comunicação de diligência, entendese não ser possível avaliar o cumprimento desta deliberação neste momento processual.

261. Por outro lado, ressalta-se que a determinação em questão continua sendo válida e relevante, pois a atualização periódica da base de dados do Iprev/DF é essencial para a consistência dos seus cálculos atuariais, por meio dos quais é avaliada a sustentabilidade do RPPS/DF.

262. Importante também destacar que, conforme tratado na análise do item “VI.a.6”, estão em curso as providências para a realização do recadastramento anual de ativos, inativos e pensionistas, assim como para a contratação de empresa que realizará o censo quinquenal.

263. Diante do exposto, será proposto ao egrégio Plenário alertar a Controladoria-Geral do Distrito Federal para o cumprimento do disposto no item “VII.b” da Decisão nº 3.281/2017, que trata do acompanhamento periódico dos censos previdenciários quinquenais a serem realizados pelo Iprev/DF.

t) Item “VII.c” da Decisão nº 3.281/2017

VII – determinar: [...] c) *à Secretaria de Auditoria que, no prazo de 30 (trinta) dias, manifeste-se quanto à viabilidade e oportunidade da fiscalização sugerida pelo Ministério Público junto a este Tribunal de Contas, constante dos §§ 15 a 17 do Parecer nº 0332/2017 – MF (edoc 7B69501E-e), informando as eventuais diferenças e pontos de convergência entre o escopo da auditoria sugerida e os quesitos avaliados no âmbito dos Processos nºs 26.692/14 e 2.510/16;*

Análise

264. Inicialmente, cumpre destacar que a deliberação em questão é direcionada a esta Secretaria de Controle Externo, que, em decorrência da publicação da Resolução nº 322/2019, passou a se chamar Secretaria de Fiscalização de Áreas Sociais e Segurança Pública – SEASP.

265. Ressalta-se que, considerando a tramitação destes autos, com suas intercorrências já mencionadas nesta instrução, este é o primeiro momento em que esta unidade técnica analisa o cumprimento da Decisão nº 3.281/2017 como um todo, adentrando no mérito de cada item.



266. Quanto à deliberação em questão, convém citar que teve origem no Parecer nº 0332/2017 – MF do MPJTCDF¹⁸⁹. Os §§ 15 a 17 indicados na decisão estão transcritos a seguir:

15. Não obstante, ao ver do Ministério Público, em função do destaque feito, é necessário adentrar na questão específica, aprofundar a apuração na gestão dos recursos financeiros por meio de uma auditoria financeira, de forma a garantir excelência nessa função, que é a principal do órgão.

16. Também deve-se aferir: se a meta de rentabilidade fixada é adequada e factível, e quais investimentos estão inibindo o resultado esperado; se a qualificação e a escolha dos envolvidos é correta; se há o devido incentivo para o exercício das funções; se a escolha dos investimentos é adequada; dentre outros pontos elegíveis pela unidade técnica.

17. Em face do exposto, mais uma vez destacando a excelência do trabalho realizado pela unidade técnica, em harmonia com suas ponderações e conclusões, opina o Ministério Público por que o e. Plenário adote as sugestões alvitadas no Relatório Final de Auditoria (peça 29), transcritas no parágrafo 6 deste parecer, com o seguinte acréscimo:

XIII - determinar à unidade técnica a realização de Auditoria Financeira no IPREV, nos termos sugeridos nos parágrafos 10 a 16 deste parecer.

267. A sugestão supracitada foi motivada por preocupação do Parquet especial, a qual se depreende de parágrafos anteriores do citado parecer, nos seguintes termos:

10. Ao passo que destaca o Ministério Público a excelência e qualidade do trabalho, difícil de ser atingido em tão amplo escopo, **chamou a atenção ponto específico, relativo à ineficácia da gestão e ao controle dos investimentos financeiros realizados pelo IPREV.**

11. Frisou a unidade técnica, ao longo de todo o Relatório, em especial na parte relativa aos Achados 3 e 5, a **baixa rentabilidade da carteira de investimentos, com resultado agregado histórico em níveis bastante inferiores às metas anuais estabelecidas.**

12. Também registrou a **baixa eficácia da gestão e do controle relacionado à área de investimentos da Autarquia**, transparecendo tão somente existir para

¹⁸⁹ E-DOC 7B69501E-e (peça 34).



cumprimento formal da legislação de regência, em especial da Resolução CMN n.º 3922/2010.

[...].

13. A ausência de pró-atividade e o baixo desempenho constatados podem ser indício de falta de qualificação, e/ou ingerência negativa, e/ou outra causa a ser combatida. (Grifou-se)

268. Nesse sentido, conforme detalhado ao longo desta Informação, verifica-se que o contexto do RPPS/DF foi consideravelmente alterado nos últimos 2 (dois) anos, seja por disposições legais, seja por atos de gestão implementados pela autarquia.

269. A Lei Complementar nº 932/2017 unificou as massas de segurados existentes quando de sua publicação, remetendo boa parte das reservas do antigo DFPREV para o recém-criado Fundo Solidário Garantidor – FSG.

270. Com isso, até o início de março de 2019, o RPPS/DF deixou de capitalizar recursos com objetivos de médio e longo prazos, salvo as reservas do FSG, no limite da manutenção de seu valor real, já que as rentabilidades que ultrapassam a inflação medida no exercício têm sido transferidas para pagamentos de benefícios do fundo financeiro¹⁹⁰.

271. A capitalização de longo prazo foi retomada a partir de 1º/03/2019, quando o novo fundo capitalizado passou a poder receber integrantes, o que significa que o montante atualmente acumulado e investido é ainda irrelevante no âmbito do RPPS/DF.

272. Esse contexto, por si só, torna inoportuno o momento atual para a realização de auditoria com foco nas transações financeiras e de investimentos do Instituto. Soma-se a isso o fato de que a autarquia se encontra em melhor situação estrutural e normativa do que a encontrada quando da realização da auditoria aqui tratada.

273. O número de servidores mais do que dobrou; foi estabelecido mandato para a Diretoria Executiva da autarquia¹⁹¹; foi criado um setor específico para a gestão dos imóveis e ações do BrB recebidos pelo Instituto; elaborou-se um Plano de Gestão Imobiliária, inclusive prevendo estratégias de investimento e projeções de rentabilidades; foram publicadas normas disciplinando a definição das taxas de juros atuariais do fundo capitalizado¹⁹², assim como o credenciamento de fundos de

¹⁹⁰ Lei Complementar nº 932/2017, art. 46.

¹⁹¹ Lei Complementar nº 769/2008, art. 93.

¹⁹² Portaria Iprev/DF nº 68/2017.



investimento e instituições financeiras¹⁹³; ocorreu a contratação de sistema de controle de investimentos; entre outras inovações.

274. Além disso, cabe destacar que a autarquia tem superado suas metas de rentabilidade desde 2016, conforme tabela constante de seu site, reproduzida a seguir:

Figura 1 – Rentabilidades do Iprev/DF (DFPREV¹⁹⁴/FSG¹⁹⁵), de 2009 a fevereiro/2019



Diretoria de Investimentos (DIRIN)
Tabela de Rentabilidade da Carteira de Fundos do FSG
Referência: fevereiro/2019

Ano	Meta Anual	Inflação	Meta Anual %	Rentabilidade Nominal	Rentabilidade Real	Meta Atingida?	Selic Média ¹
2009	INPC + 6%	4,11%	10,36%	9,14%	4,83%	Não	10,03%
2010	INPC + 6%	6,47%	12,85%	10,47%	3,76%	Não	9,82%
2011	INPC + 6%	6,08%	12,44%	13,11%	6,63%	Sim	11,67%
2012	INPC + 6%	6,20%	12,57%	19,97%	12,97%	Sim	8,54%
2013	INPC + 6%	5,56%	11,90%	-4,27%	-9,31%	Não	8,19%
2014	INPC + 5,75%	6,23%	12,34%	12,46%	5,87%	Sim	10,86%
2015	INPC + 5,5%	11,28%	17,40%	11,25%	-0,02%	Não	13,38%
2016	INPC + 5,5%	6,58%	12,44%	18,19%	10,89%	Sim	14,08%
2017	INPC + 5,0%	2,07%	7,17%	12,70%	10,42%	Sim	10,08%
2018	IPCA + 3%	3,75%	6,86%	8,15%	4,24%	Sim	6,48%
2019 ²	IPCA + 3,7%	0,75%	1,36%	1,54%	0,78%	Sim	6,40%

(1) Selic Over

(2) Acumulado até fevereiro/2019

Fonte: <http://www.iprev.df.gov.br/rentabilidades-anuais/> (acesso em 30/04/2019).

275. Ademais, entende-se que há convergência entre o escopo da auditoria sugerida e os quesitos avaliados na fiscalização realizada nestes autos, na qual, com o apoio de um software de BI (Business Intelligence) disponibilizado pelo TCE/MT, conforme análises contidas nos DAs “V-1” e “V-2”¹⁹⁶ e no Achado 5 do Relatório Final de Auditoria¹⁹⁷, foram avaliados, entre outros, os seguintes aspectos:

- o enquadramento dos investimentos do RPPS/DF diante das diretrizes definidas pelo Conselho Monetário Nacional;
- as taxas de administração cobradas pelos fundos de investimento nos quais a autarquia investe;
- a consistência das metas de rentabilidade definidas na sua Política de Investimentos, inclusive com sugestão de

¹⁹³ Portaria Iprev/DF nº 38/2017.

¹⁹⁴ Até a publicação da Lei Complementar nº 932/2017.

¹⁹⁵ A partir da publicação da Lei Complementar nº 932/2017.

¹⁹⁶ Documentos associados a estes autos.

¹⁹⁷ E-DOC 7D31ECEE (peça 29), fls. 124/158.



utilização do Asset Liability Management – ALM¹⁹⁸ ou ferramenta semelhante;

➤ *a forma de credenciamento de instituições financeiras para receberem recursos do Instituto;*

➤ *o risco atípico de uma amostra de fundos de investimento que recebiam aplicações do Iprev/DF;*

➤ *a convergência entre os saldos informados no Demonstrativo das Aplicações e Investimentos dos Recursos – DAIR, as informações constantes do balanço patrimonial da autarquia e os respectivos extratos bancários;*

➤ *aspectos estruturais com impacto sobre a área responsável pela gestão dos ativos financeiros do RPPS/DF, como pessoal e sistemas disponíveis.*

276. Assim, diante do panorama atual da previdência distrital e da abrangência da auditoria realizada, a qual contemplou o tema proposto pelo MPjTCDF, e tendo em conta que nos autos não foi noticiada a existência de indícios de impropriedades, entende-se inoportuna a fiscalização sugerida.

277. Diante do exposto, será proposto ao egrégio Plenário considerar cumprido o item “VII.c” da Decisão nº 3.281/2017.

III) BENEFÍCIOS ALCANÇADOS COM A ATUAÇÃO DO TRIBUNAL

278. A análise realizada ao longo desta instrução demonstrou um alto índice de cumprimento pelo Iprev/DF das deliberações exaradas pelo TCDF. Essa constatação torna-se ainda mais relevante, se considerado o amplo escopo e a complexidade do objeto da auditoria realizada nestes autos.

279. Com isso, conclui-se pela relevância do caráter corretivo e pedagógico do trabalho da Corte de Contas no âmbito das políticas públicas relacionadas à previdência dos servidores públicos distritais. Embora ainda haja determinações pendentes de implementação, tendo em conta a extensão e a variedade das falhas encontradas em 2016, há que se reconhecer a evolução da gestão do RPPS/DF.

280. Em suma, as análises empreendidas nesta Informação permitiram concluir que 85,2% das deliberações constantes da Decisão nº 3.281/2017 podem ser consideradas cumpridas; 7,4%

¹⁹⁸ Segundo o item 34 do Guia PREVIC – Melhores Práticas Atuariais para Entidades Fechadas de Previdência Complementar (e-DOC 934D7329-c): “(...) O Asset Liability Management - ALM é um exemplo de modelo que simula a evolução do passivo atuarial e do ativo do plano de benefícios. Existem outras ferramentas que podem ser utilizadas para a quantificação do risco no passivo atuarial, por exemplo: Análise de Duration, Análise de Sensibilidade, Valor em Risco - VaR e Teste de Stress, entre outras”.



foram reputadas parcialmente cumpridas; 3,7%, não cumpridas; e também 3,7%, não avaliadas.

281. A seguir, apresenta-se resumo gráfico do atual estágio de atendimento da Decisão nº 3.281/2017:

Quadro 14 – Cumprimento das deliberações da Decisão nº 3.281/2017

	CUMPRIDOS	PARCIAL MENTE CUMPRID OS	NÃO CUMPRID O	NÃO AVALIAD O	
ITENS DA DECIS ÃO Nº 3.281/2 017	“II.a.1”; “II.a.2.1.1”; “II.a.2.1.2”; “II.a.2.2.3”; “V.a”; “V.b”; “VI.a.1” a “VI.a.6”; “VI.b.1” a “VI.b.7”; “VI.b.9.1”; “VI.b.9.2”; “VII.a”; “VII.c”	“IV”; “VI.b.8”	“II.b”	“VII.b”	TOT AL
QUANTI DADE	23	2	1	1	27
PERCE NTUAL	85,2%	7,4%	3,7%	3,7%	100 %

Gráfico 3 - Atendimento dos itens da Decisão nº 3.281/2017



282. Nesse contexto, cumpre destacar que o significativo percentual de determinações cumpridas representou diversos avanços da situação encontrada em 2019, em comparação com a observada em 2016, por ocasião da realização da auditoria, conforme resumido no quadro seguinte:

Quadro 15: Benefícios alcançados com a atuação do Tribunal



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A7/S1

e-DOC B78FB7AD
Proc 2510/2016-e

Proc.: 2.510/16-e

SITUAÇÃO ENCONTRADA EM 2016	SITUAÇÃO ENCONTRADA EM 2019
O Iprev/DF contava com 32 servidores, sendo apenas 9 (28,13%) com vínculo efetivo.	O número de servidores mais que dobrou, chegando a 84, com um percentual duas vezes maior de efetivos (47, equivalendo a 55,95%).
A diretoria do Iprev/DF ocupava cargos de livre nomeação e exoneração. No período de execução da auditoria, a autarquia teve 3 Diretores-Presidentes diferentes, o que causava descontinuidade na gestão do Instituto.	Com a publicação da LC nº 932/2017, a diretoria do Iprev/DF passou a ter mandato de 3 anos, conferindo à autarquia maior autonomia administrativa e continuidade na gestão.
Insuficiência de recursos orçamentários e financeiros disponibilizados ao IPREV/DF para a consecução das suas atribuições legais.	Com a publicação da Lei Complementar nº 932/2017, ficou instituída taxa de administração para o Iprev/DF, com o objetivo de garantir a organização e o funcionamento da unidade gestora do RPPS/DF.
O Iprev/DF não gerenciava a concessão e manutenção de aposentadorias. Operacionalizava apenas o pagamento das folhas de aposentadoria e pensão por morte dos beneficiários.	O Iprev/DF assumiu a concessão e manutenção de aposentadorias de todos os órgãos e entidades distritais vinculados ao RPPS/DF, à exceção das Secretarias de Estado de Educação e Saúde, da CLDF e do TCDF, para os quais a gestão tem ocorrido indiretamente.
O IPREV/DF não possuía sistema próprio de gestão da base cadastral, além de não utilizar o leiaute sugerido pelo então Ministério do Trabalho e Previdência Social, deixando de considerar campos relevantes de informação previdenciária.	O Iprev/DF passou a utilizar o sistema SIPREV/Gestão, oferecido gratuitamente pela Secretaria de Previdência do Ministério da Economia, como base cadastral única para os servidores ativos, aposentados e pensionistas, com previsão de atualização semestral. Está pendente apenas a inclusão dos dados da CLDF.
O último censo previdenciário havia ocorrido em 2010 e, ainda assim, não foi utilizado como insumo para atualização da base cadastral do RPPS/DF.	Por meio do Decreto nº 39.276/2018, foi instituído o recadastramento anual de ativos, inativos e pensionistas. O de inativos e pensionistas foi iniciado em janeiro de 2019, enquanto o de ativos tem começo previsto para agosto deste ano.
De 2009 a 2015, o Iprev/DF não atingiu sua meta de rentabilidade em 4 dos 7 anos (2009, 2010, 2013 e 2015), sendo que em dois deles (2013 e 2015) foi mensurada perda real dos investimentos.	Desde 2016, o Iprev/DF tem ultrapassado suas metas de rentabilidade.
Não era evidenciada, na Política de Investimentos ou nas avaliações atuariais da autarquia, a utilização de uma metodologia consistente para estimar as taxas de juros para seus estudos atuariais.	Por meio da Portaria nº 68/2017, o Iprev/DF normatizou metodologia para definição de sua taxa de juros atuarial, com base em parâmetros técnicos e objetivos, cuja aplicação foi explicitada na Política de Investimentos 2019 e no Plano de Gestão Imobiliária 2018/2019 do Instituto.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A7/S1

e-DOC B78FB7AD
Proc 2510/2016-e

Proc.: 2.510/16-e

<i>Ausência de metodologia consistente para realização de testes de aderência da taxa de juros utilizada nas avaliações atuariais.</i>	<i>A Portaria nº 68/2017 estabeleceu que seja realizado anualmente estudo de convergência da taxa de juros real anual com a taxa de retorno projetada para as aplicações dos recursos garantidores do fundo capitalizado. A Portaria nº 79/2017 dispôs sobre as orientações e procedimentos a serem adotados na realização dos estudos técnicos que visem a atestar a adequação das hipóteses atuariais. Em 2018, a Unidade de Atuária do Instituto publicou Estudo de Aderência das Hipóteses Biométricas, Demográficas e Econômicas.</i>
<i>O Conselho Fiscal do Iprev/DF não emitia parecer sobre a coerência dos resultados da avaliação atuarial ou de suas premissas.</i>	<i>O Conselho Fiscal do Instituto tem fiscalizado e emitido parecer sobre as hipóteses atuariais utilizadas pela autarquia.</i>
<i>O Iprev/DF não possuía estrutura de gestão de investimentos com sistemas informatizados e ferramentas profissionalizadas.</i>	<i>O Instituto contratou a ferramenta de controle de investimentos OnFinance, a qual, segundo o Iprev/DF, permite o monitoramento contínuo das posições de investimentos, incluindo saldos individualizados e por segmento, rentabilidade, nível de risco, enquadramentos legais e quanto à política de investimentos, entre outras funcionalidades.</i>
<i>Não havia procedimento formal de seleção de instituições para receber as aplicações dos recursos do RPPS/DF.</i>	<i>A Portaria nº 38/2017 normatizou os procedimentos aplicáveis ao credenciamento de fundos de investimento e instituições financeiras para gestão e administração de investimentos da carteira do Instituto. Foram publicados 3 (três) editais de credenciamento em 2017 e 2 (dois) em 2018.</i>
<i>O Demonstrativo de Informações Previdenciárias e Repasses – DIPR do Iprev/DF não refletia os registros contábeis de informações correspondentes, dificultando a identificação de possíveis atrasos no repasse de contribuições patronais e dos servidores por parte dos órgãos/entidades do DF.</i>	<i>A Ordem de Serviço nº 06/2017 disciplinou e formalizou os procedimentos para elaboração do DIPR, estabelecendo rotinas e responsabilidades entre as suas unidades operacionais, a fim de garantir que os valores das receitas de contribuições registrados no demonstrativo correspondam aos que foram efetivamente recebidos pelo RPPS/DF. Com isso, foram identificadas e solucionadas divergências de repasses de contribuições em relação aos valores legalmente devidos.</i>

11.

Concluindo, a Instrução sugere ao Tribunal:



“a) tomar conhecimento da presente Informação (e-DOC 47CE28D9) e dos Ofícios SEI-GDF n.º 191/2017 (Peça 118, eDOC 6B996477), n.º 234/2017 (Peça 121, e-DOC DA41C9C5), n.º 35/2018 (Peça 122, e-DOC 8DCD41B6), n.º 194/2018 (Peça 123, e-DOC F840CF28) e n.º 722/2018 (Peça 133, eDOC 1A0ACF1E);

b) considerar:

i. cumpridos os itens “II.a.1”, “II.a.2.1.1”, “II.a.2.1.2”, “II.a.2.2.3”, “V.a”, “V.b”, “VI.a.1”, “VI.a.2”, “VI.a.3”, “VI.a.4”, “VI.a.5”, “VI.a.6”, “VI.b.1”, “VI.b.2”, “VI.b.3”, “VI.b.4”, “VI.b.5”, “VI.b.6”, “VI.b.7”, “VI.b.9.1”, “VI.b.9.2”, “VII.a” e “VII.c” da Decisão nº 3.281/2017;

ii. parcialmente cumpridos os itens “IV” e “VI.b.8” da Decisão nº 3.281/2017;

iii. não cumprido o item “II.b” da Decisão nº 3.281/2017;

c) reiterar, em consequência, fixando novo prazo de 90 (noventa) dias para que seja apresentada ao Tribunal a documentação probatória das providências efetivamente adotadas: i. ao Exmo. Sr. Governador do Distrito Federal e ao Iprev/DF a determinação contida no item “II.b” da Decisão nº 3.281/2017; ii. ao Iprev/DF o item “VI.b.8” da Decisão nº 3.281/2017, quanto à necessidade de divulgação das datas e locais das próximas reuniões do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e do Comitê de Investimentos e Análise de Riscos da autarquia, em conformidade com a Portaria MPS nº 519/2011, art. 3º, inciso VIII, alínea “g”;

d) determinar ao Iprev/DF que:

i. doravante, inclua nas avaliações atuariais relativas ao RPPS/DF a memória de cálculo e o embasamento técnico para os valores projetados de receitas a serem destinadas pelo Fundo Solidário Garantidor ao Fundo Financeiro de Previdência Social, além de incluir, nos futuros testes de aderência de premissas atuariais, a verificação dos critérios adotados;

ii. diante das pendências apontadas em seu Plano de Gestão Imobiliária (e-DOC 81BA3534) quanto a imóveis destinados ao RPPS/DF por força da Lei Complementar nº 917/2016 e da Lei nº 5.729/2016, em especial aos listados no 6º e no 7º blocos de imóveis desse plano, adote as providências necessárias à solução imediata das restrições existentes, de modo a permitir exploração econômica compatível com os objetivos do Fundo Solidário Garantidor, definidas na Lei Complementar nº 769/2008, art. 73-A, dando conhecimento ao Tribunal, no prazo de 90 (noventa) dias, das medidas implementadas;

e) alertar a Controladoria-Geral do Distrito Federal para o



cumprimento do disposto no item “VII.b” da Decisão nº 3.281/2017, que trata do acompanhamento periódico dos censos previdenciários quinquenais a serem realizados pelo Iprev/DF;

f) alertar o Iprev/DF:

i. de que o repasse para o Fundo Solidário Garantidor de recursos provenientes de concessões de serviços e de obras públicas regidas pela Lei nº 8.987/1995 não encontra respaldo no texto da Lei Complementar nº 769/2008, art. 73-A, inciso III, alínea f, com redação dada pela Lei Complementar nº 932/2017;

ii. da necessidade de divulgar tempestivamente as informações contidas nos formulários APR – Autorização de Aplicação e Resgate, além da composição de sua carteira de investimentos, em conformidade com a Portaria MPS nº 519/2011, art. 3º, inciso VIII, alíneas “b” e “c”;

g) autorizar:

i. o envio de cópia desta Decisão ao Iprev/DF; ao Exmo. Sr. Governador do Distrito Federal; à Câmara Legislativa do Distrito Federal; à Controladoria-Geral do Distrito Federal; e à Secretaria de Fazenda, Planejamento, Orçamento e Gestão do Distrito Federal;

ii. o retorno dos autos à Secretaria de Fiscalização de Áreas Sociais e Segurança Pública para as providências pertinentes.”

MANIFESTAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

12. O Ministério Público de Contas, por meio do Parecer nº 512/2019 – G1P (e-doc 52824303-e), de 20.8.2019, da lavra da Procurador DEMÓSTENES TRES ALBUQUERQUE, aquiesce parcialmente à proposta da Unidade Instrutória. Do mencionado Parecer, destaco o seguinte trecho:

“Conclusões

52. O Ministério Público aquiesce às conclusões do Corpo Técnico, com adendos sobre:

*a. Considerar cumprido parcialmente o **item II.a.2.1.1 da Decisão nº 3.281/2017**, reiterando a deliberação:*

*i. **Deliberação cumprida parcialmente**: ao Exmo. Sr. Governador do Distrito Federal e ao Instituto de*



Previdência dos Servidores do Distrito Federal – IPREV/DF que que: a) no prazo de 90 (noventa) dias: [...]2) elaborem e remetam, ao Tribunal, Plano de Ação, contendo cronograma completo de ações, bem como o mapeamento da sequência de procedimentos que serão executados, constando o prazo e a unidade/setor responsável pela execução, com objetivo de: .1) darem cumprimento ao inciso II, alíneas “a” e “b”, da Decisão nº 6.057/15, reiterado pelo inciso III, alíneas “a” e “b”, da Decisão nº 4.116/16, bem como em observância ao inciso IV da Decisão nº 2.869/17, adotando as necessárias providências para (Achado 1): 2.1.1) constituírem quadro efetivo de servidores, em cumprimento à disposição contida no art. 109, § 3º, da Lei Complementar nº 769/08, tão logo superadas as vedações impostas pela Lei de Responsabilidade Fiscal quanto ao limite de gastos com pessoal;

*ii. Motivo: retirada de tramitação e arquivamento a pedido do Poder Executivo do Projeto de Lei 2189/2018¹⁶, que tratou da criação da Carreira de Atividades Previdenciárias do Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal - Iprev/DF, **em 13/03/2019**, conforme a Mensagem nº 32/2019-GAG (Gabinete do Governador); i*

ii. Sugestão do MPC: reiterar que sejam adotadas providências efetivas para a constituírem quadro efetivo de servidores, em cumprimento à disposição contida no art. 109, § 3º, da Lei Complementar nº 769/08, em face do arquivamento do PL Lei 2189/2018 a pedido do Poder Executivo pela CLDF;

*b. Considerar não cumprido o item IV da **Decisão nº 3.281/2017** pelos destinatários, convertendo a recomendação em determinação dirigida ao Chefe do Poder Executivo e ao Instituto de Previdência dos Servidores do DF:*

i. Deliberação não cumprida: IV – recomendar ao Exmo. Sr. Governador e aos titulares dos órgãos do Poder Legislativo do Distrito Federal que, ao encaminharem propostas de alterações legislativas com efeitos sobre o equilíbrio financeiro e atuarial do RPPS/DF, façam constar documentos de avaliação dos impactos previdenciários, atuariais e financeiros potenciais, a fim de subsidiar decisões consistentes com a realidade previdenciária do Distrito Federal, em observância ao necessário equilíbrio fiscal das contas públicas (Achado

¹⁶ Dispõe sobre a criação da Carreira de Atividades Previdenciárias do Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal - Iprev/DF e dá outras providências.



3);

ii. Motivo: cerca de um mês e meio após a deliberação do Tribunal de Contas, o Poder Executivo encaminhou o Projeto de Lei Complementar nº 122/2017, que culminou na Lei Complementar nº 932/2017, sem estar acompanhado de estudos de impactos previdenciários, atuariais e financeiros, descumprindo a recomendação do TCDF, em descompasso com princípio constitucional do equilíbrio financeiro e atuarial do RPPS, bem como com o inciso I do art. 1º da Lei 9.717/98 e com o art. 17 da Lei Complementar nº 101/2000;

iii. Sugestão do MPC: converter a proposta em determinação:

1. ao Chefe do Poder Executivo “que, ao encaminhar propostas de alterações legislativas com efeitos sobre o equilíbrio financeiro e atuarial do RPPS/DF, faça constar documentos de avaliação dos impactos previdenciários, atuariais e financeiros potenciais, a fim de subsidiar decisões consistentes com a realidade previdenciária do Distrito Federal, com fulcro no princípio constitucional do equilíbrio financeiro e atuarial, caput do art. 40 da CF 88, bem como no inciso I do art. 1º da Lei 9.717/98 e no art. 17 da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal);

2. ao Instituto de Previdência dos Servidores do DF que, ao tomar conhecimento de alterações de custeio ou benefícios do RPPS, elabore e encaminhe ao Poder Executivo os estudos de impactos previdenciários, atuariais e financeiros, tendo como referência o disciplinado pela Portaria MF nº 464/2018.

c. Considerar a deliberação contida no item “**VI.b.8**” da Decisão nº 3.281/2017, **parcialmente cumprida**, cabendo reiterar a deliberação:

i. Deliberação cumprida parcialmente: “VI– determinar ao Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal – IPREV/DF que: [...] **b**) no prazo de 90 (noventa) dias: [...] **8**) dê cumprimento ao inciso III, alíneas “c”, “e”, “f” e “g”, da Decisão nº 6.057/15, mantendo atualizadas as informações a que se referem e adote as providências necessárias para (Achado 5): **8.1**) proceder à divulgação das informações sobre investimentos, previstas na Portaria MPS nº 519/11,



com as alterações introduzidas pela Portaria MPS nº 440/13; **8.2)** dar cumprimento aos preceitos de transparência estatuídos pelos arts. 4º e 85 da Lei Complementar nº 769/08; **8.3)** disponibilizar extrato anual contendo as informações do registro individualizado de cada segurado e pensionista, nos termos do art. 78 da Lei Complementar nº 769/08; **8.4)** dar publicidade às taxas de administração descontadas pelos gestores dos fundos de investimentos dos quais o IPREV/DF detenha cotas e quaisquer outros custos incorridos para a obtenção desses rendimentos”.

ii. Motivo: ausência de atualização dos dados e divulgação das informações aos segurados;

iii. Sugestão do MPC: reiterar a determinação nos mesmos termos;

d. Considerar a conversão do alerta do item “III” da Decisão nº 3.281/2017 em recomendação:

i. Deliberação: III – alertar o Exmo. Sr. Governador do Distrito Federal e a Câmara Legislativa do Distrito Federal de que, diante das projeções de déficits anuais crescentes para a previdência pública do Distrito Federal até o exercício de 2035, faz-se necessária a adoção de medidas para evitar um contexto fiscal desfavorável nas próximas décadas (Achado 3)”.

ii. Motivo: ausência de manifestação dos órgãos destinatários;

iii. Sugestão do MPC: converter o alerta em recomendação, com fulcro no princípio da preservação do equilíbrio financeiro e atuarial, caput art. 40 CF/88.

53. Ante o exposto, o **Parquet converge às conclusões** emanadas da percuente Unidade Técnica, com adendos e, nesse sentido, **opina** ao c. **TCDF** que:

“a) tomar conhecimento da presente Informação (e-DOC47CE28D9) e dos Ofícios SEI-GDF nº 191/2017 (Peça 118, e-DOC 6B996477), nº 234/2017 (Peça 121, e-DOC DA41C9C5), nº 35/2018 (Peça 122, e-DOC 8DCD41B6), nº 194/2018 (Peça 123, eDOC F840CF28) e nº 722/2018 (Peça 133, e-DOC 1A0ACF1E);

b) considerar:

i. cumpridos os itens “II.a.1”, “”, “II.a.2.1.2”, “II.a.2.2.3”, “V.a”, “V.b”, “VI.a.1”, “VI.a.2”, “VI.a.3”, “VI.a.4”, “VI.a.5”, “VI.a.6”, “VI.b.1”, “VI.b.2”, “VI.b.3”, “VI.b.4”, “VI.b.5”, “VI.b.6”, “VI.b.7”, “VI.b.9.1”, “VI.b.9.2”, “VII.a” e “VII.c” da



Decisão nº 3.281/2017;

ii. parcialmente cumpridos os itens “II.a.2.1.1” e “VI.b.8” da Decisão nº 3.281/2017;

iii. não cumprido os itens “II.b” e IV” da Decisão nº 3.281/2017;

c) reiterar, em consequência, fixando novo prazo de 90 (noventa) dias para que seja apresentada ao Tribunal a documentação probatória das providências efetivamente adotadas:

i. ao Exmo. Sr. Governador do Distrito Federal e ao Iprev/DF a determinação contida no item “II.a, 2.1.1”, “II.b”, da Decisão nº 3.281/2017;

ii. ao Iprev/DF os itens “VI.b.8.1, VI.b.8.2, VI.b.8.3 e VI.b.4” da Decisão nº 3.281/2017;

d) determinar ao Iprev/DF que:

i. doravante, inclua nas avaliações atuariais relativas ao RPPS/DF a memória de cálculo e o embasamento técnico para os valores projetados de receitas a serem destinadas pelo Fundo Solidário Garantidor ao Fundo Financeiro de Previdência Social, além de incluir, nos futuros testes de aderência de premissas atuariais, a verificação dos critérios adotados;

ii. diante das pendências apontadas em seu Plano de Gestão Imobiliária (eDOC 81BA3534) quanto a imóveis destinados ao RPPS/DF por força da Lei Complementar nº 917/2016 e da Lei nº 5.729/2016, em especial aos listados no 6º e no 7º blocos de imóveis desse plano, adote as providências necessárias à solução imediata das restrições existentes, de modo a permitir exploração econômica compatível com os objetivos do Fundo Solidário Garantidor, definidas na Lei Complementar nº 769/2008, art. 73-A, dando conhecimento ao Tribunal, no prazo de 90 (noventa) dias, das medidas implementadas;

iii. que, ao tomar conhecimento de alterações de custeio ou benefícios do RPPS, elabore e encaminhe ao Poder Executivo os estudos de impactos previdenciários, atuariais e financeiros, tendo como referência o disciplinado pela Portaria MF nº 464/2018;

e) alertar a Controladoria-Geral do Distrito Federal para o cumprimento do disposto no item “VII.b” da Decisão nº 3.281/2017, que trata do acompanhamento periódico dos



censos previdenciários quinquenais a serem realizados pelo Iprev/DF;

f) alertar o Iprev/DF:

i. de que o repasse para o Fundo Solidário Garantidor de recursos provenientes de concessões de serviços e de obras públicas regidas pela Lei nº 8.987/1995 não encontra respaldo no texto da Lei Complementar nº 769/2008, art. 73-A, inciso III, alínea f, com redação dada pela Lei Complementar nº 932/2017;

g) determinar ao Chefe do Poder Executivo que, ao encaminhar propostas de alterações legislativas com efeitos sobre o equilíbrio financeiro e atuarial do RPPS/DF, faça constar documentos de avaliação dos impactos previdenciários, atuariais e financeiros, com fulcro no art. 17 da LC 101/2000, no inciso I do art. 1º da Lei 9.717/98, bem como no princípio constitucional do equilíbrio financeiro e atuarial do RPPS, caput do art. 40 da CF/88;

g) autorizar:

i. o envio de cópia desta Decisão ao Iprev/DF; ao Exmo. Sr. Governador do Distrito Federal; à Câmara Legislativa do Distrito Federal; à Controladoria-Geral do Distrito Federal; e à Secretaria de Fazenda, Planejamento, Orçamento e Gestão do Distrito Federal;

ii. o retorno dos autos à Secretaria de Fiscalização de Áreas Sociais e Segurança Pública para as providências pertinentes.”

É o Relatório.



VOTO

13. Nesta fase, analisam-se as providências adotadas pelas jurisdicionadas em atenção à Decisão nº 3.281/17-CPM, com as alterações promovidas pela Decisão nº 4.603/18-CIMF¹, para a solução dos achados da **auditoria integrada** realizada no âmbito do Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal – IPREV/DF, com o objetivo de **avaliar a gestão financeira e atuarial do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS do Distrito Federal**.

14. O posicionamento dos Pareceres está resumindo no quadro a seguir:

Itens da Decisão nº 3.281/17-CPM (com as modificações introduzidas pela Decisão nº 4.603/18-CIMF)	Corpo Técnico	Ministério Público
II – determinar ao Exmo. Sr. Governador do Distrito Federal e ao Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal – IPREV/DF que:		
a) no prazo de 90 (noventa) dias:		
1) disciplinem a forma de o Iprev/DF gerenciar as atividades de concessão e manutenção das aposentadorias e pensões, observado o disposto na Decisão n.º 06/10-AD, cujas diretrizes permanecem em vigor no que se refere à forma de atuação do Iprev na gestão de cada um dos Fundos Previdenciários (Financeiro e Capitalizado), bem como a possibilidade de gestão indireta prevista no art. 10, § 2º, da Portaria MPS n.º 402/2008; (redação dada pela Decisão nº 4.603/18-CIMF)	ATENDIDO	
2) elaborem e remetam, ao Tribunal, Plano de Ação, contendo cronograma completo de ações, bem como o mapeamento da sequência de procedimentos que serão executados, constando o prazo e a unidade/setor responsável pela execução, com objetivo de:		
2.1) darem cumprimento ao inciso II, alíneas “a” e “b”, da Decisão nº 6.057/15, reiterado pelo inciso III, alíneas “a” e “b”, da Decisão nº 4.116/16, bem como em observância ao inciso IV da Decisão nº 2.869/17, adotando as necessárias providências para (Achado 1):		
2.1.1) constituírem quadro efetivo de servidores, em cumprimento à disposição contida no art. 109, § 3º, da Lei Complementar nº 769/08, tão logo superadas as vedações impostas pela Lei de Responsabilidade Fiscal quanto ao limite de gastos com pessoal;	ATENDIDO	PARCIALMENTE ATENDIDO Com reiteração
2.1.2) dotarem a autarquia de recursos orçamentários e financeiros suficientes para o pleno desempenho das suas atribuições legais, podendo a instituição de taxa de administração, nos termos da Lei nº 9.717/98, representar alternativa para alcance da autonomia do Instituto;	ATENDIDO	
2.2) ultimarem as providências que se fizerem necessárias para que o IPREV/DF (Achado 1): (...) 2.2.3) desempenhe as suas atribuições institucionais em consonância com o disposto nos arts. 4º, § 1º, e 17 da Lei Complementar nº 769/08, revisando essa norma se inaplicáveis as suas disposições;	ATENDIDO	
II – determinar ao Exmo. Sr. Governador do Distrito Federal e ao Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal – IPREV/DF que: (...)		
b) ao realizarem o acerto de contas para a quitação ao Iprev-DF dos valores revertidos do antigo Fundo Capitalizado, cujos saques foram autorizados pelas Leis Complementares nºs		
NÃO CUMPRIDO		

¹ A Decisão nº 4.603/18-CIMF reformou a Decisão nº 3.281/17-CPM para **alterar** a redação dos subitens **II.a.1, II.b e VI.b.9.1** e **excluir** os subitens **II.a.2.2.1, II.a.2.2.2 e IX** da deliberação.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A7/S1

e-DOC B78FB7AD
Proc 2510/2016-e

Proc.: 2.510/16-e

899/2016 e 920/2017, incluam na recomposição devida ao atual Fundo Solidário Garantidor do Distrito Federal a correção monetária e a diferença de rendimento que a Autarquia obterá se os recursos fossem aplicados de acordo com a Política de Investimentos do RPPS/DF; (redação dada pela Decisão nº 4.603/18-CIMF)		
III – alertar o Exmo. Sr. Governador do Distrito Federal e a Câmara Legislativa do Distrito Federal de que, diante das projeções de déficits anuais crescentes para a previdência pública do Distrito Federal até o exercício de 2035, faz-se necessária a adoção de medidas para evitar um contexto fiscal desfavorável nas próximas décadas (Achado 3);	AVALIAÇÃO NA PRÓXIMA ETAPA PROCESSUAL	CONVERSÃO EM RECOMENDAÇÃO
IV – recomendar ao Exmo. Sr. Governador e aos titulares dos órgãos do Poder Legislativo do Distrito Federal que, ao encaminharem propostas de alterações legislativas com efeitos sobre o equilíbrio financeiro e atuarial do RPPS/DF, façam constar documentos de avaliação dos impactos previdenciários, atuariais e financeiros potenciais, a fim de subsidiar decisões consistentes com a realidade previdenciária do Distrito Federal, em observância ao necessário equilíbrio fiscal das contas públicas (Achado 3);	PARCIALMENTE ATENDIDO	NÃO CUMPRIDO <u>Conversão em determinação</u>
V – recomendar ao Exmo. Sr. Governador do Distrito Federal que:		
a) avalie a pertinência de estabelecer mandatos fixos para os cargos de direção do IPREV/DF, com vistas a evitar descontinuidade na gestão do RPPS/DF (Achado 1);	ATENDIDO	
b) adote medidas, objetivando priorizar a tramitação do Projeto de Lei Complementar nº 19/2015, que trata da instituição da previdência complementar dos servidores públicos distritais, como forma de minimizar os impactos fiscais da previdência do Distrito Federal no tesouro local no médio e longo prazos (Achado 3);	ATENDIDO	
VI – determinar ao Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal – IPREV/DF que:		
a) doravante:		
1) por ocasião das próximas avaliações atuariais, nos termos do art. 1º, inciso I, da Lei nº 9.717/98, adote metodologia consistente com as técnicas atuariais, com o intervalo temporal projetado e com o volume de recursos geridos pela autarquia para estimar a taxa de juros a ser utilizada em suas avaliações atuariais, em consonância com o Guia de Melhores Práticas Atuariais da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – Previc e com os princípios atuariais dos Parâmetros Realistas e da Prudência recomendados pela Resolução IBA nº 02/2014 do Instituto Brasileiro de Atuária (Achado 3);	ATENDIDO <u>Com nova determinação</u>	
1.1) considerando a expectativa de juros de longo prazo; e		
1.2) avaliando a pertinência de se utilizar taxas de juros variáveis ao longo do período projetado, conforme a expectativa de rentabilidade aferida para cada momento do fluxo atuarial;		
2) realize testes de aderência e convergência periódicos da premissa de juros adotada nas avaliações atuariais, calibrando os modelos para geração dos cenários com base na série histórica de cada ativo (índice) e eventuais correlações, e levando-se em conta (Achado 3):	ATENDIDO <u>Com nova determinação</u>	
2.1) o potencial de rentabilidade futura da carteira atual de investimentos do Fundo Capitalizado (DFPREV – e dos recursos que nele ingressarão no período projetado;		
2.2) o fluxo de ingressos e dispêndios esperado para o intervalo de tempo considerado;		
3) promova regularmente a conciliação descrita no inciso VI, alínea “b”, item 3, quanto ao Fundo Previdenciário (IPREV – Fundo Capitalizado de Previdência do Distrito Federal,	ATENDIDO	



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A7/S1

e-DOC B78FB7AD
Proc 2510/2016-e

Proc.: 2.510/16-e

Unidade Gestora: 320204, Gestão: 32203), aplicando tais medidas ao Fundo Financeiro (Instituto de Prev) dos Servidores do Distrito Federal – IPREV/DF, Unidade Gestora: 320203, Gestão: 32203), no que couber (Achado 4);	
4) apure, periodicamente, as taxas praticadas pelos fundos de investimento nos quais aplica e avalie a pertinência de manter seus investimentos naqueles que possuem elevadas taxas de administração (Achado 5);	ATENDIDO
5) mantenha arquivadas as versões da base cadastral única a que se refere o inciso I, alínea “a” que subsidiarem cada avaliação atuarial realizada, em conformidade com o disposto no art. 15 da Portaria MPS nº 403/08 (Achado 2);	ATENDIDO
6) realize, mediante censo quinquenal, a atualização periódica da base cadastral dos servidores aposentados e dos pensionistas do Distrito Federal, em atenção ao art. 9º, inciso II, da Lei Federal nº 10.887/04 (Achado 2);	ATENDIDO
VI – determinar ao Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal – IPREV/DF que: b) no prazo de 90 (noventa) dias:	
1) normatize a metodologia adotada em conformidade com o inciso VI, alínea “a”, item 1 supra (Achado 3);	ATENDIDO
2) discipline e formalize os procedimentos para elaboração do Demonstrativo de Informações Previdenciárias e Repasses – DIPR, estabelecendo rotinas e responsabilidades entre as suas unidades operacionais, especialmente para computar os valores das receitas de contribuições repassadas, ante a regra estabelecida na Declaração de Veracidade, que acompanha o citado demonstrativo (Achado 4);	ATENDIDO
3) promova e remeta a esta Corte de Contas, no prazo de 60 (sessenta) dias, em relação ao Fundo Previdenciário (capitalizado), exercícios de 2015 e 2016, a conciliação entre os valores contabilizados de Receitas de Contribuições dos Servidores Ativos Civis, Inativos e Pensionistas e Patronal (SIGGO), com os Resumos das Folhas de Pagamento do GDF, TCDF e CLDF, relativos ao Fundo Previdenciário (IPREV – Fundo Capitalizado de Previdência do Distrito Federal, Unidade Gestora: 320204, Gestão: 32203), indicando os valores devidos ao IPREV/DF (parte patronal e servidores ativos, inativos e pensionistas), apontando quais e quando tais valores foram recebidos pela autarquia, segregando as receitas de contribuições dos eventuais encargos moratórios, e indicando, em caso de atraso de repasse, os órgãos envolvidos e as providências a serem adotadas (Achado 4);	ATENDIDO
4) normatize, implemente e divulgue, em observância à Portaria MPS nº 519/11, art. 3º, inciso VIII, alínea “d”, procedimento formal e periódico de seleção e credenciamento de instituições financeiras junto ao IPREV/DF, com objetivo de receber as aplicações dos recursos financeiros do RPPS/DF, estipulando requisitos compatíveis com a finalidade do Regime Próprio e garantindo que todo o procedimento seja supervisionado pelo Conselho Fiscal e pelo Comitê de Investimentos da autarquia (Achado 5);	ATENDIDO
5) elabore planejamento para a gestão das ações do Banco de Brasília S.A e dos imóveis que serão recebidos em virtude das Leis Complementares nºs 917/16 e 920/16 e da Lei nº 5.729/16, incluindo as estratégias de investimento, o setor responsável pela gestão e as metas de rentabilidade a ser auferida pelos respectivos ativos, para o mesmo horizonte temporal utilizado nas avaliações atuariais da autarquia (Achado 5);	ATENDIDO Com nova determinação e alerta ao IPREV/DF
6) ajuste a taxa de juros prevista em sua Política de Investimentos, considerando as ações do Banco de Brasília S.A e os imóveis citados no inciso VI, alínea “b”, item 5 supra,	ATENDIDO



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A7/S1

e-DOC B78FB7AD
Proc 2510/2016-e

Proc.: 2.510/16-e

de modo a ponderá-la por tipo de ativos e respectivos retornos esperados, adequando-a à nova realidade da carteira de investimentos do DFPREV (Achado 5);	
7) implemente, por meio de sua Diretoria de Investimentos, em conformidade com o art. 22 da Portaria nº 37/2016, rotina de gerenciamento de riscos e de monitoramento da carteira de investimentos da autarquia, utilizando sistema informatizado compatível com o volume de recursos geridos, que permita a elaboração (Achado 5):	ATENDIDO
7.1) de relatórios mensais contendo análises sobre a aderência de seu desempenho com as metas de rentabilidade estabelecidas;	
7.2) de recomendações sobre a alocação dos recursos do IPREV/DF, com vistas a preservar o equilíbrio financeiro e atuarial do RPPS/DF;	
8) dê cumprimento ao inciso III, alíneas “c”, “e”, “f” e “g”, da Decisão nº 6.057/15, mantendo atualizadas as informações a que se referem e adote as providências necessárias para (Achado 5):	PARCIALMENTE ATENDIDO <u>Com alerta e reiteração</u>
8.1) proceder à divulgação das informações sobre investimentos, previstas na Portaria MPS nº 519/11, com as alterações introduzidas pela Portaria MPS nº 440/13;	
8.2) dar cumprimento aos preceitos de transparência estatuidos pelos arts. 4º e 85 da Lei Complementar nº 769/08;	
8.3) disponibilizar extrato anual contendo as informações do registro individualizado de cada segurado e pensionista, nos termos do art. 78 da Lei Complementar nº 769/08;	
8.4) dar publicidade às taxas de administração descontadas pelos gestores dos fundos de investimentos dos quais o IPREV/DF detenha cotas e quaisquer outros custos incorridos para a obtenção desses rendimentos;	
9) elabore e remeta ao Tribunal Plano de Ação, contendo cronograma completo de ações, bem como mapeamento da sequência de procedimentos que serão executados, constando o prazo e a unidade/setor responsável pela execução, com objetivo de:	ATENDIDO
9.1) adotar providências para consolidar e manter sob sua gestão base cadastral dos servidores ativos, aposentados e pensionistas do Distrito Federal, de modo a garantir a consistência, confiabilidade e atualização das informações que subsidiarão as avaliações atuariais; (redação dada pela Decisão nº 4.603/18-CIMF)	
9.2) adequar os campos da base cadastral utilizada na avaliação atuarial, a fim de proporcioná-la maior precisão e transparência, conforme layout sugerido pelo então Ministério do Trabalho e da Previdência Social (Achado 2);	
VII – determinar:	
a) ao Conselho Fiscal do Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal que, doravante, em conformidade com o art. 91, inciso III da Lei Complementar nº 769/08, emita anualmente parecer sobre a coerência dos resultados da avaliação atuarial, inclusive em relação à hipótese atuarial da taxa de juros, avaliando sua aderência à realidade do RPPS/DF, considerando a expectativa de juros de longo prazo; a série histórica de cada ativo (índice) e eventuais correlações; o potencial de rentabilidade futura da carteira atual de investimentos do Fundo Capitalizado e dos recursos que nele ingressarão no período projetado; e o fluxo de ingressos e dispêndios esperado para o intervalo de tempo considerado (Achado 3);	ATENDIDO
b) à Controladoria-Geral do Distrito Federal que, doravante, adote rotina de acompanhamento periódico dos censos	NÃO FOI POSSÍVEL AVALIAR



previdenciários quinquenais a serem realizados pelo IPREV/DF, uma vez que a sua inexecução poderá impactar no juízo de regularidade das contas anuais dos dirigentes da autarquia (Achado 2);	<u>Emissão de alerta</u>
c) à Secretaria de Auditoria que, no prazo de 30 (trinta) dias, manifeste-se quanto à viabilidade e oportunidade da fiscalização sugerida pelo Ministério Público junto a este Tribunal de Contas, constante dos §§ 15 a 17 do Parecer nº 0332/2017 – MF (e-doc 7B69501E-e), informando as eventuais diferenças e pontos de convergência entre o escopo da auditoria sugerida e os quesitos avaliados no âmbito dos Processos nºs 26.692/14 e 2.510/16;	ATENDIDO

15. Em síntese, os encaminhamentos podem ser agrupados em 3 (três) vertentes:

a) **convergência pelo cumprimento das diligências** (incisos II.a.1, II.a.2.1.2, II.a.2.2.3, V.a, V.b, VI.a.3, VI.a.4, VI.a.5, VI.a.6, VI.b.1, VI.b.2, VI.b.3, VI.b.4, VI.b.5, VI.b.6, VI.b.7, VI.b.9.1, VI.b.9.2, VII.a e VII.c da deliberação);

b) **divergência no tocante ao atendimento ou nas medidas sugeridas** (incisos II.a.2.1.1, III e IV da deliberação);

c) **reiteração total ou parcial, novas determinações e recomendações ou a emissão de alerta** (incisos II.b, VI.a.1, VI.a.2, VI.b.5, VI.b.8 e VII.b da deliberação).

16. Por **economia processual**, adota-se como razões de decidir as ponderações lançadas pelo Corpo Técnico e pelo Ministério Público de Contas no que concerne às determinações consideradas atendidas.

17. Assim, o exame tecido cingir-se-á às diligências que são objeto de divergência entre os Órgãos Instrutórios ou, ainda, de proposta de reiteração, novas determinações, recomendações ou alertas.

18. Inicia-se pelas diligências constantes dos incisos **II.b, VI.a.1, VI.a.2, VI.b.5, VI.b.8 e VII.b** do **decisum**.

19. No tocante ao inciso **II.b**², o IPREV/DF alegou a perda de

² **II.b** – determinar ao Exmo. Sr. Governador do Distrito Federal e ao Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal – IPREV/DF que: (...) ao realizarem o acerto de contas para a quitação ao Iprev-DF dos valores revertidos do antigo Fundo Capitalizado, cujos saques foram autorizados pelas Leis Complementares nºs 899/2016 e 920/2017, incluam na recomposição devida ao atual Fundo Solidário Garantidor do Distrito Federal a correção monetária e a diferença de rendimento que a Autarquia obterá se os recursos fossem aplicados de acordo com a Política de Investimentos do RPPS/DF (redação dada pela Decisão nº 4.603/18-CIMF).



objeto em face da unificação do antigo Fundo Capitalizado DFPREV ao Fundo Financeiro, promovida pela Lei Complementar nº 932/17.

20. Não deve prosperar a alegação do Instituto. A determinação permanece **hígida** e deve ser **reiterada**, como sugerem os Pareceres, sendo necessária a recomposição dos valores indicados na deliberação ao Fundo Solidário Garantidor – FSG. Acrescenta-se que o tema foi objeto de Pedido de Reexame interposto pela Procuradoria-Geral do Distrito Federal, ao qual esta Corte, acolhendo Voto do i. Conselheiro INÁCIO MAGALHÃES FILHO, **negou** provimento por meio da Decisão nº 4.603/18-CIMF.

21. No que diz respeito aos incisos **VI.a.1³** e **VI.a.2⁴**, a Unidade Instrutória registra que foram identificados avanços significativos na gestão atuarial do IPREV/DF, entre os quais ressalta a normatização, por meio da Portaria nº 68/2017, de **(1)** metodologia para a definição da taxa de juros atuarial e **(2)** a realização de testes de aderência periódicos.

22. Contudo, em exame à Avaliação Atuarial de 2018, foram apuradas possíveis incongruências nos valores projetados para receitas advindas do Fundo Solidário Garantidor decorrentes do recebimento da parte principal corrigida da dívida ativa e de dividendos, participações nos lucros e juros sobre capital próprio – JSCP destinados ao Distrito Federal.

23. Para a receita oriunda da dívida ativa, estimou-se o ingresso de R\$ 400 milhões, superior à média histórica dos últimos 3 anos, de R\$ 348,9 milhões. Com relação aos dividendos, participações nos lucros e JSCP, consta a cifra de R\$ 150 milhões, **139%** superior ao apurado entre outubro de 2017 e outubro de 2018 – R\$ 62,7 milhões. Também não foi apresentada a memória de cálculo dos montantes com o fim de demonstrar as premissas adotadas.

³ **VI – determinar** ao Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal – IPREV/DF que: **a)** doravante: 1) por ocasião das próximas avaliações atuariais, nos termos do art. 1º, inciso I, da Lei nº 9.717/98, adote metodologia consistente com as técnicas atuariais, com o intervalo temporal projetado e com o volume de recursos geridos pela autarquia para estimar a taxa de juros a ser utilizada em suas avaliações atuariais, em consonância com o Guia de Melhores Práticas Atuariais da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – Previc e com os princípios atuariais dos Parâmetros Realistas e da Prudência recomendados pela Resolução IBA nº 02/2014 do Instituto Brasileiro de Atuária (Achado 3): 1.1) considerando a expectativa de juros de longo prazo; e 1.2) avaliando a pertinência de se utilizar taxas de juros variáveis ao longo do período projetado, conforme a expectativa de rentabilidade aferida para cada momento do fluxo atuarial;

⁴ **VI – determinar** ao Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal – IPREV/DF que: **a)** doravante: 2) realize testes de aderência e convergência periódicos da premissa de juros adotada nas avaliações atuariais, calibrando os modelos para geração dos cenários com base na série histórica de cada ativo (índice) e eventuais correlações, e levando-se em conta (Achado 3): 2.1) o potencial de rentabilidade futura da carteira atual de investimentos do Fundo Capitalizado (DFPREV – e dos recursos que nele ingressarão no período projetado; 2.2) o fluxo de ingressos e dispêndios esperado para o intervalo de tempo considerado;



24. Como agravante, aponta-se que a dissonância na estimativa destes valores impacta **diretamente** a avaliação atuarial. Em outras palavras, a **majoração** das receitas supracitadas implica **redução** do déficit atuarial. Como exemplo, a Unidade Instrutória assevera que a adequação dos valores recebidos a título de dividendos e JSCP ao último montante distribuído, R\$ 62,7 milhões, majoraria em cerca de **R\$ 7 bilhões** o déficit atuarial projetado.

25. Por todo o exposto, acolhe-se a determinação⁵ sugerida pelos Órgãos Instrutórios para a correção da impropriedade verificada.

26. No que concerne o inciso **VI.b.5⁶**, observa-se que o Instituto adotou medidas para o cumprimento da determinação, com destaque para a criação, em sua estrutura, da Unidade de Gestão dos Ativos Não Financeiros e a elaboração do **Plano de Gestão Imobiliária** do IPREV/DF.

27. Neste documento foram avaliados os imóveis recebidos pela Autarquia, os quais foram agrupados em blocos de acordo com a estratégia a ser adotada para a respectiva exploração econômica, entre os quais destacam-se:

a) **6º Bloco**: imóveis que **dependem de aprovação de Lei Complementar** para adequação de uso e permissões;

b) **7º Bloco**: imóveis que devem ser **permutados** por outros imóveis do GDF, por apresentarem pendências de natureza judicial ou administrativa ou possuírem elevadas restrições de uso e permissão que **inviabilizam** a exploração comercial.

28. Em face das limitações à exploração econômica desta parcela dos imóveis, a Unidade Instrutória, com aquiescência do douto **Parquet**, sugere a emissão de **determinação**⁷ à jurisdicionada para promover as

⁵ “determinar ao Iprev/DF que, doravante, inclua nas avaliações atuariais relativas ao RPPS/DF a memória de cálculo e o embasamento técnico para os valores projetados de receitas a serem destinadas pelo Fundo Solidário Garantidor ao Fundo Financeiro de Previdência Social, além de incluir, nos futuros testes de aderência de premissas atuariais, a verificação dos critérios adotados”.

⁶ **VI – determinar** ao Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal – IPREV/DF que: **b)** no prazo de 90 (noventa) dias: 5) elabore planejamento para a gestão das ações do Banco de Brasília S.A e dos imóveis que serão recebidos em virtude das Leis Complementares nºs 917/16 e 920/16 e da Lei nº 5.729/16, incluindo as estratégias de investimento, o setor responsável pela gestão e as metas de rentabilidade a ser auferida pelos respectivos ativos, para o mesmo horizonte temporal utilizado nas avaliações atuariais da autarquia (Achado 5);

⁷ “determinar ao Iprev/DF que, diante das pendências apontadas em seu Plano de Gestão Imobiliária (e-DOC 81BA3534) quanto a imóveis destinados ao RPPS/DF por força da Lei Complementar nº 917/2016 e da Lei nº 5.729/2016, em especial aos listados no 6º e no 7º blocos de imóveis desse plano, adote as providências necessárias à solução imediata das restrições existentes, de modo a permitir exploração econômica compatível com os objetivos do Fundo Solidário Garantidor, definidas na Lei



providências necessárias à solução das restrições, o que merece ser acolhido pelo Plenário.

29. Constatou-se, em acréscimo, possível impropriedade relativa ao fundamento adotado para viabilizar o repasse ao IPREV/DF de recursos decorrente da exploração econômica do Centro de Convenções Ulysses Guimarães, mediante **concessão comum**, regida pela Lei nº 8.987/95. Em 2018 foram repassados cerca de R\$ 3,8 milhões, com a previsão de um fluxo anual de R\$ 2,9 milhões pelos próximos 25 (vinte e cinco) anos.

30. A Unidade Instrutória anota que o impacto mais relevante é a consideração deste fluxo financeiro na **avaliação atuarial**, como fonte de receita previdenciária, por carecer de amparo na Lei Complementar nº 769/08, a qual prevê a destinação apenas do produto da concessão de bens e serviços decorrentes de **parcerias público-privadas**, na modalidade patrocinada ou administrativa (art. 73-A, inciso III, alínea “f”⁸).

31. Por este motivo, sugere a emissão de alerta ao Instituto quanto à questão. Inobstante, ante a ausência de informações conclusivas nos autos, demonstra-se pertinente, primeiramente, **determinar** à jurisdicionada que informe o dispositivo legal que fundamentou o repasse, posto que há a possibilidade de destinação dos recursos a título de cobertura de insuficiência financeira, com fundamento no art. 4º, § 2º⁹, da Lei Complementar nº 769/08.

32. Quanto ao inciso **VI.b.8**, os Pareceres convergem pelo cumprimento parcial e:

a) emissão de **alerta** ao Instituto acerca da necessidade de divulgar tempestivamente a composição de sua carteira de investimentos e os formulários de Autorização de Aplicação e Resgate - APR (Portaria MPS nº 519/11, art. 3º, VIII, “b” e “c”);

c) **reiteração** da necessidade de divulgação das datas e locais das próximas reuniões dos Conselhos de Administração e Fiscal e do Comitê de Investimentos e

Complementar nº 769/2008, art. 73-A, dando conhecimento ao Tribunal, no prazo de 90 (noventa) dias, das medidas implementadas.”

⁸ Art. 73-A. Fica instituído o Fundo Solidário Garantidor, com a seguinte destinação e características: (...) III - composto pelos seguintes bens, ativos, direitos e receitas extraordinárias: (...)

f) o produto da concessão de bens e serviços baseado em **parcerias público-privadas**, na modalidade patrocinada ou administrativa.

⁹ § 2º O Distrito Federal constitui-se em garantidor das obrigações do Iprev/DF, respondendo subsidiariamente pelo custeio dos benefícios previdenciários devidos aos seus segurados e dependentes, **cobrando qualquer insuficiência financeira do Regime Próprio de Previdência Social do Distrito Federal**.



Análise de Riscos (Portaria MPS nº 519/11, art. 3º, VIII, “g”).

33. Estas sugestões são resultantes da ausência das respectivas informações por ocasião do exame tecido pela Unidade Instrutória. Após nova consulta ao sítio eletrônico do Instituto, em 2.10.2019, este Relator constatou que o cenário pouco evoluiu¹⁰, exceto quanto à divulgação dos locais e datas¹¹ das próximas reuniões do Comitê de Investimento e Análise de Riscos do IPREV/DF. Portanto, devem ser **acolhidos** o alerta e a reiteração propostos.

34. Já o inciso **VII.b**¹² cuida de determinação à Controladoria-Geral do DF visando à adoção de rotina de acompanhamento periódico dos censos previdenciários quinquenais a serem realizados pelo IPREV/DF.

35. Apesar de os Pareceres convergirem pela **emissão de alerta** à jurisdicionada ante a ausência de manifestação, nota-se que esta Corte **não promoveu** o envio de cópia da Decisão nº 3.281/17-CPM à Controladoria-Geral do DF. Destarte, suficiente a **reiteração** da determinação, com o objetivo de sanar a impropriedade.

36. Feitas estas ponderações, passa-se ao exame das diligências objeto de **divergência** entre a Unidade Instrutória e o **Parquet** especializado (incisos **II.a.2.1.1**, **III** e **IV** da deliberação).

37. O inciso **II.a.2.1.1**¹³ trata de determinação direcionada ao Exmº Sr. Governador do Distrito Federal e ao IPREV/DF visando à constituição de quadro efetivo de servidores da jurisdicionada, em atendimento ao art. 109, § 3º¹⁴ da Lei Complementar nº 769/08, tão logo superadas as vedações impostas pela LRF quanto ao limite de gastos de pessoal.

38. O Corpo Técnico pondera que o Instituto adotou as medidas

¹⁰ Posições da carteira de investimentos (julho/2019) e formulários APR (junho/2019) desatualizados. Ausência das datas e locais das próximas reuniões dos Conselhos de Administração e Fiscal.

¹¹ Consta o cronograma até dezembro de 2019 e as atas das últimas reuniões realizadas.

Disponível em <http://www.iprev.df.gov.br/comite-de-investimento-e-analise-de-risco-ciur/>

¹² **VII – determinar b)** à Controladoria-Geral do Distrito Federal que, doravante, adote rotina de acompanhamento periódico dos censos previdenciários quinquenais a serem realizados pelo IPREV/DF, uma vez que a sua inexecução poderá impactar no juízo de regularidade das contas anuais dos dirigentes da autarquia (Achado 2)

¹³ **II – determinar** ao Exmo. Sr. Governador do Distrito Federal e ao Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal – IPREV/DF que: **a)** no prazo de 90 (noventa) dias: 2.1.1) constituírem quadro efetivo de servidores, em cumprimento à disposição contida no art. 109, § 3º, da Lei Complementar nº 769/08, tão logo superadas as vedações impostas pela Lei de Responsabilidade Fiscal quanto ao limite de gastos com pessoal;

¹⁴ § 3º A constituição do Quadro Permanente de Pessoal do Iprev/DF será objeto de lei específica e o Iprev/DF apresentará, em prazo não superior a 360 (trezentos e sessenta) dias, a contar da publicação desta Lei, proposta para a realização de concurso público.



de sua competência, culminando na previsão de concurso público na LDO 2019 para o preenchimento de 20 (vinte) vagas. Acrescenta o incremento do quadro de profissionais no período avaliado, de **23** à época da realização da auditoria, em 2016, para **84** profissionais no exercício de 2018. Por esta razão, conquanto não realizado o concurso, considera satisfatórias as providências, sem prejuízo de futuras averiguações.

39. O Órgão Ministerial assevera que, a despeito das medidas elencadas, não houve a criação da carreira de servidores relativa ao Instituto, o que era objeto do PL nº 2.189/18, apresentado em 19.12.2018 e arquivado, a pedido, em **13.3.2019**. Deste modo, sugere a reiteração da determinação.

40. Correto o **Parquet** especializado, pois as informações não são conclusivas. Em consulta ao sítio da Câmara Legislativa do DF não é possível verificar o motivo do arquivamento do PL nº 2.189/18. Ademais, em que pese o Instituto ter informado que a sua necessidade poderia ser, alternativamente, atendida mediante a criação de especialidade em outra carreira pública existente, não foram apresentados maiores esclarecimentos. Assim, acolhe-se a proposta de **reiteração** da determinação.

41. Em relação ao inciso **III**¹⁵ da decisão, a Unidade Instrutória considera oportuno que a questão seja avaliada na **próxima fase processual**, ocasião em que poderão ser sopesados os efeitos, no déficit projetado para o RPPS/DF, da aprovação da reforma da previdência e da implementação dos novos ativos destinados legalmente ao Fundo Solidário Garantidor. Já o Órgão Ministerial sugere a conversão do alerta em recomendação.

42. Neste momento, demonstra-se mais assertivo do encaminhamento sugerido pelo Corpo Técnico, podendo a sugestão exarada pelo douto **Parquet** – conversão em recomendação – ser objeto de deliberação na próxima etapa processual.

43. Por fim, os Pareceres divergem quanto ao atendimento do inciso IV ¹⁶ do **decisum**.

¹⁵ III – alertar o Exmo. Sr. Governador do Distrito Federal e a Câmara Legislativa do Distrito Federal de que, diante das projeções de déficits anuais crescentes para a previdência pública do Distrito Federal até o exercício de 2035, faz-se necessária a adoção de medidas para evitar um contexto fiscal desfavorável nas próximas décadas (Achado 3);

¹⁶ IV – recomendar ao Exmo. Sr. Governador e aos titulares dos órgãos do Poder Legislativo do Distrito Federal que, ao encaminharem propostas de alterações legislativas com efeitos sobre o equilíbrio financeiro e atuarial do RPPS/DF, façam constar documentos de avaliação dos impactos previdenciários, atuariais e financeiros potenciais, a fim de subsidiar decisões consistentes com a realidade previdenciária do Distrito Federal, em observância ao necessário equilíbrio fiscal das contas públicas (Achado 3);



44. Para o Corpo Técnico, o referido inciso deve ser considerado **parcialmente** atendido, relevando-se as falhas verificadas na aprovação da Lei Complementar nº 932/17, **sem prejuízo de futuras averiguações**, tendo em vista se tratar de recomendação de **caráter permanente**.

45. Nesse contexto, aduz que a aprovação da supracitada Lei Complementar, que introduziu mudanças no RPPS/DF, foi precedida de exposição de motivos relativas à situação do déficit atuarial e que, apesar das eventuais falhas nos estudos, o resultado foi **positivo** para o regime próprio.

46. Salienta, adicionalmente, que o art. 52¹⁷ do diploma legal fixou o prazo de **4 (quatro) anos**, a partir de sua aprovação, para que o Poder Executivo encaminhe a **revisão dos regimes** próprios e complementar dos servidores do DF, momento em que será avaliada a necessidade de novos ativos para o atingimento do equilíbrio e da sustentabilidade do sistema.

47. O Ministério Público de Contas, em virtude das deficiências dos estudos que embasaram a aprovação da Lei Complementar nº 932/17, opina pela conversão da medida em determinação, com nova diligência ao IPREV/DF.

48. Não se vislumbram óbices à conciliação das propostas mediante a **reiteração** da recomendação em tela, adotado por esta Corte no bojo do Processo nº 29.491/15-e¹⁸, com o objetivo de sensibilizar o Poder Executivo e os titulares dos órgãos do Poder Legislativo sobre a importância de seu cumprimento, notadamente em decorrência da alteração das titularidades dos Poderes processada no início do presente exercício. Em adição, deve ser fixado o prazo de 90 (noventa) dias para que dê ciência das ações tomadas.

49. Concluída a apreciação da deliberação, considera-se salutar registrar, no presente Voto, os **benefícios alcançados** em decorrência da

¹⁷ Art. 52. O Poder Executivo encaminhará revisão dos regimes próprios e complementares de previdência do servidor do Distrito Federal no prazo de 4 anos a partir da entrada em vigor desta Lei.

§ 1º A revisão busca avaliar, entre outros objetivos, o equilíbrio financeiro e atuarial-financeiro dos Fundos Financeiro, Capitalizado e Solidário Garantidor.

§ 2º No momento da revisão do regime de previdência dos servidores públicos do Distrito Federal, se verificada a não efetivação ou frustração das receitas previstas no art. 73-A da Lei Complementar nº 769, de 2008, fica o Poder Executivo obrigado a transferir ativos adequados e suficientes para atingimento do equilíbrio e da sustentabilidade do sistema.

¹⁸ **Decisão nº 2.805/19-CPM:** “O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: [...] **III – reiterar:** [...] c) ao Exmº. Sr. Governador que dê fiel cumprimento à **recomendação** contida no inciso III, alínea “c”, item 5, da Decisão nº 1.163/18 [...] IV – determinar aos destinatários da diligência expressa no inciso anterior que, no prazo de 90 (noventa) dias, deem ciência das medidas adotadas; [...] Presidiu a sessão a Presidente, Conselheira ANILCÉIA MACHADO. Votaram os Conselheiros MANOEL DE ANDRADE, RENATO RAINHA, INÁCIO MAGALHÃES FILHO, PAULO TADEU, PAIVA MARTINS e MÁRCIO MICHEL. Participou o representante do MPJTCDF, Procurador-Geral MARCOS FELIPE PINHEIRO LIMA.”



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A7/S1

e-DOC B78FB7AD
Proc 2510/2016-e

Proc.: 2.510/16-e

auditoria realizada, consoante síntese efetuada pela Unidade Instrutória:

SITUAÇÃO ENCONTRADA EM 2016	SITUAÇÃO ENCONTRADA EM 2019
O IPREV/DF contava com 32 servidores, sendo apenas 9 (28,13%) com vínculo efetivo.	O número de servidores mais que dobrou, chegando a 84, com um percentual duas vezes maior de efetivos (47, equivalendo a 55,95%).
A diretoria do IPREV/DF ocupava cargos de livre nomeação e exoneração. No período de execução da auditoria, a autarquia teve 3 Diretores-Presidentes diferentes, o que causava descontinuidade na gestão.	Com a publicação da LC nº 932/17, a diretoria do IPREV/DF passou a ter mandato de 3 anos, conferindo à autarquia maior autonomia administrativa e continuidade na gestão.
Insuficiência de recursos orçamentários e financeiros disponibilizados ao IPREV/DF para a consecução das suas atribuições legais.	Com a publicação da Lei Complementar nº 932/2017, foi instituída taxa de administração para o IPREV/DF, com o objetivo de garantir a organização e o funcionamento da unidade gestora do RPPS/DF.
O IPREV/DF não gerenciava a concessão e manutenção de aposentadorias. Operacionalizava apenas o pagamento das folhas de aposentadoria e pensão por morte dos beneficiários.	O IPREV/DF assumiu a concessão e manutenção de aposentadorias de todos os órgãos e entidades distritais vinculados ao RPPS/DF, à exceção das Secretarias de Estado de Educação e Saúde, da CLDF e do TCDF, para os quais a gestão tem ocorrido indiretamente.
O IPREV/DF não possuía sistema próprio de gestão da base cadastral e não utilizava o leiaute sugerido pelo então Ministério do Trabalho e Previdência Social, deixando de considerar campos relevantes de informação previdenciária.	O IPREV/DF passou a utilizar o sistema SIPREV/Gestão, oferecido gratuitamente pela Secretaria de Previdência do Ministério da Economia, como base cadastral única para os servidores ativos, aposentados e pensionistas, com previsão de atualização semestral. Está pendente apenas a inclusão dos dados da CLDF.
O último censo previdenciário havia ocorrido em 2010 e, ainda assim, não foi utilizado como insumo para atualização da base cadastral do RPPS/DF.	Por meio do Decreto nº 39.276/18, foi instituído o recadastramento anual de ativos, inativos e pensionistas. O recadastramento de inativos e pensionistas foi iniciado em janeiro de 2019, enquanto o de ativos estava previsto para iniciar em agosto deste ano.
De 2009 a 2015, o IPREV/DF não atingiu a sua meta de rentabilidade em 4 dos 7 anos (2009, 2010, 2013 e 2015), sendo que em dois deles (2013 e 2015) foi mensurada perda real dos investimentos.	Desde 2016, o IPREV/DF tem ultrapassado as suas metas de rentabilidade.
Não era evidenciada, na Política de Investimentos ou nas avaliações atuariais da autarquia, a utilização de uma metodologia consistente para estimar as taxas de juros para seus estudos atuariais.	Por meio da Portaria nº 68/2017, o IPREV/DF normatizou metodologia para definição de sua taxa de juros atuarial, com base em parâmetros técnicos e objetivos, cuja aplicação foi explicitada na Política de Investimentos 2019 e no Plano de Gestão Imobiliária 2018/2019 do Instituto.
Ausência de metodologia consistente para realização de testes de aderência da taxa de juros utilizada nas avaliações atuariais.	A Portaria nº 68/2017 estabeleceu a realização anual de estudo de convergência da taxa de juros real anual com a taxa de retorno projetada para as aplicações dos recursos garantidores do fundo capitalizado. A Portaria nº 79/2017 dispôs sobre as orientações e procedimentos a serem adotados na realização dos estudos técnicos que visem a atestar a adequação das hipóteses atuariais. Em 2018, a Unidade de Atuária do Instituto publicou Estudo de Aderência das Hipóteses Biométricas, Demográficas e Econômicas.
O Conselho Fiscal do IPREV/DF não emitia parecer sobre a coerência dos resultados da avaliação atuarial ou de suas premissas.	O Conselho Fiscal do Instituto tem fiscalizado e emitido parecer sobre as hipóteses atuariais utilizadas.
O IPREV/DF não possuía estrutura de gestão de investimentos com sistemas informatizados e ferramentas profissionalizadas.	O Instituto contratou a ferramenta de controle de investimentos OnFinance, a qual, segundo o IPREV/DF, permite o monitoramento contínuo das posições de investimentos, incluindo saldos individualizados e por segmento, rentabilidade, nível de risco, enquadramentos legais e quanto à política de investimentos, entre outras funcionalidades.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A7/S1

e-DOC B78FB7AD
Proc 2510/2016-e

Proc.: 2.510/16-e

Não havia procedimento formal de seleção de instituições para receber as aplicações dos recursos do RPPS/DF.	A Portaria nº 38/2017 normatizou os procedimentos aplicáveis ao credenciamento de fundos de investimento e instituições financeiras para gestão e administração de investimentos da carteira do Instituto. Foram publicados 3 editais de credenciamento em 2017 e 2 em 2018.
O Demonstrativo de Informações Previdenciárias e Repasses – DIPR do IPREV/DF não refletia os registros contábeis de informações correspondentes, dificultando a identificação de possíveis atrasos no repasse de contribuições patronais e dos servidores por parte dos órgãos/entidades do DF.	A Ordem de Serviço nº 06/2017 disciplinou e formalizou os procedimentos para elaboração do DIPR, estabelecendo rotinas e responsabilidades entre as suas unidades operacionais, a fim de garantir que os valores das receitas de contribuições registrados no demonstrativo correspondam aos que foram efetivamente recebidos pelo RPPS/DF. Com isso, foram identificadas e solucionadas divergências de repasses de contribuições em relação aos valores legalmente devidos.

Ante exposto, em harmonia com o Corpo Técnico e acolhendo em parte as sugestões do Órgão Ministerial, VOTO, com ajustes, no sentido de que o Tribunal:

I. tome conhecimento dos Ofícios SEI-GDF nº 191/2017-IPREV/PRESI (e-doc [6B996477-c](#)), nº 234/2017-IPREV/PRESI (e-doc [DA41C9C5-c](#)), nº 35/2018-IPREV/PRESI (e-doc [8DCD41B6-c](#)) nº 194/2018-IPREV/PRESI (e-doc [F840CF28-c](#)) e nº 722/2018-IPREV/PRESI (e-doc [1A0ACF1E-c](#));

II. considere, em relação à Decisão nº 3.281/17, parcialmente reformada pela Decisão nº 4.603/18:

a) cumpridos os incisos II.a.1, II.a.2.1.2, II.a.2.2.3, V.a, V.b, VI.a.1, VI.a.2, VI.a.3, VI.a.4, VI.a.5, VI.a.6, VI.b.1, VI.b.2, VI.b.3, VI.b.4, VI.b.5, VI.b.6, VI.b.7, VI.b.9.1, VI.b.9.2, VII.a e VII.c;

b) parcialmente cumprido os incisos II.a.2.1.1, IV e VI.b.8;

c) não cumprido o inciso II.b.

III. reitere, fixando o prazo de 90 (noventa) dias para que informem as medidas adotadas:

a) ao Exm^o. Sr. Governador do Distrito Federal e ao Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal – IPREV/DF:



1) a determinação objeto do **inciso II, alínea “a” item 2.1.1**, da Decisão nº 3.281/17, para que informe as medidas adotadas visando à constituição de quadro efetivo de servidores do IPREV/DF, em cumprimento à disposição contida no art. 109, 3º, da Lei Complementar nº 769/08;

2) a determinação objeto do **inciso II, alínea “b”** da Decisão nº 3.281/17, com a redação dada pela Decisão nº 4.603/18, para que, ao realizarem o acerto de contas para a quitação ao IPREV/DF dos valores revertidos do antigo Fundo Capitalizado, cujos saques foram autorizados pelas Leis Complementares nºs 899/16 e 920/17, incluam na recomposição devida ao Fundo Solidário Garantidor a correção monetária e a diferença de rendimento que a Autarquia obterá se os recursos fossem aplicados de acordo com a Política de Investimentos do RPPS/DF;

b) ao Exmº Sr. Governador do Distrito Federal e aos titulares dos órgãos do Poder Legislativo do Distrito Federal, a recomendação objeto **inciso IV** da Decisão nº 3.281/17 para que, ao encaminharem propostas de alterações legislativas com efeitos sobre o equilíbrio financeiro e atuarial do RPPS/DF, façam constar documentos de avaliação dos impactos previdenciários, atuariais e financeiros potenciais, a fim de subsidiar decisões consistentes com a realidade previdenciária do Distrito Federal, em observância ao necessário equilíbrio fiscal das contas públicas (Achado 3);

c) ao Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal, a determinação objeto do **inciso VI, alínea “b” item 8**, da Decisão nº 3.281/17, para que divulgue, no seu sítio eletrônico, as datas e locais das próximas reuniões do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e do Comitê de Investimentos e Análise de Riscos da Autarquia, em conformidade com a Portaria MPS nº 519/2011, art. 3º, inciso VIII, alínea “g”;

d) à Controladoria-Geral do Distrito Federal, a determinação objeto do **inciso VII, alínea “b”** da Decisão nº 3.281/17, para que, doravante, adote rotina de acompanhamento periódico dos censos



previdenciários quinquenais a serem realizados pelo IPREV/DF, uma vez que a sua inexecução poderá impactar no juízo de regularidade das contas anuais dos dirigentes da autarquia (Achado 2).

IV. determinar ao Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal, dando conhecimento ao Tribunal, no prazo de 90 (noventa) dias, das medidas adotadas, que:

a) doravante, inclua, nas avaliações atuariais relativas ao Regime Próprio de Previdência dos Servidores do Distrito Federal – RPPS/DF, a memória de cálculo e o embasamento técnico para os valores projetados para as receitas a serem destinadas pelo Fundo Solidário Garantidor – FSG ao Fundo Financeiro de Previdência Social, além de incluir, nos futuros testes de aderência de premissas atuariais, a verificação dos critérios adotados;

b) diante das pendências apontadas em seu Plano de Gestão Imobiliária (e-doc 81BA3534-c) quanto a imóveis destinados ao RPPS/DF por força da Lei Complementar nº 917/16 e da Lei nº 5.729/16, em especial os listados nos 6º e 7º blocos de imóveis do referido Plano, adote as providências necessárias para a solução imediata das restrições existentes, de modo a permitir exploração econômica compatível com os objetivos do Fundo Solidário Garantidor, definidos no art. 73-A da Lei Complementar nº 769/08;

c) informe o embasamento legal adotado para viabilizar o recebimento dos valores anuais oriundos da concessão do Centro de Convenções Ulysses Guimarães, tendo em vista que, **a priori**, o repasse para o Fundo Solidário Garantidor de recursos provenientes de concessões de serviços e de obras públicas regidas pela Lei nº 8.987/95, como é o caso, não encontra respaldo na Lei Complementar nº 769/08, art. 73-A, inciso III, alínea f, ressalvando que poderão ser destinados a título de cobertura de insuficiência financeira do RPPS/DF, com supedâneo no art. 4º, § 2º, da referida Lei Complementar;

V. alertar o Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal sobre a necessidade de divulgar tempestivamente as



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A7/S1

e-DOC B78FB7AD
Proc 2510/2016-e

Proc.: 2.510/16-e

informações contidas nos formulários de Autorização de Aplicação e Resgate – APR, além da composição de sua carteira de investimentos, em conformidade com a Portaria MPS nº 519/11, art. 3º, inciso VIII, alíneas “b” e “c”;

VI. autorizar:

a) o envio de cópia da decisão que vier a ser proferida ao Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal – IPREV/DF, à Câmara Legislativa do Distrito Federal, à Controladoria-Geral do Distrito Federal, ao Exmº Sr. Governador do Distrito Federal e à Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal;

b) o retorno dos autos à Secretaria de Fiscalização de Áreas Sociais e Segurança Pública para as providências pertinentes.

Sala das Sessões, 17 de outubro de 2019.

JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS
Conselheiro – Relator

Distribuição de cópia antecipada